

**Universidade Estadual Paulista - UNESP**  
**Programa de pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas**  
**(UNESP, UNICAMP e PUC-SP)**

**STHEFANE MARA TORRES**

**AS CONFERÊNCIAS DE MINISTROS DA DEFESA DAS**  
**AMÉRICAS –**  
**INTERESSES BRASILEIROS *VERSUS* INTERESSES**  
**NORTE-AMERICANOS**

**São Paulo**

**2011**

**STHEFANE MARA TORRES**

**AS CONFERÊNCIAS DE MINISTROS DA DEFESA  
DAS AMÉRICAS –  
INTERESSES BRASILEIROS *VERSUS* INTERESSES  
NORTE-AMERICANOS**

**Dissertação de mestrado apresentada  
ao Programa de Pós-Graduação em  
Relações Internacionais San Tiago  
Dantas (UNESP, UNICAMP, PUCSP)  
como parte dos requisitos para a  
obtenção do título de Mestre.**

**Área de concentração: Paz, Defesa e  
Segurança Internacional /Pró-Defesa.**

**Orientador:  
Prof. Dr. Héctor Luis Saint Pierre**

**São Paulo**

**2011**

---

**AS CONFERÊNCIAS DE MINISTROS DA DEFESA  
DAS AMÉRICAS –  
INTERESSES BRASILEIROS *VERSUS* INTERESSES  
NORTE-AMERICANOS**

A apresentação da dissertação ocorreu na sede do Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), Praça da Sé, 108, terceiro andar, em São Paulo no dia 24 de fevereiro de 2011, às 14h.

**Banca Examinadora:**

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre**

**1. Examinadora:** \_\_\_\_\_

**Prof. Dr. Samuel Alves Soares**

**2. Examinador:** \_\_\_\_\_

**Prof. Dr. Eduardo Mei**

*À minha pequena filha,  
Isabella.*

### ***Ensinamento***

*Minha mãe achava estudo  
a coisa mais fina do mundo.  
Não é.  
A coisa mais fina do mundo é o sentimento.  
Aquele dia de noite, o pai fazendo serão,  
ela falou comigo:  
"Coitado, até essa hora no serviço pesado".  
Arrumou pão e café , deixou tacho no fogo com água quente.  
Não me falou em amor.  
Essa palavra de luxo.*

***Adélia Prado***

## **AGRADECIMENTOS**

*Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado forças, saúde e a oportunidade de realizar este trabalho. Agradeço imensamente aos meus pais, Jô e Moacir, sem os quais não imagino minha vida pois guiaram e iluminaram sempre o meu caminho. Tenho enorme dívida de gratidão com meus irmãos, David e Josi, que me apoiaram sempre fazendo parte a cada dia da minha jornada. Ao meu marido, Ivo, que ao entrar em minha vida me contemplou com o maior presente que poderíamos ganhar, nossa filha Isabella. Ao meu orientador, professor Héctor Luis-Saint Pierre agradeço pelas sempre sábias palavras. Aos professores Suzeley Kalil Mathias e Samuel Alves Soares agradeço por suas críticas muito válidas no exame de qualificação. Agradeço a CAPES por ter financiado esta pesquisa.*

## RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo fazer uma análise cronológica das Conferências de Ministros da Defesa das Américas (CMDA) que ocorrem bianualmente desde 1995, reunindo os formuladores de políticas de defesa da maioria dos países do continente. Neste foro de discussão focamos a atuação brasileira na defesa dos interesses nacionais como importante ponto de contraposição à tentativa de imposição de agenda norte-americana. Este trabalho versa sobre os interesses brasileiros no campo da defesa e como estes são representados e defendidos no âmbito das CMDA em uma busca por espaço face às diferenças da agenda norte-americana. Importante ponto desta dissertação é elucidar como este foro de debate internacional contribui para a cooperação e debates de temas relativos à defesa e segurança nas Américas pela ótica brasileira

**Palavras-chave:** *Conferência de Ministros da Defesa das Américas, Brasil, Estados Unidos, democracia, terrorismo, narcotráfico, Forças Armadas, defesa territorial da Amazônia.*

## ABSTRACT

This dissertation aims to make a chronological analysis of the Conferences of Ministers of Defense of the Americas (CMDA) that occur biannually since 1995, bringing together policymakers of defense of most countries of the continent. In this discussion forum focusing the Brazilian performance in the defense of national interests as a major point of opposition to the US attempt to impose American agenda. This paper describes the Brazilian interests in defense area and how they are represented and defended in the context of CDMA in a quest for space over the differences of the U.S. agenda. Important point of this dissertation is to elucidate how this forum of international debate contributes to cooperation and discussions of issues relating to defense and security in the Americas by the Brazilian view

**Key-words:** *Conference of Ministers of Defense of the Americas, Brazil, United States of America, democracy, terrorism, drug trafficking, Armed Forces, territorial defense of the Amazon*

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| LISTA DE ABREVIACÕES OU SIGLAS .....   | 9  |
| INTRODUÇÃO .....   | 12 |
| 1.O BRASIL NAS CONFERÊNCIAS MINISTERIAS DE DEFESA – HISTÓRICO E<br>CRONOLOGIA COMENTADA..... | 16 |
| 2 EUA – INTERESSES E POLÍTICAS PARA O CONTINENTE AMERICANO .....                             | 48 |
| 2.1 Terrorismo.....  | 50 |
| 2.1.1 A (In)Definição de Terrorismo .....  | 51 |
| 2.1.2 Os atentados de 11/09 e seus antecedentes .....  | 55 |
| 3 BRASIL E AMÉRICA LATINA REPRESENTATIVIDADE DE SEUS<br>INTERESSES REGIONAIS NAS CMDA.....   | 62 |
| 3.1 EUA e América Latina – uma breve introdução.....   | 67 |
| 3.2 País-Chave: Brasil.....  | 83 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS.....  | 95 |
| BIBLIOGRAFIA .....   | 98 |



## LISTA DE ABREVIACÕES OU SIGLAS

|           |  |
|-----------|--|
| ADA       | Amigo dos amigos   |
| AEC       | Associação dos Estados do Caribe                             |
| AIEA      | Agência Internacional de Energia Atômica                     |
| ALBA      | Aliança Bolivariana para as Américas                         |
| ALCA      | Área de Livre Comércio das Américas                          |
| CARICOM   | Comunidade do Caribe   |
| CEA       | Conferência de Exércitos americanos                          |
| CFAC      | Conferências das Forças Armadas da América Central           |
| CHDS      | Centros de Estudos Hemisféricos de Segurança                 |
| CINDACTAS | Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo |
| CMDA      | Conferências Ministeriais de Defesa das Américas             |
| COLBRA    | Colômbia/Brasil  |
| CSH       | Comissão de Segurança Hemisférica                            |
| CV        | Comando Vermelho   |

|          |   |
|----------|---|
| DEA      | Drugs Enforcement American Agency                                 |
| EAI      | Iniciativa para as Américas                                       |
| END      | Estratégia Nacional de Defesa                                     |
| EUA      | Estados Unidos da América   |
| FARC     | Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia                        |
| FFAA     | Forças Armadas  |
| HIV/AIDS | Síndrome da Imunodeficiência Adquirida                            |
| IANC     | Inter American Navy Conference - Conferência Naval Interamericana |
| IDH      | Índice de Desenvolvimento Humano                                  |
| JIFE     | Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes              |
| MERCOSUL | Mercado Comum do Sul  |
| MINUSTAH | Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti.             |
| OEA      | Organização dos Estados Americanos                                |
| ONU      | Organização das Nações Unidas                                     |

|          |  |
|----------|--|
| OPANAL   | Organização para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina |
| PERBRA   | Peru/Brasil  |
| RSS      | Regional Security System - Sistema de Segurança Regional           |
| SENASP   | Secretaria Nacional de Segurança Pública                           |
| SICOFAA  | Sistema de Cooperação entre as Forças Aéreas das Américas          |
| SIPAM    | Sistema de Proteção da Amazônia                                    |
| SIVAM    | Sistema de Vigilância da Amazônia                                  |
| SOUTHCOM | Comando do Sul   |
| UNASUL   | União das Nações Sulamericanas                                     |
| UNODC    | Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes                 |
| UPP      | Unidade de Polícia Pacificadora                                    |
| URSS     | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas                        |
| VENBRA   | Venezuela/Brasil   |

## INTRODUÇÃO

Nesta dissertação analisamos comparativamente as Conferências de Ministros da Defesa no continente americano, enfocando as questões de defesa e segurança hemisférica. Sendo a questão da segurança essencial para delinear diálogos no sistema internacional, e averiguando-se a escassez na literatura acadêmica brasileira acerca do tema, este trabalho vem a contribuir para a interpretação e enriquecimento deste na área.

A partir dos eventos de 11 de setembro, os temas da defesa e segurança ganharam dramaticidade e urgência no mundo, o que vem a confirmar a atualidade e importância do tema.<sup>1</sup> O Brasil, como uma potência média, capaz de delinear seus próprios assuntos com relativa autonomia, tem um papel importante no sistema internacional à medida que, paulatinamente, migra de uma posição de “*global trader*” para “*global player*”.<sup>2</sup> Analisaremos a participação brasileira nas Conferências de Ministros da Defesa das Américas bem como analisaremos os temas específicos tratados, quais sejam: terrorismo, democracia, narcotráfico e pobreza.

Com o fim da Guerra Fria, as instituições fundadas para conter o avanço da influência comunista nos países capitalistas no pós-Segunda Guerra Mundial tiveram seus papéis questionados e as relações diplomáticas, bem como a abertura político-estratégica, puderam se desenvolver mais livremente sem as intempéries da dicotomia da Guerra Fria. Durante a década de 1990 o continente americano pode ser caracterizado como uma área de baixo conflito interestatal, deste modo, as conversações

---

<sup>1</sup> “O pós-11 de setembro é uma lição incisiva sobre as incertezas do contexto internacional e propicia uma mais bem afinada avaliação das ações brasileiras. Serve ainda para assinalar a inescapabilidade da consideração sobre os aspectos de segurança” (BRIGAGÃO; PROENÇA JR., Concertação múltipla: a inserção internacional de segurança do Brasil. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002, p.134).

<sup>2</sup> “A passagem do Brasil de um *global trader* para um *global player* traz consigo a idéia da reconsideração de suas alternativas e a tomada de decisão de suas escolhas em termos da segurança internacional. Tal assertiva pode parecer óbvia e, até mesmo, um lugar comum. A questão da segurança é crucial para definir qualquer entendimento do sistema internacional. Assim, é algo destoante, quando não preocupante, que o tema da segurança seja tão raramente tratado na literatura sobre os rumos e o futuro do Brasil” (Ibid, p.25).

em termos de cooperação resultaram em cinco tratados atômicos, cinco tratados de armas de destruição em massa, entre outros na região. Com as novas possibilidades de livre atuação no pós-Guerra Fria, a institucionalização da segurança no hemisfério tornou-se questão-chave, pois tratando-se de um sistema internacional interdependente,<sup>3</sup> reclamou um enfoque global para o tema.

Durante o governo George Herbert Bush, a postura coercitiva da administração anterior perdeu seu *status* central na elaboração da política externa americana e uma nova ênfase na cooperação multilateral pôde ser observada. Em 1990, o então presidente dos Estados Unidos da América lançou a *Iniciativa para as Américas (Enterprise for the Americas Initiative – EAI)*,<sup>4</sup> com o objetivo de aprofundar as relações dos EUA com a América Latina. Esse projeto foi retomado por seu sucessor, Bill Clinton, e, na 1ª Cúpula das Américas, realizada em 1994, em Miami, chefes de Estado de trinta e quatro países americanos (todos os países do continente, à exceção de Cuba, por conta de seu regime alheio à exigência democrática) decidiram concluir, até 2005, a constituição da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Como se recordará, a Cúpula de Miami teve como objeto central o lançamento da Associação de Livre Comércio das Américas (ALCA). Contudo, sua *Declaração* contempla, também, entre outros temas, a construção da confiança e da segurança continental e propõe explicitamente incentivar o desenvolvimento de medidas de confiança mútua. No ano seguinte realizou-se em Williamsburg a Primeira Reunião de Ministros da Defesa do continente, que obviamente também se dedicou a esses temas. Esta ‘diplomacia de cúpulas’ teve – e tem – continuidade, tanto no nível presidencial quanto no de ministros, constituindo outro importante âmbito de debate.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> As características principais do conceito de interdependência complexa desenvolvido por Robert Keohane e Joseph Nye são: - a) a presença de canais múltiplos de comunicação no âmbito interestatal; b) os assuntos que outrora eram tratados exclusivamente pelos Estados, passam a sofrer interferência de vários atores nacionais e internacionais; c) não há hierarquia clara e definida entre os assuntos que compõem a agenda internacional. Ver: KEOHANE; NYE. 1999, p. 307-318.

<sup>4</sup> Ver: LOZANO, Lucrecia, “La iniciativa para las Americas. El comercio hecho estrategia”, revista Nueva Sociedad, Número 125, Editorial Texto, Caracas, maio-junho 1993, p.98.

<sup>5</sup> LÓPEZ, Ernesto. “Nova problemática de segurança e ‘novas ameaças’”. In: SOARES, Samuel Alves; MATHIAS, Suzeley Kalil. **Novas ameaças: dimensões e perspectivas: desafios para a cooperação em defesa entre Brasil e Argentina**. São Paulo: Sicurezza, 2003, p. 77.

Nestes encontros, os Estados têm de ponderar entre os dois protagonistas de suas políticas, tais sejam, o âmbito interno e o internacional com seus outros atores. Enquanto entendemos que autonomia significa a capacidade de definir leis a si próprio, qualquer tentativa de cooperação em que as leis ou regras devam ser definidas em conjunto atentam contra esta conceitualização de autonomia. Considerando esta problemática da cooperação *versus* autonomia, tomamos como válido neste trabalho o conceito de interdependência complexa, desenvolvido por Robert Keohane e Joseph Nye:

Toda relação de interdependência envolve custos, ao menos na forma de limitação da autonomia, e não há como saber a priori se os ganhos serão suficientes para compensá-los. [...]em suma, não estaria ocorrendo a substituição do velho mundo mau do conflito internacional pelo novo mundo bom da cooperação.

Em geral, observam, as situações de interdependência não são equilibradas; encontram-se geralmente entre os extremos da simetria perfeita, de um lado, e da dependência completa, do outro. A posição ocupada nesse espectro afeta as condições de barganha entre os atores envolvidos, pois a interdependência assimétrica (em que um depende mais do que o outro) pode, evidentemente, transformar-se em fonte e/ou instrumento de poder. Por si só, no entanto, essa assimetria não explica o desdobramento e o resultado dos processos específicos de negociação, já que há diversas modalidades de interdependência, as quais se traduzem em diferentes relações de poder.<sup>6</sup>

Observamos que esta interdependência é também responsável pelas iniciativas e discussões em prol da cooperação por meio de Cúpulas e Conferências. O conceito e a prática de medidas de confiança mútua foram incorporados às doutrinas de segurança nos diferentes países latino-americanos. As trocas de informações, com o aumento da transparência e a redução da percepção de ameaças, o acesso às atividades militares de outros países, a criação de canais de comunicação, o aumento da previsibilidade através da notificação quanto às atividades militares e a criação de restrições às atividades militares são os pressupostos desta agenda. A participação dos militares em missões de paz multilaterais é vista como parte deste traslado, que modificaria o papel e a perspectiva das Forças Armadas latino-americanas.

---

<sup>6</sup> GALVÃO, Marcos B.A. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, 1993, p. 149-161.

---

Em suma, neste estudo analisamos como os interesses nacionais do Brasil e dos EUA são articulados e apresentados nas Conferências Ministeriais de Defesa das Américas. Pretendemos focar a atuação brasileira nesta cúpula bem como as divergências de temas prioritários à América do Sul e aos Estados Unidos. Delimitamos como objetivos a discussão das seguintes questões:

**I** – Analisar as novas abordagens e os enfoques existentes que aportam os tipos das “novas ameaças” pós-Guerra Fria no hemisfério;

**II** – Apresentar quais são os interesses priorizados pelos EUA no campo da defesa e segurança e como estes interesses são transferidos às agendas temáticas das CMDA.

**III** – Verificar as divergências de enfoque temático em termos de defesa entre os Estados Unidos e o Brasil (no contexto América do Sul). Para tal constatação, analisaremos os interesses brasileiros no campo da defesa e verificaremos como estes interesses são apresentados nas CMDA constituindo uma contraposição à visão dos EUA. Para atingirmos estes objetivos, recorreremos à Política de Defesa Nacional, aprovada em 2005, à Estratégia Nacional de Defesa, aprovada em 2008, documentos do Departamento de Estado norte-americano e à análises de autores especialistas em defesa e segurança internacional..

## 1. O BRASIL NAS CONFERÊNCIAS MINISTERIAIS DE DEFESA – HISTÓRICO E CRONOLOGIA COMENTADA

Os mecanismos de cooperação multilateral, como a Cúpula das Américas, a OEA, a Junta Interamericana de Defesa e as Reuniões de Ministros da Defesa das Américas, foram fóruns privilegiados pelas três primeiras administrações norte-americanas do pós-Guerra Fria.<sup>7</sup> Observa-se uma tentativa de fornecer um novo sentido ao sistema de segurança hemisférico. Embora tendências ao multilateralismo e ao unilateralismo coexistam nesse período, identifica-se uma disposição para o fortalecimento de algumas instâncias multilaterais regionais para discutir e operar as questões da Segurança Internacional. “A interdependência do mundo nos obriga a repensar os temas de segurança. O tipo ideal ‘realista’, para usar as palavras de Keohane e Nye, perdeu consistência. Cooperação e segurança comum parecem ser agora os novos requisitos”.<sup>8</sup>

Como incentivo das necessidades do momento, foi criada a Comissão de Segurança Hemisférica (CSH) com o papel de modernizar e atualizar a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o debate sobre a segurança hemisférica. Poucos anos depois, em 1995, surgiram as Conferências de Ministros da Defesa (CMDA) para definir uma nova fórmula de diálogo entre as autoridades nos cargos de defesa dos países americanos, pois proporcionam um fórum para a discussão das questões de segurança, reunindo os responsáveis civis pela formulação de políticas de segurança e os oficiais militares superiores.

---

<sup>7</sup> “Em todos esses fóruns (OEA, ‘diplomacia de cúpulas’, meio acadêmico) ganhou espaço um novo conceito, o de *segurança cooperativa*, que apesar de carecer de univocidade, pois foi construído e utilizado de diversas maneiras, reflete de um modo ou de outro, a preocupação por *aggiornare* abordagens sobre a questão de segurança, enfrentando aspectos novos e/ou redefinidos, trazidos pela mudança de contexto desencadeada pelo fim da Guerra Fria”. LÓPEZ, Ernesto. “Nova problemática de segurança e ‘novas ameaças’”. In: SOARES, Samuel Alves; MATHIAS, Suzeley Kalil. **Novas ameaças: dimensões e perspectivas**: desafios para a cooperação em defesa entre Brasil e Argentina. São Paulo: Sicurezza, 2003, p. 77.

<sup>8</sup> *Ibid.*, p.70.



Ao cabo da reunião, os temas de interesse imediato e comum são contemplados pelos participantes que se reúnem bianualmente. Variados assuntos são tratados nessas reuniões ministeriais, desde questões de maior recorrência, como o terrorismo e narcotráfico, a questões menos tratadas nas relações internacionais, como as relações entre civis e militares, o papel dos militares na sociedade civil, os Direitos Humanos entre outros temas. Entre os temas tratados nas CMDA as chamadas “novas ameaças”<sup>9</sup> tiveram espaço cada vez maior na agenda. Como exemplos de “novas ameaças” podemos citar a pobreza e imigração; combate ao narcotráfico; proteção ao meio ambiente; controle e produção de armamento nuclear; democracia; terrorismo internacional, entre outros.<sup>10</sup>

De 1995 a 2010, sucederam-se nove Conferências Ministeriais de Defesa das Américas.<sup>11</sup> Abaixo seguem os temas tratados em cada uma das Conferências:

---

<sup>9</sup> Conceitualmente as noções de “ameaça” e “novas ameaças” são muito bem trabalhadas por SAINT-PIERRE, Héctor Luis. “Reconceitualizando ‘novas ameaças’: da subjetividade da percepção à segurança cooperativa”. In: SOARES, Samuel Alves; MATHIAS, Suzeley Kalil. **Novas ameaças: dimensões e perspectivas: desafios para a cooperação em defesa entre Brasil e Argentina**. São Paulo: Sicurezza, 2003, p.23-58.

<sup>10</sup> “É comum encontrar o terrorismo internacional, as atividades de narcotráfico, o crime organizado internacional, o tráfico ilegal de armas, a degradação do meio-ambiente, o fundamentalismo religioso, a pobreza extrema e as migrações internacionais, mencionadas como algumas dessas ‘novas ameaças’ (LÓPEZ, op. cit., p.59-60)

<sup>11</sup> Esses documentos podem ser encontrados no site da Resdal. ([www.resdal.org](http://www.resdal.org))

| Temáticas Tratadas  | 1995 | 1996      | 1998     | 2000   | 2002  | 2004    | 2006      | 2008   | 2010    |
|---|------|-----------|----------|--------|-------|---------|-----------|--------|---------|
|   | EUA  | Argentina | Colômbia | Brasil | Chile | Equador | Nicarágua | Canadá | Bolívia |
| Democracia  | x    | x         | x        | x      | x     | x       | x         | x      | x       |
| Medidas de Confiança Mútua (Elaboração de Políticas De Defesa e/ou Livros Brancos)  | x    | x         | x        | x      | x     | x       | x         | x      | x       |
| Operações de Paz  | x    | x         | x        | x      | x     | x       | x         | x      | x       |
| Terrorismo  | x    |           | x        | x      | x     | x       | x         | x      | x       |
| Promoção de reuniões e eventos de defesa (bilateral, sub-regional e regional)       |      |           | x        | x      | x     | x       | x         | x      | x       |
| Convenção Interamericana: Transparência sobre Armas Convencionais/ Tráfico de armas |      |           | x        | x      | x     | x       | x         | x      | x       |
| Não proliferação e Eliminação de Armas de Destruição em Massa                       |      |           |          | x      | x     | x       | x         | x      |         |
| Cooperação em casos de Desastres Antrópicos e Naturais                              |      |           | x        | x      | x     | x       | x         | x      | x       |
| DH e DIH para as FFAA e funcionários civis da defesa                                | x    |           | x        | x      | x     | x       |           | x      | x       |
| Multidimensionalidade / Novas Ameaças definidas segundo Legislação Interna          |      |           |          | x      | x     | x       | x         | x      | x       |
| Cooperação regional para Defesa e Desenvolvimento                                   | x    | x         | x        | x      | x     | x       |           | x      |         |
| Defesa e Sociedad: possibilidades de cooperação regional                            |      |           |          | x      | x     | x       | x         | x      | x       |
| Desminagem humanitária  |      |           | x        | x      | x     | x       | x         | x      | x       |
| Realidades Subregionais / Arquitetura Flexível                                      |      |           |          | x      | x     | x       | x         | x      |         |
| Pressupostos de Transparência - intercâmbio de informações em defesa e segurança.   | x    | x         | x        | x      | x     | x       |           | x      | x       |
| Formação de Civis em Matéria de Defesa  |      | x         |          | x      | x     | x       |           | x      | x       |
| Perspectiva de gênero   |      |           |          |        | x     | x       |           | x      | x       |
| FFAA nas democracias do século XXI  | x    |           |          |        |       |         |           |        | x       |
| Processos de Modernização Institucional   |      |           |          |        |       | x       | x         | x      | x       |
| Relação Democracia - Segurança - Economia   |      |           |          |        | x     | x       | x         |        |         |
| Narcotráfico  | x    |           | x        | x      | x     |         | x         | x      | x       |
| Novas dimensões da Segurança Internacional - "Novas Ameaças"                        |      |           |          |        | x     | x       | x         | x      | x       |
| Educação e Formação Militar   |      |           |          | x      | x     |         | x         | x      | x       |
| Corrupção   | x    |           |          |        | x     |         | x         |        |         |
| Processos de Modernização Institucional / Reaparelhamento das FFAA                  |      |           |          |        |       | x       | x         | x      | x       |
| Imigrações Ilegais  | x    |           |          |        |       |         |           |        |         |
| Assistência em Grandes Eventos Nacionais ou Regionais                               |      |           |          |        |       |         |           | x      |         |
| Contribuição da Sociedade Civil   |      | x         |          | x      | x     | x       |           | x      | x       |
| Multiculturalismo   |      |           |          |        |       |         |           |        | x       |
| Proteção do Patrimônio Cultural   |      |           |          |        |       | x       |           |        |         |
| Diálogo entre civis e militares - intercâmbio de informações                        | x    |           |          | x      | x     | x       |           | x      | x       |
| Subordinação das FFAA às autoridades de controle democrático                        | x    |           |          |        | x     | x       | x         | x      | x       |
| Impactos das questões econômicas na segurança                                       |      | x         |          |        | x     | x       |           |        |         |

- Embora muitos temas tenham feito parte das discussões dos grupos de trabalho formados nas CMDA, nesta tabela somente consideramos as intenções firmadas nas Declarações Finais de cada CMDA. Fonte: Elaboração da autora.

Em junho de 1995 ocorreu em Williamsburg, Virginia, a primeira CMDA que contou com a participação de representações de 34 países: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e Nevis, Suriname, Trinidad e Tobago, Estados Unidos da América, Uruguai e Venezuela. À exceção de Guiana Francesa e Cuba, representações de todos os países estiveram presentes nesta reunião. A agenda temática da I CMDA foi composta por três questões principais a partir das quais foram divididos três grupos de trabalho, quais sejam:

- Transparência e confiança militar e as medidas de construção de confiança mútua;
- Cooperação em defesa;
- Forças Armadas nas democracias do século XXI.

A definição desta agenda temática, que direcionou os debates da Conferência, ficou a cargo de funcionários do alto escalão dos Departamento de Defesa, Departamento de Estado e Conselho de Segurança Nacional norte-americanos. O país que sedia a CMDA é o responsável pela proposição inicial da agenda temática que deve, então, ser aprovada pelos representantes dos Estados-membro em uma Reunião Preparatória anterior à Conferência. Durante a Primeira Reunião de Ministros da Defesa, os países fizeram apresentações em sessões plenárias e em grupos de trabalho expondo importantes questões de defesa e segurança para seus respectivos países. O Brasil fez parte do segundo grupo de trabalho que tratou da temática “Cooperação em Defesa”.

A I CMDA partilha dos mesmos preceitos apresentados na Declaração de Princípios<sup>12</sup> da Primeira Reunião de Cúpulas das Américas em 1994<sup>13</sup> e da Declaração de Santiago<sup>14</sup> de 1998, documento resultante da Segunda Cúpula das Américas pois ambos tiveram a presença da maioria dos países americanos e enfatizaram o princípio norteador da I CMDA, a democracia, além dos temas Livre Comércio e Desenvolvimento Sustentável. Estes documentos contribuíram para a formação de um sistema de Segurança Cooperativa Hemisférica, sob o manto condutor da democracia, do controle civil das Forças Armadas e do respeito às normas constitucionais. Como resultado da I CMDA, os representantes dos países concluíram que a segurança mútua exigia a preservação da democracia e que o papel essencial das forças militares de um país está focado na defesa dos interesses legítimos dos Estados soberanos e democráticos.

Durante os três dias que durou o evento, foram estabelecidos os chamados Princípios de Williamsburg, que, segundo o secretário de Defesa norte-americano, William J. Perry, representam “um quadro para as instituições de defesa hemisférica trabalharem melhor conjuntamente” (tradução nossa)<sup>15</sup>. Foram definidos seis princípios que deveriam orientar as instituições de defesa na região, chamados de Princípios de Williamsburg, quais sejam:

- A preservação da Democracia como base para se garantir a segurança mútua;

---

<sup>12</sup> Com a presença de 34 países do continente americano a Primeira Reunião de Cúpulas das Américas ocorreu em Miami, na Flórida, de 9 a 11 de dezembro de 1994 e tratou dos temas: Democracia, Livre Comércio e Desenvolvimento Sustentável nas Américas. Esse documento poder ser encontrado no site: [http://www.summit-americas.org/i\\_summit/i\\_summit\\_dec\\_pt.pdf](http://www.summit-americas.org/i_summit/i_summit_dec_pt.pdf)

<sup>13</sup> Para um estudo mais aprofundado da participação do Brasil na Cúpula e Miami ver: MAGALHÃES, F.S. **Cúpula das Américas de 1994**: papel negociador do Brasil, em busca de uma agenda hemisférica. Brasília: Instituto Rio Branco/Fundação Alexandre Gusmão/Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

<sup>14</sup> A Segunda Cúpula das Américas ocorreu em Santiago do Chile entre os dias 18 e 19 de abril de 1998 e buscou fortalecer a cooperação iniciada na Cúpula das Américas de Miami em 1994. O fortalecimento da democracia, o progresso visando a justiça social e o Livre Comércio foram os temas tratados no encontro. Esse documento pode ser encontrado no site: [http://www.summit-americas.org/ii\\_summit/ii\\_summit\\_dec\\_pt.pdf](http://www.summit-americas.org/ii_summit/ii_summit_dec_pt.pdf)

<sup>15</sup> "A framework for hemispheric defense establishments to work better together". Disponível em: <http://www.summit-americas.org/Williamsburg-spanish.htm>

- O reconhecimento de que as Forças Armadas e de segurança desempenham um papel fundamental no apoio às defesas dos interesses legítimos dos Estados democráticos soberanos;
- As Forças Armadas devem estar subordinadas às autoridades de controle democráticas, devendo atuar nos limites impostos pelas Constituições nacionais de cada Estado e pelos Direitos Humanos;
- A necessidade de se aumentar a transparência em matéria de defesa mediante o intercâmbio de informações, através da apresentação de relatórios relativos aos gastos de defesa, de um maior diálogo entre civis e militares;
- O compromisso de se solucionar controvérsias pendentes adotando-se amplamente as medidas de fomento de confiança mútua;
- A importância de se promover uma maior cooperação de defesa no apoio às participações voluntárias em operações da Organização das Nações Unidas e a importância de se promover maior cooperação na luta contra o narcoterrorismo.

Ao discutirem a temática “Cooperação em Defesa”, o Brasil contribui à discussão com uma apresentação sobre a sua participação em operações de paz pelo mundo, incluindo Bósnia e vários países africanos. A delegação brasileira também apresentou os resultados positivos do trabalho de desminagem que realizou na Nicarágua, sob a égide das Nações Unidas. Em outro momento, o secretário de Defesa norte-americano elogiou os esforços brasileiros na mediação do conflito fronteiriço entre Peru e Equador no mesmo ano. Na mesma seção temática, a Comunidade do Caribe (CARICOM) expôs os sucessos da missão das Nações Unidas no Haiti. Os representantes de Argentina e Canadá ofereceram abertura em seus respectivos centros de treinamentos de operações de manutenção de paz a estudantes de outros países.

O Ministro de Segurança Pública e Imigração das Bahamas, Cornelius A. Smith, foi o escolhido para apresentar os consensos logrados dentre os assuntos discutidos na temática “Cooperação em Defesa”, em que o Brasil se enquadrou. A tônica do seu discurso foi a necessidade de se continuar o trabalho de desminagem no continente sob a orientação da ONU, da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Junta Interamericana de Defesa (JID). O ministro também resumiu a discussão do grupo acerca do tema do narcotráfico e o único consenso a que se chegou foi a necessidade de uma abordagem holística pelos países para o tratamento do problema, desde a produção até a distribuição ao consumidor final e as redes ilícitas de financiamento deveriam ser combatidas. O grupo divergiu na questão acerca do emprego dos militares no combate ao narcotráfico e o ministro informou que não foi possível se alcançar um consenso neste ponto. Segundo o ministro, o grupo chegou à conclusão de que o combate aos cartéis supranacionais de drogas devem resultar no desenvolvimento de pequenos e numerosos novos operadores do tráfico, dificultando ainda mais o combate à produção e distribuição de drogas. Uma consideração desanimadora, pois, ao mesmo tempo que se firmam propósitos de combate ao narcotráfico que hoje é controlado por cartéis, sugere-se depois, dificuldades maiores ainda no combate aos novos operadores do tráfico:

O sucesso da Colômbia com o constante desmantelamento do Cartel de Cali, até agora o epicentro do tráfico de drogas no hemisfério, foi discutido. Nesse sentido o grupo foi aconselhado a esperar que o desmantelamento dos cartéis supranacionais possa resultar no desenvolvimento de numerosos e dispersos pequenos operadores, criando assim desafios diferentes e mais numerosos<sup>16</sup>

Notamos que a delegação brasileira se preocupou em apresentar os sucessos da atuação brasileira no mundo, seja em operações da ONU, seja em mediação de conflitos. Os representantes brasileiros pouco se preocuparam em realmente apresentar os interesses nacionais de forma a ganhar espaço na agenda e/ou alavancar uma possível

---

<sup>16</sup> “Colombia's success with the steady dismantling of the Cali Cartel, hitherto the epicenter of drug trafficking in the hemisphere, was discussed. In that vein the group was cautioned to expect that the dismantling of supranational cartels might result in the development of numerous and widely dispersed small operators, thereby creating more and different challenges.” Disponível no site: <http://www.summit-americas.org/Williamsburg-spanish.htm> [Tradução nossa]

cooperação nas temáticas que realmente interessavam ao país. Em certa medida podemos atribuir este comportamento ao fato da não-integração das três Forças em um comando único, como virá a acontecer em 1999 com a criação do Ministério da Defesa. Exército, Marinha e Aeronáutica agiam de forma independente e sem correlação, respondendo somente aos seus respectivos comandantes ou ministros<sup>17</sup> e ao presidente da República. Como esperar algum consenso entre estes comandos de forma a se unificarem os interesses para serem apresentados e defendidos na Conferência se os comandantes não partilhavam de um espaço comum de diálogo ou uma hierarquia que organizasse as três Forças?

A temática da Amazônia, por exemplo, que deveria ser representada pela delegação brasileira de forma a fortalecer as questões militares, embora não apareça entre os Princípios de Williamsburg, foi tratada por William Perry de maneira indireta que considerou somente as questões do desgaste do ecossistema compartilhado, como se este fosse realmente um fator pertinente à defesa no continente.

Diferentemente do Brasil, os EUA souberam, desde o início, delinear a agenda da reunião primeiramente, porque foi o país fundador das CMDA e, por este motivo, o responsável pela formulação inicial da agenda temática e, de forma secundária, pela importância que atribuiu ao evento ao contar com uma delegação que incluía o vice-presidente Al Gore (governo Clinton) e o Secretário de Defesa, William J. Perry. Já nesta Primeira Conferência verificamos a tendência de se abarcar um exacerbado número de temas que não são relativos ao âmbito da defesa que, então, deveriam ser tratados em outros foros.

Notamos a importância que os EUA denotam ao evento ao verificarmos que, além da publicação da Declaração final da CMDA, o Departamento de Defesa publicou um documento resumindo os processos da I CMDA com a transcrição dos

---

<sup>17</sup> Com a criação do Ministério da Defesa, em 10 de junho de 1999, o Ministério da Aeronáutica passou a se chamar Comando da Aeronáutica e o ministro da Aeronáutica passou a ser chamado de Comandante da Aeronáutica

discursos do secretário de Defesa norte-americano, William J. Perry, do vice-presidente da República, Al Gore, do Ministro da Defesa de El Salvador, General Humberto Corado, do Ministro de Segurança Pública e Imigração das Bahamas, Cornelius A. Smith e do Ministro da Defesa argentino, Oscar Camilion.

A relevância da democracia na construção de um continente pacífico e cooperativo esteve presente em todos estes discursos. O General Humberto Corado enfatizou a necessidade de modernização das FFAA para a manutenção e fortalecimento da democracia e afirmou que as CMDA representam um novo modelo de segurança: “Esta reunião iniciou a transição para a paz, oferecendo um novo modelo de segurança para transformar a América Central em uma região de paz, democracia, desenvolvimento e liberdade. E a modernização das Forças Armadas é necessária para manter e fortalecer as democracias.”<sup>18</sup>. O Ministro Argentino, Oscar Camilion, afirmou que as FFAA são instituições à serviço do processo democrático e das instituições constitucionais.<sup>19</sup> Al Gore relembrou o passado colonial comum dos países presentes de forma a introduzir a temática da democracia em seu discurso como um objetivo que foi duramente alcançado, e tentou aproximar as nações presentes através da ênfase na temática:

É justo que nós devemos reunir nesta configuração histórica de Williamsburg, aqui, no meio destas ruas e entre estes edifícios antigos, como nos reunimos para avaliar o futuro da liberdade em nosso hemisfério, podemos também recordar nosso passado colonial comum. Em cada esquina e cada rua, em cada pousada e hospedaria, podemos ouvir os ecos das lutas que deram origem à democracia no meu país, e somos lembrados das liberdades que agora se unem para celebrar e apoiar.<sup>20</sup>

<sup>18</sup> “This began the transition towards peace, offering a new model of security to transform Central America into a region of peace, democracy, development and freedom. And modernization of Armed Forces is necessary to maintain and strengthen the democracies” Discurso disponível no site: <http://www.summit-americas.org/Williamsburg-spanish.htm> [tradução nossa]

<sup>19</sup> “The Armed Forces are institutions that fit within the framework of the democratic processes of the regions. The Armed Forces in the 21st Century are armed services with regard to the service of constitutional institutions and of democracy”. Tradução nossa: “As Forças Armadas são instituições que se enquadram no âmbito dos processos democráticos da região. As Forças Armadas no século 21 estão armadas a serviço das instituições constitucionais e da democracia.” Oscar Camilion, Ministro da Defesa Argentino e representante do país na I CMDA em 1995.

<sup>20</sup> “It is fitting that we should gather in this historic setting of Williamsburg, for here, amid these cobbled streets and among these ancient buildings, as we come together to assess the future of freedom in our hemisphere, we can also recall our shared colonial pasts. At every corner and every street, at every inn and tavern, we can hear the echoes of the struggles that gave birth to democracy in my country, and we're



A temática da democracia se sobressaiu pela importância atribuída a ela e pela recorrência nos discursos e declarações da I CMDA. Conforme observamos na tabela 1, o tema da democracia será tratado em todas as demais CMDA até 2010. A ela foi atribuído um importante papel na construção de um continente mais pacífico, cooperativo e justo, no entanto, nenhum dos delegados se preocupou em chamar a atenção para o que de fato, foi entendido como democracia. A simples eleição de governantes por votação livre não caracteriza uma democracia plena.<sup>21</sup> Fatores importantes como direitos políticos e liberdades civis, não foram sequer citados, o que pode representar uma imaturidade no delineamento da agenda ou, em contraposição, pode representar uma escusa proposital. Como veremos no capítulo 2, a defesa da democracia pode ser bastante versátil em diferentes discursos.

Além da democracia ser tratada como pilar da cooperação em defesa e segurança na região, o terrorismo é priorizado como principal ameaça ao continente juntamente com o narcotráfico. Fazendo uma ligação direta entre o narcotráfico e o terrorismo, o termo “narcoterrorismo” figura no sexto princípio de Williamsburg (como verificamos acima) e revela a nítida indiferenciação para o governo norte-americano

---

reminded of the freedoms that we now join to celebrate and to sustain.” Vice-presidente Al Gore em discurso da I CMDA, disponível em: <http://www.summit-americas.org/Williamsburg-spanish.htm> . [Tradução nossa]

<sup>21</sup> Não temos o interesse aqui de explicitar o tão extenso debate acerca da melhor definição de democracia. Somente para citarmos uma definição que considera outros fatores além da eleição de governantes, tomamos a definição de Norberto Bobbio, em que os requisitos necessários para a democracia são: 1) todos os cidadãos que tenham alcançado a maioridade etária sem distinção de raça, religião, condição econômica, sexo, devem gozar de direitos políticos [...]; 2) o voto de todo o cidadão deve ter igual peso; 3) todos aqueles que gozam dos direitos políticos devem ser livres para votar [...]; 4) devem ser livres também no sentido de que devem ser colocados em condições de escolher entre diferentes soluções [...]; 5) seja para as eleições, seja para as decisões coletivas, deve valer a regra da maioria numérica [...]; 6) nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria [...].” No mesmo compasso, Bobbio adverte que não se garante que uma decisão tomada pela maioria seja a mais inteligente e sábia, porém deve ser considerada no mínimo que “[...] é aquela que se pode presumir seja a mais vantajosa para a maioria, contanto que se entenda possa ser mudada com o mesmo procedimento” O Autor ainda questiona sobre a determinação dos interesses e pondera entre o interesse particular e o interesse geral: Além do fato de que cada grupo tende a identificar o interesse nacional com o interesse do próprio grupo, será que existe algum critério geral capaz de permitir a distinção entre o interesse geral e o interesse particular deste ou daquele grupo, ou entre o interesse geral e a combinação de interesses particulares que acordam entre si em detrimento de outros?” In: BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos. P. 426-440.

entre organizações narcotraficantes e terroristas. O “narcoterrorismo” é utilizado em vários outros momentos pelo secretário William J. Perry como a maior ameaça à democracia devendo então, ser o maior motivador à cooperação no continente. Ocorre que, assim como o conceito democracia não é delineado em nenhuma das Reuniões, a temática do terrorismo também carece de definição conceitual, podendo, então ser trabalhado conforme o discurso necessário dos governos.

Apenas um ano após a I CMDA, ocorreu, em San Carlos de Bariloche, cidade argentina, entre os dias 7 e 9 de outubro de 1996, a II CMDA. A Reunião teve uma redução no número de participantes e, com a presença de delegações de 31 países ratificou os ideais da primeira reunião em Williamsburg. A II Reunião não traz muitas novidades com relação à I CMDA. A Declaração Final do encontro volta a enfatizar o papel da democracia representativa como elemento fundamental para a “segurança hemisférica” (sic.)<sup>22</sup>:

Relembra o Compromisso de Santiago com a Democracia e a Renovação do Sistema Interamericano”, adotado pela Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos em Santiago do Chile, em 1991 e pela conferência realizada em Williamsburg, Virginia, EUA, em julho de 1995, que enfatizaram que a democracia representativa é um elemento fundamental para a segurança hemisférica.<sup>23</sup>

A II CMDA apresentou-se como uma reedição da Primeira reunião na medida em que novamente tratou dos temas democracia, a importância de medidas de confiança mútua, cooperação regional para a defesa e desenvolvimento e pressupostos de transparência. Nesta Reunião volta-se a falar nas operações da ONU, no entanto,

<sup>22</sup> O hemisfério ocidental ou hemisfério oeste engloba todas as regiões situadas a oeste da longitude 0°, ou Meridiano de Greenwich. O termo hemisfério ocidental é uma analogia a divisão geográfica do globo terrestre em hemisfério sul e hemisfério norte. Parte da Europa, da África e da Antártica se localizam no Hemisfério Ocidental, mas a América é o único continente a situar-se com seu território totalmente dentro desse hemisfério, portanto, é por vezes referido como o hemisfério americano. Nestas Declarações continuamente os termos hemisfério ou hemisfério ocidental são utilizados em substituição aos termos Continente Americano.

<sup>23</sup> Recalled that the "Santiago Commitment to Democracy and the Renewal of the Interamerican System", adopted by the Organization of the American States General Assembly in Santiago de Chile, in 1991 and the Conference held in Williamsburg, VA, USA, in July 1995, emphasized that representative democracy is a fundamental element for hemispheric security. Declaração de San Carlos de Bariloche. [Tradução nossa]

diferentemente da I CMDA que, de forma generalizada, enfatiza a participação em Operações de Paz, nesta, especifica-se Operações de Manutenção de Paz<sup>24</sup> da ONU. A Declaração final salientou a necessidade de se aprofundar a cooperação interamericana na manutenção da paz preservando-se o princípio da soberania. Segundo a professora Suzeley Khalil Mathias, nesta CMDA os principais temas tratados foram: “a necessidade de aprofundar medidas de confiança mútua; aprofundar a cooperação interamericana para a manutenção da paz com a preservação da soberania dos Estados; (...) aumento da participação das nações americanas nas operações de manutenção da paz da ONU, etc.”<sup>25</sup>

Temas importantes tratados na Conferência anterior, como terrorismo, Direitos Humanos e Direito Humanitário Internacional para as FFAA e funcionários civis da defesa, o papel das FFAA nas democracias, narcotráfico, corrupção, imigrações ilegais, diálogo entre civis e militares, subordinação das FFAA às autoridades de controle democrático, deixaram de ser diretamente tratados. Além da perda de discussão nestas temáticas, houve redução no número de países presentes de 34 para 31. As novidades temáticas ficaram por conta da consideração do impacto das questões econômicas na segurança e da indicação da criação do Centro de Estudos Hemisféricos de Defesa (CHDS). A necessidade de maior participação e formação de civis em assuntos relacionados a defesa foi o grande consenso do grupo de trabalho “Educação para a Defesa”<sup>26</sup>. A discussão dos grupos apontou que a formação e participação de civis na defesa tem como consequência o fortalecimento da democracia.

---

<sup>24</sup> As Operações de Paz das Nações Unidas são divididas em Peacemaking Operations, Peacekeeping Operations, Peacebuilding Operations e Peace Enforcement Operations. A definição de Peacekeeping Operation, segundo o **United Nations Peacekeeping Operations – Principles and Guidelines** é: Traditional United Nations peacekeeping operations conducted with the consent of the parties to a conflict, usually States, in which “Blue Helmets” monitor a truce between warring sides while mediators seek a political solution to the underlying conflict”. Ou seja, Operações de Manutenção In: [http://pbpu.unlb.org/pbps/Library/Capstone\\_Doctrine\\_ENG.pdf](http://pbpu.unlb.org/pbps/Library/Capstone_Doctrine_ENG.pdf)

<sup>25</sup> MATHIAS, Suzeley K. **Defesa e Segurança Hemisférica: um tema controverso. Notas à Declaração sobre Segurança nas Américas**. Publicado no Boletim da Resdal, n. 13, Edição Especial, dezembro de 2003.

<sup>26</sup> Conclusões do grupo disponíveis no site:

<http://www.summit-americas.org/hemispheric%20security/conclusions%20of%20group%203.htm>

Diferentemente da I CMDA, em que houve divulgação de um Relatório já citado contendo os principais discursos e resultados dos grupos de trabalho da Reunião, na II CMDA houve somente a divulgação da Declaração Final no site das Conferências Ministeriais de Defesa.<sup>27</sup> No site do Ministério da Defesa da Argentina, país que sediou o evento, também não há menção além da Declaração Final da reunião. Com relação à I CMDA, esta apresentou-se de forma menos enfática e com menor publicidade, não se discutiu qualquer resultado proveniente da Conferência anterior e ainda houve reduções significativas nas temáticas tratadas. Depois desta reunião ficou acordado que as Conferências iriam ocorrer bianualmente.

Durante a III CMDA em Cartagena, Colômbia, em 1998, questões como a necessidade de fortalecer as instituições relacionadas à segurança e de estimular reuniões e intercâmbios entre autoridades da área tiveram enfoque. A terceira reunião representou uma ampliação nos temas que vinham sendo tratados, pois incluiu assuntos como: a temática do terrorismo enquanto ameaça à democracia no hemisfério; o favorecimento do mecanismo de solução pacífica de controvérsias; a firme adesão aos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos e a preocupação em estimular a educação e a capacitação das Forças Armadas em Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário. Os Estados presentes ainda expressaram satisfação com o acordo de paz obtido entre Peru e Equador.

A temática do terrorismo aparece pela primeira vez nas Conferências de forma isolada, pois durante a I CMDA o termo utilizado foi “narcoterrorismo”, não “terrorismo”. Na Declaração da III CMDA em seu ponto 12, a temática do terrorismo foi enfatizada e os países expressaram “Sua condenação a todas as formas de terrorismo, incluindo as formas não-tradicionais, (...) com o objetivo de promover a cooperação

---

<sup>27</sup> [www.cdmamericas.org.br](http://www.cdmamericas.org.br)

hemisférica a cooperação hemisférica contra todas as formas de terrorismo como um grave crime que atenta contra a democracia”<sup>28</sup>

O secretário de Defesa norte-americano William S. Cohen discursou no evento e após ter a infeliz idéia de citar a história infantil de “Alice no País das Maravilhas”, fez a impensável ponte entre terrorismo e catástrofes naturais. Segundo ele, há dois tipos de terror, o infligido pelas desenfreadas forças da natureza e o infligido pelas forças do mal, ainda segundo o ministro, estes dois males são enfrentados diariamente (sic.) em nossas vidas: “(...)o terror que é infligido pela natureza e o terror que é infligido por terroristas. O terror infligido pelas forças desenfreada da natureza e aqueles infligidos pelas forças do mal, sem princípios - estes são os dois tipos de terrorismo que temos de enfrentar em nossas vidas diárias.”<sup>29</sup>

Apesar de, em 1998 a América Central e o Caribe terem passado pela pior catástrofe natural em 200 anos com o furacão Mitch, que causou mais de 11 mil mortes, este tipo de catástrofe e atos terroristas estão longe de terem recorrência diária na vida dos americanos. Ainda comparando as duas tipologias de terrorismo criadas por Cohen, ele afirma que ambas devem ser combatidas ou remediadas pelas FFAA, uma vez que são as forças mais capacitadas e melhor treinadas. O apelo do ministro para aproximar os dois temas em um momento tão delicado para as vítimas e governos da América Central chega a ser obscuro. Três anos antes do maior atentado terrorista em território norte-americano o ministro já falava em restrições consentidas às liberdades civis em nome da segurança nacional ameaçada pelo terrorismo, principal fonte de inseguranças das Américas, segundo Cohen.

---

<sup>28</sup> “Their condemnation of all forms of terrorism, including non-traditional forms,(...) aimed at fostering hemispheric cooperation against all forms of terrorism as a serious crime threatening hemispheric democracy.” – Disponível em: [http://cdmamericas.org/PublicPages/cartagena\\_declaration\\_eng.aspx](http://cdmamericas.org/PublicPages/cartagena_declaration_eng.aspx) [Tradução nossa].

<sup>29</sup> “(...) the terror that is inflicted by nature and the terror that is inflicted by terrorists. Terror inflicted by the unbridled forces of nature and those inflicted by the unprincipled forces of evil -- these are the two types of terrorism which we have to confront in our daily lives”.Disponível no site: <http://www.summit-americas.org/Hemispheric%20Security/Cohen-Cartagenaministerial.htm> [Tradução nossa]

Além de incluir o terrorismo na agenda das CMDA, conforme citado, a III CMDA representou uma ampliação significativa dos assuntos debatidos. Foi a primeira vez em que os participantes do encontro lidaram com assuntos como tráfico de armas, desminagem humanitária, cooperação em casos de desastres naturais e antrópicos além de incentivar a promoção de reuniões e eventos em diferentes âmbitos (bilateral, sub-regional e regional) de defesa. Além destas inovações, a Reunião revisitou temas tratados na I CMDA e esquecidos na II CMDA, como Direitos Humanos e Direito Humanitário Internacional em matéria de defesa para as FFAA e civis e combate ao tráfico de drogas e atividades ilícitas relacionadas a ele. Os temas que persistiram em todas as Conferências até o momento foram democracia, a importância de medidas de confiança mútua, cooperação regional para a defesa e desenvolvimento, pressupostos de transparência e incentivo à participação em Operações de Manutenção de Paz da ONU.

A IV CMDA ocorreu na cidade de Manaus, em 2000. A reunião organizada no Brasil pelo Ministro da Defesa Geraldo Magela Quintão retomou cinco temas principais tratados nas três Conferências anteriores, tais sejam: a importância da democracia na promoção da paz no continente, a importância de se fomentar medidas de confiança mútua, o incentivo à Operações de Manutenção de Paz da ONU, o incentivo à Cooperação regional para a Defesa e Desenvolvimento e o fomento à cooperação e transparência nos assuntos de segurança e defesa.

Houve nova redução no número de países participantes no evento; delegações de 28 países estiveram presentes em Manaus. Na primeira reunião em que o Brasil se apresenta de forma unificada, com a presença de um Ministro da Defesa, o ministro Magela Quintão foi acompanhado de militares das três Forças e, segundo ele, no encontro pôde “sentir muito bem o que é uma visão de defesa”<sup>30</sup>.

Ao tratar do fomento de medidas de confiança mútua no ponto 9 da Declaração de Manaus há a chamada para a elaboração de políticas de defesa e de

---

<sup>30</sup> Ex-ministro da Defesa em Geraldo Magela Quintão em entrevista no dia 25 de julho de 2001 ao Defesanet: <http://www.defesanet.com.br/noticia/mindef/mindef.htm> 1

documentos doutrinários consistentes na área pelos países participantes. Já no ponto 12 da Declaração, além do incentivo à formulação de políticas de defesa aparecer novamente, fala-se especificamente da publicação de Livros Brancos como uma medida de confiança mútua pela primeira vez nas CMDA. Dez anos depois do evento, o Brasil ainda não possui um Livro Branco de Defesa, o que indica o excesso de retórica nestes encontros e a escassez de ações nas realizações das intenções firmadas.

Atualmente há apenas dois documentos doutrinários de defesa do Brasil: a Política de Defesa Nacional (PDN) de 1996 e revista em 2005 e a Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2008. A END não retoma a PDN como forma de se fundamentar e, conforme a Lei Complementar n.136 de agosto de 2010, o Livro Branco de Defesa deverá conter os dois documentos citados além dos demais abaixo:

§ 2º O Livro Branco de Defesa Nacional deverá conter dados estratégicos, orçamentários, institucionais e materiais detalhados sobre as Forças Armadas, abordando os seguintes tópicos: I – cenário estratégico para o século XXI; II – política nacional de defesa; III – estratégia nacional de defesa; IV – modernização das Forças Armadas; V – racionalização e adaptação das estruturas de defesa; VI – suporte econômico da defesa nacional; VII – as Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica; VIII – operações de paz e ajuda humanitária<sup>31</sup>

Além da orientação aos Estados para a publicação de Livros Brancos e documentos doutrinários de defesa, na Reunião a chamada dos civis para a capacitação em temas de defesa e a ênfase na promoção da integração entre civis e militares nos debates dos temas relativos à defesa, representaram o tema com maior destaque além das medidas de confiança mútua. O assunto que já havia sido tratado na II CMDA é retomado e priorizado. No ponto 9 da Declaração Final a chamada dos civis à responsabilidade de se debater e estudar os temas relativos à defesa foi enfática:

9.A segurança e a defesa de cada país constituem responsabilidade da sociedade como um todo e não apenas dos militares, o que torna

---

<sup>31</sup>LEI COMPLEMENTAR Nº136 DE 25 DE AGOSTO DE 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp136.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp136.htm). .

imprescindível a formação de civis em assuntos de defesa e a integração entre civis e militares nos debates dos temas a ela relativos;<sup>32</sup>

No ponto 18 a temática da participação civil é retomada com um viés um pouco diferente incentivando programas de educação em Direito Humanos e Direito Humanitário Internacional para FFAA e civis atuantes na defesa como medida que contribui para o fortalecimento da democracia e o cumprimento da lei. No ponto 19 fala-se em educação para a Defesa tanto para civis como para militares; o ponto discorre sobre estímulos à formação de especialistas civis na área de defesa. Neste ponto este estímulo vem combinado à transparência nos processos orçamentários e no gerenciamento dos recursos de defesa como importantes para o fortalecimento das medidas de confiança mútua. Nota-se que a reunião no Brasil levou a responsabilidade da formulação de políticas de defesa e o debate do tema à sociedade civil recorrendo à ela em três pontos da Declaração Final.

Em Manaus a questão das diferenças subregionais foi incorporada à agenda temática. Tais diferenças foram apontadas como obstáculos à integração e cooperação, no entanto, conclui-se na Declaração Final que tais diferenças necessariamente tem que ser levadas em consideração na formulação de um sistema de segurança equilibrado. Propôs-se ainda, uma revisão do então sistema de segurança hemisférico. A autonomia nacional é incentivada nesta Reunião para a definição das prioridades em defesa e segurança de cada país e é, a partir deste momento, que as diferenças aprofundam ainda mais as dificuldades na definição de políticas hemisféricas verificando-se a necessidade premente de se atuar regional ou sub-regionalmente em determinados temas.:

as diferenças entre as realidades sub-regionais não constituem barreira à cooperação e ao intercâmbio, mas devem ser respeitadas e levadas em conta na concepção de um sistema de segurança equilibrado, que reconheça os contextos estratégicos peculiares das três Américas. Há necessidade de

---

<sup>32</sup> Declaração disponível no site: [http://cdmamericas.org/PublicPages/manaus\\_declaration\\_por.aspx](http://cdmamericas.org/PublicPages/manaus_declaration_por.aspx)



continuação dos estudos para a revisão do Sistema de Segurança Hemisférica vigente.<sup>33</sup>

Desde a I CMDA os EUA tentam incutir nas Conferências a indiferenciação entre os conceitos ‘defesa’ e ‘segurança’, no entanto, nesta Reunião, a agenda proposta pelo Brasil segue na direção oposta, enfatizando a necessidade de se diferenciar conceitualmente os termos para melhor se combater as ameaças em cada um dos âmbitos (de defesa e de segurança). Finalmente a opinião que prevalece é a brasileira e, no ponto 6 da Declaração Final de Manaus, afirma-se que “é necessário definir os conceitos de segurança e defesa para facilitar o seu entendimento doutrinário no âmbito hemisférico”.<sup>34</sup>

Segundo Magela Quintão, esta diferenciação conceitual é muito importante pois a Conferência de Ministros da Defesa estava tratando maiormente de assuntos de Segurança:

Eu estou vendo assim todos os governos preocupados com segurança, tráfico de drogas, crime organizado. Eu estive na 4ª Conferencia Ministerial de Defesa das Américas, que reuniu 28 Ministros de Defesa de nosso continente. Fiz de propósito na Amazônia. Lá eu notei que as questões levantadas não eram de defesa, mas de segurança. Nós levantávamos as questões de defesa e eles levavam para a segurança. Esta era a questão deles e não só do Brasil.<sup>35</sup>

Além dos assuntos tratados já citados, os ministros reiteraram o compromisso com a não-proliferação e eliminação de todas as armas de destruição em massa e o comprometimento de combate ao terrorismo como ameaça à democracia no hemisfério. Na IV CMDA admite-se que o tráfico de drogas e as atividades transfronteiriças relacionadas a ele são um desafio ímpar à segurança e à estabilidade da região. A cooperação em caso de desastres naturais volta a ser salientada e o intercâmbio de informações e a cooperação entre os Estados, conforme a legislação de cada país,

<sup>33</sup> Declaração disponível no site: [http://cdmamericas.org/PublicPages/manaus\\_declaration\\_por.aspx](http://cdmamericas.org/PublicPages/manaus_declaration_por.aspx)

<sup>34</sup> Declaração disponível no site: [http://cdmamericas.org/PublicPages/manaus\\_declaration\\_por.aspx](http://cdmamericas.org/PublicPages/manaus_declaration_por.aspx)

<sup>35</sup> Ex-ministro da Defesa em Geraldo Magela Quintão em entrevista no dia 25 de julho de 2001 ao Defesonet: <http://www.defesonet.com.br/noticia/mindef/mindef.htm>

também é destacado. A Terceira e, principalmente, a Quarta Reunião são vitais para a compreensão do objetivo final das CMDA e a atuação desses encontros no estabelecimento de uma arquitetura de segurança hemisférica, baseada na coordenação e na cooperação entre os Estados e a atenção na agenda global contemporânea, que ultrapassaram as estruturas e os esquemas securitários formulados no período da Guerra Fria. Como sustenta Vasconcellos, “os temas considerados não se diferenciaram daqueles das reuniões anteriores. Contudo, em especial, consta, na Declaração [de Manaus], que as diferenças sub-regionais não devem constituir obstáculos às metas traçadas e que os conceitos de segurança devem ser mais bem definidos, facilitando o diálogo entre os Estados”.<sup>36</sup>

A V CMDA em Santiago do Chile, em 2002, deu continuidade a esse processo de construção da cooperação na área da Defesa e contou com a participação de 34 países, ou seja, 6 a mais que na IV CMDA. A Reunião em Santiago destacou-se por ser a primeira grande reunião regional ligada a assuntos de defesa após os ataques terroristas de 11 de setembro nos EUA. A Conferência apresentou três linhas temáticas: a segurança regional no início do século XXI; a confiança mútua no continente americano; defesa e sociedade: possibilidades de cooperação regional.

A quinta Reunião revisitou a Declaração de Manaus ao relembrar a maioria dos pontos tratados no Brasil. Uma definição importante no encontro foi a indiferenciação entre os conceitos de defesa e segurança, inicialmente proposto pelos EUA já em Williamsburg, que, nesta Conferência alcança o êxito, mesmo com a contraposição de alguns países, inclusive a brasileira. Quintão enfatizou em seu discurso a necessidade de se estabelecer claramente os conceitos de defesa e segurança para que sejam focados a defesa convencional; das agressões externas, da defesa territorial e da soberania:

---

<sup>36</sup> VASCONCELLOS, P. **Segurança nas Américas**: a difícil construção de um consenso sobre a segurança hemisférica – o embate entre a OEA e os interesses nacionais. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Campinas, 2007, p. 74.

Uma das tarefas que cabe à Conferência é a de estabelecer com clareza a definição e o alcance dos conceitos de segurança e defesa, ainda entendidos e utilizados de modo distinto acerca de sua abrangência por diversos países do continente, o que muitas vezes dificulta a interlocução em vista da complexidade das questões atuais.

Nesse sentido, o chamado "enfoque multidimensional da segurança", que envolveria aspectos como segurança humana, econômica e ambiental, entre outras, todas de grande relevância, não deve deixar em segundo plano o que constitui o foco central da segurança tradicional, entendida como a defesa convencional em caso de agressão externa e relacionada com o papel das estruturas nacionais de defesa, cuja missão de defesa do território e da soberania devem permanecer imutáveis.<sup>37</sup>

Como inovação surgiram três temáticas: a relação Economia – Segurança – Democracia, as chamadas “novas ameaças” e as perspectivas de gênero. Com relação à primeira temática verificamos na Declaração Final o tratamento das relações Economia, Segurança e Democracia. Considerando a relação entre crescimento econômico e segurança, os países se comprometeram a criar oportunidades e eliminar barreiras estruturais para o desenvolvimento econômico e social. Comprometeram-se a adotar políticas efetivas, como a promoção do comércio justo visando a redução da pobreza contribuindo assim, para a maior estabilidade democrática e segurança no continente ao mesmo tempo que assumiram como verdadeira a relação inversa ou seja, a segurança propicia ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e social, fortalecendo assim, a democracia e as instituições democráticas.

Na Declaração da V CMDA os países declararam que as “novas ameaças” precisam ser enfrentadas através de governos e instituições democraticamente consolidados, respeitando as leis e a soberania nacional. O documento da reunião chamou de ameaças mais complexas as advindas dos incidentes do 11 de setembro. Sobre as “novas ameaças”, mais especificamente o terrorismo, o ministro da Defesa do Brasil, Geraldo Quintão, fez um discurso em que observou que o recrudescimento do terrorismo redefiniu o funcionamento do sistema internacional e deslocou o eixo diplomático e estratégico do mundo no entanto, segundo ele, o Brasil não deve aceitar que "a lógica do

---

<sup>37</sup> Discurso disponível no site: <http://www.defesenet.com.br/noticia/quintao3/discurso.htm>

medo prevaleça sobre a necessidade da cooperação internacional".<sup>38</sup> Sobre os novos fatos e a conseqüente “nova agenda de segurança” o ministro enfatizou que a defesa às ameaças advindas extrapolam as ameaças tradicionais de defesa:

Desde a última Conferência, que o Brasil teve a honra de sediar em Manaus, os desafios que enfrentamos se agravaram. A conjuntura internacional modificou-se e as tensões se incrementaram. O diálogo, o entendimento e as negociações são ainda mais prementes para superarmos questões ainda pendentes e aquelas que ressurgem sob novas formas.(...) Encontramo-nos em uma etapa de transição, que coloca em perspectiva a chamada "nova agenda de segurança", abrangente de todo um conjunto de riscos e ameaças, que inclui, além do terrorismo, crimes transnacionais (como o narcotráfico e o contrabando de armas), questões ambientais, violações de direitos humanos, instabilidades políticas internas, e vulnerabilidades inerentes ao processo de globalização econômica, cujo enfrentamento perpassa a visão militar de questões consideradas tradicionalmente como situadas na esfera da defesa.<sup>39</sup>

Embora a temática do terrorismo já tivesse sido tratada nas I, III e IV CMDA, há um novo fator vinculado a ela, na V CMDA conclui-se que o combate ao terrorismo resulta na necessidade de soluções coordenadas. Nas palavras da autora,

O discurso não se altera. **A democracia permanece como pilar fundamental, todavia, pela repercussão dos ataques terroristas de 2001, essa ameaça passa a ocupar maior destaque.** Reforça-se a condenação aos atos de terror. Consideram-se, como necessários, um esforço especial e uma cooperação mais efetiva baseada na solidariedade hemisférica. A Declaração de Santiago sublinha a importância de uma abordagem integral e multidimensional. **Os problemas comuns demandariam soluções coordenadas, interinstitucionais e intergovernamentais.** <sup>40</sup> [grifo nosso]

Um dos principais financiadores do terrorismo, o narcotráfico, volta a ser tratado na V CMDA após estar presente nas I, III e IV CMDA. A Lei Complementar Brasileira n. 105 prevê a possibilidade de quebra de sigilo das operações de instituições financeiras para a apuração de ocorrências ilícitas. Embora seja tratado como um inimigo real com graves conseqüências à população e às instituições nacionais, Quintão retoma a questão da atuação das FFAA em questões relativas à segurança, o que não deveria

<sup>38</sup> Disponível no site: <http://www.defesanet.com.br/noticia/quintaovconferencia/>

<sup>39</sup> <http://www.defesanet.com.br/noticia/quintao3/discurso.htm>

<sup>40</sup> VASCONCELLOS, P. Op. Cit.p.74.

ocorrer, uma vez que “O crime organizado não deve, contudo, ser enfrentado por forças armadas regulares. A questão do narcotráfico é, no Brasil, de natureza policial por disposição constitucional expressa”<sup>41</sup>. O ministro ainda afirma que a participação das FFAA nestas questões de segurança são limitadas às “atividades de apoio logístico, inteligência e respaldo à ação das polícias, missões estas definidas na Constituição”<sup>42</sup>.

A terceira temática que representou inovação com relação às CMDA anteriores versou muito brevemente sobre as perspectivas de gênero. Os ministros declararam satisfação com relação aos avanços na incorporação das mulheres nas FFAA e nas forças de segurança no continente. No Brasil a incorporação das mulheres nas FFAA ainda não ocorreu de forma integral, embora nas forças policiais as mulheres atuem mais amplamente.

A medição dos gastos de defesa como medida de transparência foi colocada na V CMDA e os países mostraram apoio à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), visando estabelecer uma metodologia comum na medição dos Gastos de Defesa entre a Argentina e o Chile; esforços subregionais para se disseminar a concepção de Segurança Hemisférica; Responsabilidade do Centro de Estudos Hemisféricos de Segurança (CHDS) de capacitar os civis e militares quanto questões tangentes à segurança e defesa, bem como elaborar conceitos comuns de segurança e paz, com objetivos de facilitar o fomento da confiança mútua.

Quanto ao âmbito econômico e político no hemisfério, a quinta conferência estabelece que haja políticas efetivas para se obter um comércio justo e equitativo entre os Estados, com intuítos de diminuir a pobreza e a instabilidade democrática de alguns membros. Deve-se combater a corrupção, manifestações e impunidades que abalem a estabilidade democrática, além também de uma enérgica posição contra o terrorismo, o qual, segundo a Declaração Final, ameaça todo e qualquer princípio de civilidade. A temática da corrupção como desestabilizadora da democracia já

---

<sup>41</sup> <http://www.defesanet.com.br/noticia/quintao3/discurso.htm>

<sup>42</sup> Ibid.

havia sido tratada na I CMDA, mas esquecida nas outras 3 reuniões que a precederam. Esta Conferência recebeu também o apoio de instituições internacionais como a ONU e OEA, para se desenvolver diferentes programas que coadunem para a eliminação das chamadas minas antipessoais, ajudando na reinserção social das vítimas de minas como tentativa de sanar um problema que representa verdadeira ameaça a população civil.

Um dia antes do início da semana que ocorreu a V CMDA, o ministro da Defesa brasileiro se encontrou com a ministra da Defesa chilena, Michele Bachellet. Em outros dias o Brasil também teve reuniões bilaterais com Argentina, EUA, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Suriname e Uruguai para tratar as novas ameaças sob a ótica brasileira e dos demais países. O ministro afirmou que os interesses brasileiros mais se aproximam dos interesses dos países da América do Sul, sendo este um “continente com identidade estratégica própria em que os países trabalham em torno de uma agenda comum de temas, oportunidades e preocupações”<sup>43</sup> Sobre a necessidade desta abordagem regional sobre defesa, Quintão declarou:

Ressalto ainda que, ao se buscarem referenciais hemisféricos, baseados em princípios e valores comuns, como a valorização da paz, a promoção da democracia, a solidariedade e a cooperação, sejam levados em conta também as diferenças de contexto estratégico existentes entre as Américas do Sul, Central, do Norte e Caribe. Nesse sentido, as experiências bilaterais e subregionais em matéria de segurança e defesa constituem importantes etapas na construção de uma abordagem hemisférica. Em relação a este ponto, o Brasil tem ressaltado a dificuldade de elaboração de uma concepção única de segurança aplicável às três massas continentais em virtude da grande diferença de realidades geográficas, políticas, econômico-sociais e culturais das Américas do Sul, Central e do Norte.<sup>44</sup>

Nota-se a preocupação brasileira inicialmente em intensificar os diálogos visando a implementação de medidas de confiança mútua e ampliar a interação político-estratégica bilateralmente com os países do Mercosul seguido dos demais países da América do Sul. Desta forma o Brasil ressalta sua colocação de que há a necessidade de se considerar as três massas continentais existentes nas Américas. Os interesses

<sup>43</sup> <http://www.defesanet.com.br/noticia/quintao3/discurso.htm>

<sup>44</sup> Ibid.

brasileiros melhor coadunam com os interesses dos países da América do Sul e o Brasil direciona maior cooperação na área de defesa com estes países ao se reunir bilateralmente com os responsáveis pela defesa sul-americanos.

Em Quito, no Equador, realizou-se a VI CMDA em 2004, consolidando os preceitos anteriormente analisados pelas reuniões precedentes. As preocupações com os desastres naturais no hemisfério e as relações civis-militares também foram tratadas. Questões sociais como pobreza, exclusão social e desigualdade tiveram espaço pela primeira vez nas Reuniões. Esta Conferência se caracterizou por um cunho social, no qual o indivíduo passa a ter maior significância em todo o Sistema Internacional. Em consonância com esta premissa de defesa à Dignidade Humana (postulado dos Direitos Humanos) é que se acredita na intensificação da segurança através do aprofundamento das relações humanas, promovendo assim a maior participação dos indivíduos e articulação social nos assuntos de defesa e segurança, torna o tema não mais propriedade das Forças Armadas e Segurança Pública, transferindo ao indivíduo parcela desta responsabilidade.

No Equador a temática do terrorismo foi priorizada sem que se alcançasse uma visão comum desta ameaça. Ficou evidente que cada país observa diferentemente este tema e o seu combate também tem formas peculiares em cada país. Desta forma reafirmou-se a soberania na decisão de formas e meios de combate à ameaças transnacionais.

A VI CMDA se caracterizou principalmente pela abrangência nos temas. A reunião abarcou todas as questões presentes nas cinco reuniões anteriores, à exceção de imigrações ilegais e as Forças Armadas nas democracias do século XXI (embora tenha tratado de FFAA e democracia separadamente nas Reuniões anteriores). Além de retomar quase todas as temáticas anteriores, a Conferência inovou ao considerar a necessidade de processos de modernização institucional (dentre eles, o reaparelhamento das FFAA) e proteção patrimonial e cultural.

No ponto 7 das Recomendações da Declaração Final afirmou-se que é responsabilidade de cada Estado promover a transformação e modernização das FFAA e/ou forças de Segurança Pública. Tais transformações e modernizações incluem as redefinições de papéis, estrutura, equipamentos, e treinamento das FFAA, que devem auxiliar no cumprimento das responsabilidades de manutenção da soberania nacional.

No ponto 37 da Declaração final surge uma questão inovadora, com relação às temáticas das Conferências anteriores, referente à proteção cultural, patrimonial e da natureza que extrapolam os limites de uma reunião de Defesa. Neste ponto fica evidente a tendência ‘megalomaniaca’ do evento que, mesmo intitulada Conferência de Ministros da Defesa, abrange assuntos tão variados que deveriam ser (e são) tratados em conferências sobre o meio-ambiente:

37. Eles reconhecem ser de vital e fundamental importância o estabelecimento de políticas formuladas pelos Estados para a preservação dos patrimônios natural, cultural e estatégico, e das maiores fontes de água. Neste contexto, e em consonância com a realidade de cada país, eles se comprometem a participar ativamente no desenvolvimento de modelos de gerenciamento nos quais todos os órgãos dos Estados participem para garantir uma implementação mais eficiente destas políticas, em consonância, eles reconhecem a importância da troca de informações entre os países neste assunto.<sup>45</sup>

Alguns temas que haviam sido tratados pela primeira vez na Conferência anterior voltaram a figurar no encontro em Quito. A igualdade de gêneros nas FFAA e/ou forças de segurança pública veio acompanhada do incentivo à promoção de igualdade étnica também nas citadas forças. Além do tratamento das chamadas ‘novas ameaças’, enfatizando-se o terrorismo, outro tema tratado pela segunda vez na histórias das CMDA foi a relação democracia, segurança e economia.

---

<sup>45</sup> 37. They recognize that it is vital to strengthen cooperation for the implementation of policies formulated by the States to preserve natural, cultural and strategic assets, and large water basins. In this context and in keeping with the reality of each country, they pledge to participate actively in developing management models in which all bodies of the State participate to secure a more efficient implementation of these policies; likewise, they recognize the importance of exchanging information between the countries on this subject. Disponível no site: [http://cdmamericas.org/PublicPages/quito\\_declaration\\_eng.aspx](http://cdmamericas.org/PublicPages/quito_declaration_eng.aspx) [Tradução nossa]



O ministro da Defesa, José Alencar, em seu discurso na abertura da VI CMDA adotou uma postura notavelmente contrária às propostas norte-americanas, alertando para riscos à paz internacional decorrentes do aumento de despesas militares e das dificuldades em consolidar o desarmamento nuclear. O ministro enfatizou sua recusa referente às propostas dos Estados Unidos de ampliar o papel das Forças Armadas do continente para que estas atuem como polícia contra o terrorismo e crime organizado e alegou que este papel é de responsabilidade de forças policiais e órgãos de inteligência. A fala do ministro incluiu apelos para o respeito ao direito internacional e ao multilateralismo e protestos contra o uso da força para combater o terrorismo.

Após dias de discussão, o documento final do encontro foi dividido pelo grupo formado pelos Estados Unidos, Canadá e Colômbia que desejavam que a "Declaração de Quito" destacasse o terrorismo e o crime organizado - incluindo o narcotráfico - como as principais ameaças da região, enfatizando a proposta para que as Forças Armadas americanas deixassem de se preocupar com as denominadas ameaças tradicionais, dedicando-se ao combate dos crimes transnacionais. E do outro lado, o grupo liderado pelo Brasil, abrangendo os demais países da América Latina e o México, que propõe um documento mais amplo com o intuito de preservar o papel tradicional das Forças Armadas, respeitando as preocupações específicas de cada país e enfatizando que a pobreza extrema é uma ameaça à segurança. Os EUA apresentaram 24 alterações de cunho político ao esboço original da "Declaração de Quito" e - credenciaram 500 participantes num total de 1.400, com o objetivo de levar a cabo suas propostas.

O maior mérito da Reunião ficou na retomada da discussão entre a indiferenciação dos conceitos defesa e segurança: “ainda que não restabelecesse a importante diferença entre segurança internacional e interna e os instrumentos específicos

para atendê-las, superou-se a indiferenciação perigosa conquistada em Santiago em 2002.<sup>46</sup>

A VII CMDA ocorreu em Manágua, na Nicarágua em outubro de 2006. A Declaração de Manágua traz em seu escopo uma discussão mais ampla envolvendo a cooperação hemisférica e sub-regional, de modo a reconhecer as peculiaridades estratégicas de cada região. Cabe desta forma, aos Estados-partes fortalecer e modernizar as instituições que promovem a defesa da segurança hemisférica, tanto pela implementação, quanto pela continuidade de ações cooperativas.

Há um incentivo aos países para aderirem e ratificarem a Convenção Interamericana sobre Transparência na Aquisição de Armas Convencionais, de forma a assegurar o fomento da confiança e da segurança segundo a OEA, e contribuindo para a paz, estabilidade e cooperação internacional. Também confluem-se para o combate à proliferação de armas de destruição em massa e seus vetores, transmitindo aos governos a possibilidade de, segundo a Iniciativa de Proliferação da Segurança, criar uma Organização para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina (OPANAL) e então propiciar uma zona de convivência pacífica. Por fim, e não menos importante, torna-se essencial o apoio às missões humanitárias nas situações de catástrofes naturais, pelas Forças Armadas, acreditando-se assim que há de se cooperar para prevenir.

Em discurso durante a VII Conferência de Ministros da Defesa das Américas, em Manágua, na Nicaragua, José Miguel Insulza, então Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), chamou a atenção para o que o povo da América Latina e Brasil espera de seus governos democráticos. Ao frisar problemas sociais como a raiz das instabilidades democráticas, o Secretário eleva os problemas sociais ao patamar de problemas à seguridade e alerta ao fato de que se trata do hemisfério mais injusto do planeta:

---

<sup>46</sup> MATHIAS, Suzeley K. **Defesa e Segurança Hemisférica: um tema controverso. Notas à Declaração sobre Segurança nas Américas.** Publicado no Boletim da Resdal, n. 13, Edição Especial, dezembro de 2003.

Os povos das Américas hoje esperam de suas democracias o que lhes tem sido negado até agora: contínuo e sustentável crescimento económico, uma distribuição mais equitativa da riqueza, a eliminação da pobreza e da discriminação, maior acesso à justiça, o respeito integral aos Direitos Humanos, melhores serviços sociais a todos, e uma maior segurança para as pessoas e seus filhos. Nos últimos três anos, a América Latina e o Caribe têm crescido a um ritmo mais rápido do que no passado. As pessoas esperam ver pessoalmente esse crescimento expresso na forma de atuação transparente, por governos honestos e eficazes. Nós não somos um hemisfério pobre, mas nós estamos no Hemisfério mais injusto da Terra. A estabilidade de nossas democracias dependerá de nossa capacidade de corrigir isto. [grifo nosso]<sup>47</sup>

Neste trecho observamos que a injustiça social no hemisfério é citada como um dos maiores problemas do continente que, se não corrigido, pode afetar nossa estabilidade democrática (diferentemente do que prega o governo americano, de que o terrorismo seria a principal ameaça à democracia), valor citado como prioritário na maioria das CMDA. No entanto, este é somente um dos problemas do continente americano, a diversidade das ameaças inclui o terrorismo, tráfico de drogas, crime organizado, gangues, desastres naturais, meio-ambiente, entre outros. O secretário se utiliza do conceito de Segurança Multidimensional na VII CMDA e ainda assume que:

Questões de segurança são parte integral da agenda das Américas. Como a nossa conferência sobre segurança hemisférica em 2003 no México reconheceu, as fontes de insegurança nas nossas nações são múltiplas e diversas. Estas incluem não apenas os potenciais conflitos entre os países - que são cada vez mais improváveis - ou a grave ameaça moderna do terrorismo, mas também, fundamentalmente, os riscos colocados pela criminalidade crescente em nossas cidades, o narcotráfico, o crime organizado, a proliferação de gangues, e outros problemas, tais como catástrofes naturais recorrentes, que ameaçam nossos países, ano após ano. O conceito de segurança

---

<sup>47</sup> “The peoples of the Americas today expect from their democracies what they have been denied until now: continuous and sustainable economic growth, much more equitable distribution of wealth, elimination of poverty and discrimination, greater access to justice, full respect for human rights, better social services for all, and increased security for them and their children. Over the past three years, Latin America and the Caribbean have grown at a faster pace than in the past. People expect to personally see this growth expressed in the form of transparent action by honest and effective governments. We are not a poor Hemisphere; but we are the most unjust Hemisphere on Earth. The stability of our democracies will depend upon our ability to correct this.” José Miguel Insulza , Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 2006 em discurso na sétima Conferência de Ministros da Defesa em 2 de outubro de 2006. In: [http://www.oas.org/en/media\\_center/speech.asp?sCodigo=06-0173](http://www.oas.org/en/media_center/speech.asp?sCodigo=06-0173) [Tradução nossa]

multidimensional surgiu a partir da Conferência Especial sobre Segurança, como forma de se referir a estes múltiplos fatores.<sup>48</sup>

Durante a VII CMDA foi lançado o “Consensus of the Conferences of Ministers of Defense of the Americas”, um documento que apresentou todos os consensos das seis conferências anteriores à Conferência de Managuá com o objetivo de otimizar o tempo das discussões dos delegados. Segundo o documento otimizar o tempo dos delegados significa evitar a discussão dos temas já tratados que alcançaram consenso nas Reuniões anteriores, em relação aos quais já existia uma visão compartilhada no continente<sup>49</sup>. O objetivo central deste instrumento seria facilitar o tratamento e o debate dos temas da Agenda Temática, para oferecer uma base de referência para as declarações de abertura dos ministros da Defesa e racionalizar o conteúdo e aprovação da Declaração Final.

Segundo o documento, os consensos alcançados para o continente nas seis primeiras CMDA são: preservação da democracia e das instituições democráticas; a firme aderência aos princípios e regras do Direito Internacional visualizadas nos capítulos da ONU e OEA que incluem auto-determinação, integridade territorial, não-intervenção, solução pacífica de controvérsias, e o direito a auto-defesa; o princípio da subordinação dos militares e forças de segurança às autoridades civis democraticamente eleitas; a promoção de políticas e normas de confiança mútua (como Livros Brancos da Defesa e relatórios de despesas militares); a defesa e segurança são temas de responsabilidade civil e militar sendo imperativo a formação de civis em matérias de defesa para fomentar as discussões entre civis e militares acerca da matéria; a consideração das realidades regionais nas discussões; a necessidade de formação em Direitos Humanos e Direito

---

<sup>48</sup> “Security issues are an integral part of the agenda of the Americas. As our 2003 hemispheric security conference in Mexico recognized, the sources of insecurity in our nations are multiple and diverse. These include not only potential conflicts between countries—which are increasingly unlikely—or the severe modern-day threat of terrorism, but also, fundamentally, the risks posed by increasing crime in our cities, drug trafficking, organized crime, the proliferation of gangs, and other problems, such as repeated natural disasters, which threaten our nations year after year. The concept of multidimensional security arose from the Special Conference on Security as a way to refer to these multiple factors”Ibid.[Tradução nossa].

<sup>49</sup> [http://cdmamericas.org/PublicPages/managua\\_consensus\\_eng.aspx](http://cdmamericas.org/PublicPages/managua_consensus_eng.aspx)

Internacional Humanitário para as FFAA e forças de segurança pública; incentivo à participação dos Estados em Operações de Manutenção de Paz da ONU; cooperação e apoio em casos de desastres naturais e em sua prevenção; o compromisso ao combate à proliferação de armas de destruição em massa; condenação à todas as formas de terrorismo, tráfico de drogas e crimes transnacionais; apoio aos trabalhos de desminagem realizados; o reconhecimento do conceito de segurança multidimensional; o princípio da transparência de orçamento e prestação de contas em matéria de defesa e segurança; a promoção da igualdade social, étnica e de gênero nas FFAA; a proteção e preservação do patrimônio cultural e natural (ativos estratégicos e reservas e nascentes de água doce); cooperação em ciência, tecnologia, formação e indústria de defesa a contribuir para a defesa, a segurança regional e o desenvolvimento socioeconômico.

Em 2008, realizou-se em Banff, no Canadá, a VIII CMDA que resultou na Declaração de Banff. A Declaração não apresenta grandes novidades em relação às questões debatidas nas conferências anteriores. Novamente, são reafirmados a importância do diálogo e da coordenação hemisférica nos assuntos de defesa e segurança, além da cooperação com outros organismos regionais e internacionais nos referidos temas, em especial no que se refere a “nova agenda securitária”, com destaque para a atuação regional frente aos desastres naturais, ao terrorismo, ao crime organizado internacional, à proliferação de armamento (tanto convencional, quanto de destruição em massa). Assim como, reitera relevância da comunidade acadêmica e civil no debate sobre segurança no hemisférico e a inclusão da perspectiva de gênero no âmbito da defesa.

Na Declaração de Banff surge o propósito de se instruir a Secretaria Executiva da Conferência de Ministros da Defesa das Américas para que observe o trabalho da Conferência Naval Interamericana (IANC), da Conferência de Exércitos Americanos (CEA) e do Sistema de Cooperação entre as Forças Aéreas das Américas (SICOFAA). O comprometimento em se fomentar e fortalecer os demais foros existentes tais como a Conferência das Forças Armadas da América Central (CFAC), do Comitê Permanente dos Chefes Militares da Comunidade do Caribe, (CARICOM) e o Sistema de

Segurança Regional (RSS) também foram focados na Declaração com vistas a incentivar e apoiar essas e outras entidades bilaterais, sub-regionais e regionais de cooperação em matéria de defesa. Nesta Reunião incentivou-se o envio do Relatório Padronizado das Nações Unidas sobre Gastos Militares às Nações Unidas (ONU) e uma cópia a Organização dos Estados Americanos (OEA), passo importante na construção da transparência e confiança mútua.

A IX CMDA contou com a participação de 30 países e se deu em Santa Cruz, na Bolívia. Como temática inovadora surgiu a questão das comunidades indígenas nas Forças Armadas e a questão das mulheres de uma maneira mais enfática. Os ministros também analisaram metodologias para garantir a transparência nos gastos militares que possa formar parte de uma Convenção além do compromisso de declarar anualmente tais gastos perante a ONU e OEA.

Em discurso na IX CMDA o ministro da Defesa brasileiro, Nelson Jobim, tocou em pontos importantes e polêmicos; tais como a retomada da diferenciação entre defesa e segurança e a definição de ameaças respeitando a percepção de cada Estado-nação. Segundo o ministro, os EUA tentam desde a Primeira CMDA universalizar suas preocupações com o que considera “novas ameaças”, tais sejam: terrorismo, narcotráfico, catástrofes naturais, tráfico de seres humanos, proliferação de armas de destruição em massa, tráfico de armas e destruição do meio-ambiente. Jobim ainda pergunta se “não caberia a cada um dos Estados definir, autonomamente, aquilo que entende como ameaça?”. Desta forma, ele chama a atenção para desequilíbrios essenciais entre percepções, agendas e prioridades entre os países das Américas e chama a atenção à diferenciação entre temas de segurança e de defesa, concluindo que não se pode confundir e mesclar os temas de forma indiferenciada.

Para o ministro, com o intento de universalizar as percepções e temores dos EUA fica subtendida a seguinte “divisão de trabalho” para o hemisfério:

Os EUA cuidariam da defesa do hemisfério (segundo seus critérios unilaterais, como ocorreu durante a guerra das Malvinas);

Os demais países das Américas cuidariam de impedir que as ditas “novas ameaças” transbordassem em direção ao território norte-americano ou que prejudicassem seus interesses;<sup>50</sup>

De forma resumida, podemos afirmar que:

(...) os principais princípios adotados nestas reuniões: a reiteração do compromisso democrático (introduzido pela OEA em 1985), isto é, que a preservação da democracia é condição indispensável de segurança regional; que as Forças Armadas e as forças de segurança são fundamentais para a defesa dos interesses dos Estados democráticos; que esforços seriam feitos para maior transparência nos assuntos de defesa, pois isto contribui para a segurança coletiva; que o narcoterrorismo é uma das principais questões de segurança hemisférica.<sup>51</sup>

Embora variados assuntos sejam tratados nestas Conferências Ministeriais, nos ateremos às divergências de interesses entre os países do norte, mais especificamente os EUA e os latino-americanos, com enfoque no Brasil:

A frente principal de projeção estratégica, que define as relações políticas, separa os países ricos dos pobres. Continua prevalecendo a idéia das Forças Armadas para o controle social e a eleição da força como meio privilegiado de resolução de conflitos. A nova agenda estratégica aponta mais para as relações que os países centrais mantêm com os periféricos do que às que guardam entre si.<sup>52</sup>

Nos próximos capítulos iremos nos aprofundar primeiramente nas questões enfatizadas e defendidas pela potência mundial norte-americana nos foros de discussão das CMDA aqui apresentadas para seguir com a contraposição brasileira à estes temas no mesmo foro.

---

<sup>50</sup> Discurso disponível no site: <https://www.defesa.gov.br/index.php/noticias-do-md/2453996-24112010-defesa-discurso-do-ministro-jobim-na-ix-conferencia-de-ministros-da-defesa-das-americas-bolivia.html>

<sup>51</sup> MATHIAS, Suzeley K. **Defesa e Segurança Hemisférica: um tema controverso . Notas à Declaração sobre Segurança nas Américas**. Artigo publicado no Boletim Resdal n. 13, Edição Especial, dezembro de 2003.

<sup>52</sup> SAINT-PIERRE, op. Cit., p.45

## 2 EUA – INTERESSES E POLÍTICAS PARA O CONTINENTE AMERICANO

Detemo-nos em analisar separadamente os Estados Unidos da América por sua importância ímpar mundial e regional. Os seus interesses nacionais transbordam suas fronteiras e atingem de maneira impositiva as agendas temáticas dos fóruns de discussões e sobretudo as políticas externa e de defesa latino-americanas. A importância deste país fica muito claramente expressa na frase do então Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República em 1998, Ronaldo Mota Sardenberg:

Os EUA, na presente etapa, detêm a primazia estratégica. São, na verdade, a **única potência estratégica global**. Nenhuma ação de longo alcance geográfico pode ser conduzida sem a sua permissão, ainda que tácita, ou colaboração.<sup>53</sup> [grifo nosso].

Ao pensar na região no pós Guerra Fria, a política norte-americana para o hemisfério se baseou em quatro pilares; tais sejam:

- 1 A promoção e o estabelecimento de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), de acordo com as políticas neo-liberais incluindo o chamado Consenso de Washington.
- 2 O estabelecimento de um regime de promoção e proteção da democracia.
- 3 A sustentação de um sistema de segurança hemisférica direcionado fundamentalmente à luta contra o narcotráfico e o crime internacional, a restrição da imigração ilegal e do tráfico ilegal de pessoas e a manutenção de determinados ativos militares na região para se atingir estes fins. Na administração de George

---

<sup>53</sup> SARDENBERG, Ronaldo M., **Segurança Global: Nações Unidas e Novas Vulnerabilidades**. Artigo apresentado no Seminário “Brasil e as Novas Dimensões da Segurança Internacional”, realizado pelo Instituto de Estudos Avançados em 11 de setembro de 1998. Disponível em 10/12/2010 no website: <http://www.iea.usp.br/iea/textos/sardenbergsegurancaglobal.pdf>



W. Bush esta agenda de segurança se incorporou à chamada Guerra Global contra o Terrorismo.

- 4 A exclusão de Cuba do sistema interamericano negando-se a modificar os acordos da OEA ao respeito e mantendo a política de bloqueio econômico , comercial, financeiro e de isolamento diplomático, mesmo que esta última não conte com o apoio dos países da região.<sup>54</sup>

Esclarecemos de antemão que o Projeto da ALCA já queda esquecido e pouco provável, no entanto, outras iniciativas assumem contornos mais expressivos neste século, com destaque para a UNASUL:

Três grandes processos caracterizam as principais apostas de união comercial e de integração na região. São eles: o Plano Puebla Panamá, ALBA e Unasul. A estas iniciativas devemos nos lembrar de outra iniciativa de caráter hemisférico frustrada: a ALCA. Estas iniciativas regionais se sobrepõem às instituições políticas e comerciais estabelecidas em cada uma das sub-regiões: a CARICOM, SICA, a Comunidade Andina e o Mercosul e outros de cooperação especializada funcionais, tais como a Organização dos Tratado de Cooperação Amazônica e a Associação de Estados do Caribe (AEC).<sup>55</sup>

A promoção e proteção da democracia estão intimamente relacionados ao combate ao terrorismo nos discursos das delegações norte-americanas nas CMDA. Segundo os representantes norte-americanos nos encontros, o terrorismo é a principal ameaça à democracia e a instituições democráticas no continente. O narcotráfico nos mesmos discursos também é atrelado ao terrorismo como atividade financiadora do

<sup>54</sup> TRETO, Carlos Alzugaray, **Los cambios en la agenda regional hemisférica ante los nuevos escenarios en America Latina y el Caribe y Estados Unidos**. Pensamento Propio – Publicacion Trilingue de Ciencias Sociales de America Latina y el Caribe - Edicion Especial – CRIES – IEEI – UNESP – INEU – AMERICAN UNIVERSITY – IEPALA – 30 – Julio-Diciembre 2009/ Año 14, p.70

<sup>55</sup> “Tres grandes procesos caracterizan las principales apuestas de compactación comercial y de integración en la región. Ellos son: el Plan Puebla Panamá, el ALBA, y la UNASUR. A estas iniciativas debemos recordar otra de carácter hemisférico que quedó frustrada: el ALCA. Estas iniciativas de carácter regional amplio se superponen a la institucionalidad político-comercial establecida en cada una de las subregiones: el CARICOM, el SICA, la Comunidad Andina y el MERCOSUR, y de otras de carácter funcional especializadas en la cooperación, como la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica y la Asociación de Estados del Caribe (AEC).” ARAVENA, Francisco Rojas. **La Integración regional : un proyecto político Estratégico**. III Informe del Secretario General de FLACSO / Francisco Rojas Aravena. – 1a. ed. – San Jose, C.R. : FLACSO, 2008. P. 16. ISBN 978-9977-68-153-5 [Tradução nossa]

último. O governo norte-americano insiste em enfatizar a ameaça do terrorismo, um conceito ainda sem definição, como uma ameaça de escala continental, devendo esta ser priorizada em detrimento das próprias agendas de segurança e defesa dos outros países das Américas.

## 2.1 Terrorismo

O terrorismo, fenômeno de características peculiares, foge a qualquer tentativa de uma conceituação que seja unânime, o que dificulta seu estudo mais acurado, pois permite variados entendimentos e análises. O seu agente, aquele que pratica o ato terrorista, muitas vezes, passa despercebido, pois não ostenta nenhum tipo de identificação como uma farda, por exemplo, que no caso de uma guerra regular identifica o inimigo. Também não possui um adversário específico, pois o seu objetivo não é conquistar, por exemplo, o território alheio, e sim causar uma desorientação social, explicitada pelo pânico das pessoas que presenciam, ou são vítimas de eventos terroristas.

Em 1994, Clinton ampliou a categoria dos ‘Estados terroristas’ para incluir os ‘Estados bandidos’. Poucos anos depois, outro conceito foi acrescentado ao repertório: **‘Estados fracassados’, dos quais devemos nos proteger e que, às vezes, devemos ajudar, devastando-os.** Mais tarde veio o **‘eixo do mal’, que devemos destruir em legítima defesa,** de acordo com a vontade do Senhor transmitida ao seu humilde servo – enquanto ampliamos a ameaça do terror, da proliferação nuclear e talvez do ‘apocalipse em breve’<sup>56</sup>. [grifo nosso]

Logo após os ataques aos dois principais símbolos de poder econômico e estratégico, respectivamente, as torres gêmeas do *World Trade Center* e o Pentágono, os Estados Unidos utilizaram-se do fato como pretexto político para impor uma nova ordem mundial, na qual quem não está com eles está contra eles, inaugurando assim, o

---

<sup>56</sup> CHOMSKY, Noam. **Estados Fracassados** – O abuso do poder e o ataque à democracia. Bertrand Brasil. 2 edição, 2009, p.125.

que passou a ser conhecido como Doutrina Bush. Tal Doutrina preconiza o ataque preventivo e a violação dos direitos civis, em casos de suspeita de ameaça à segurança dos Estados Unidos e de seus nacionais.

Os atentados aos norte-americanos tiveram como resposta interna, a transgressão dos Direitos Humanos por parte do próprio Estado, na medida em que ao tentar proteger seus nacionais, muitas vezes acabou por impor medidas que feriram a dignidade humana, bem como sua liberdade. O direito a privacidade foi violado, o direito de ir e vir passou a ser monitorado e a integridade física deixou de ser garantida pelo Estado, visto que ele próprio se atribuiu o direito de prender e torturar o cidadão que levantasse suspeita de praticar atividades terroristas, sob o pretexto de obter informações que evitassem novos atentados. Neste caso, a insegurança de poucos foi justificada pela pretensa proteção aos demais.

É preciso firmeza para não admitir o componente de verdade na observação do historiador Arno Mayer, imediatamente após o 11 de Setembro, de que desde 1947 “os Estados Unidos têm sido o principal agente do terror de Estado ‘preventivo’” e de inúmeras outras “ações bandidas”, causando imenso mal “sempre em nome da democracia, da liberdade e da justiça”.<sup>57</sup>

### **2.1.1 A (In)Definição de Terrorismo**

A "guerra ao terror" mobilizou a mais poderosa nação do globo e seus aliados em uma campanha mundial contra o dito "eixo do mal"; iniciaram-se duas guerras "preventivas" contra nações acusadas de dar suporte a terroristas, e criou-se toda uma nova agenda político-militar, que se buscou expandir dos Estados Unidos a todo o planeta.

---

<sup>57</sup> CHOMSKY, Noam. Estados Fracassados – O abuso do poder e o ataque à democracia. Bertrand Brasil. 2 edição, 2009, p.125.

Enquanto o terrorismo, uma das ditas "novas ameaças", não é de fato novo, ainda não se chegou a uma definição legal consensual sobre o que seja de fato o terrorismo, uma premissa significativa, e mesmo perigosa, em um mundo onde a maior potência militar do planeta executa ações e intervenções ao redor do mundo em função de sua guerra ao terror. E, apesar de não se possuir a pretensão de oferecer um significado definitivo ao termo, buscar-se-á expor brevemente o que é o terrorismo e o que acarreta sua indefinição:

(...) o mundo corre o risco de que os Estados Unidos leve adiante, com plena autonomia, guerras e intervenções sem limites e sem fim passando por cima de leis e instâncias multilaterais. A ameaça que esta ambigüidade conceitual representa refere-se à tipificação do terrorismo, que afeta tanto o âmbito doméstico estadunidense como a esfera internacional, uma vez que é apoiada e reforçada por um conjunto de medidas e alterações legislativas que tenham sido aprovadas ou que se pretende aprovar, em nome luta contra o terrorismo que constituem uma série de dispositivos que atribuem poderes de repressão e controle sem precedentes a organismos de inteligência e segurança, cujas sanções e exercícios implicam em um ataque direto ao sistema fundado no império da lei, em determinados direitos de cidadania democrática e no regime internacional dos Direitos Humanos.<sup>58</sup>

A Comissão de Direitos Humanos do Estado do México (2004) caracteriza o terrorismo como “um ato ilícito de violência que constitui a negação de praticamente todos os direitos humanos [...]”<sup>59</sup>. Em sua forma clássica, é também,

[...] O exercício da violência irracional e ilimitada e o uso da violência física ou psicológica para atingir finalidades específicas, tais como repressão, libertação de prisioneiros, consecução de dinheiro, paralisia dos órgãos da

<sup>58</sup> “Esto implica que el mundo corre peligro de que Estados Unidos lleve adelante, con plena autonomía, guerras e intervenciones sin límites y sin fin por encima de las leyes e instancias multilaterales. La amenaza que representa esta ambigüedad conceptual relativa a la tipificación de terrorismo, que afecta tanto al ámbito doméstico Estadounidense como a la esfera internacional, se ve apoyada y reforzada por un conjunto de medidas y modificaciones legislativas que han sido aprobadas o se pretenden aprobar en nombre de la lucha contra el terrorismo que constituyen, un conjunto de dispositivos que atribuyen poderes represivos y de control sin precedentes a organismos de inteligencia y seguridad, cuya sanción y ejercicio implican un ataque directo al sistema fundado en el imperio de la ley, a determinados derechos de la ciudadanía democrática y al régimen internacional de derechos humanos.” COMISON, 2004, p. 50 [tradução nossa].

<sup>59</sup> “un acto violento ilegal que constituye la negación de prácticamente todos los derechos humanos” COMISON de Derechos Humanos Del Estado de México. **Séptimo certamen de ensayo sobre cerechos humanos: Derechos humanos y terrorismo**. México: Metepec, jul. 2004, p.9. [Tradução nossa].

justiça, o silêncio da imprensa, ações da política de dissuasão, bloqueio e desbloqueio das ações governamentais, renúncia de funcionários públicos, ou simplesmente paralisação, dissuadem e desencorajam as pessoas comuns [...] O objetivo é criar um clima de medo para que suas exigências sejam cumpridas pelos governos [...] O termo também é estendido para se referir aos atos perpetrados pelos próprios Estados-Membros para criar um sentimento de medo entre os seus governados ou dominar os outros governos.<sup>60</sup>

Encontra-se naquele que, segundo Borja é o objetivo do terrorismo, a explicação para ao menos uma das dificuldades de definição do termo. Segundo Saint-Pierre, é uma característica eminente do terrorismo o medo por ele provocado. “Tendo como propósito 'destruir a moral de uma nação ou de uma classe, socavar sua solidariedade', o terrorismo é uma forma de violência cuja realização se objetiva no âmbito psicológico”<sup>61</sup>. Sendo subjetivo e, ainda segundo o autor, de efeitos práticos imprevisíveis e íntimos a cada indivíduo afetado pela ação do terror, torna-se custoso colocar objetivamente o que vem a ser o terrorismo.

Uma segunda dificuldade estaria no caráter pejorativo que acompanha a idéia de terrorismo. Como afirma Saint-Pierre,

A aplicação da palavra "terrorismo" vem sempre acompanhada de um juízo de valor e, portanto, subjetivo: o grupo que para alguns é terrorista para outros poderá estar formado por guerreiros da liberdade, em geral, o terrorista é sempre o "outro", independente de que, como advertira Trotsky, depois de uma luta prolongada, os meios e táticas de combate empregados por ambos os lados da linha de frente sejam essencialmente os mesmos.<sup>62</sup>

---

<sup>60</sup> “[...] el ejercicio de la violencia irracional e ilimitada y el uso de la violencia física o psicológica para alcanzar fines concretos como la represión, liberación de presos, consecución de dinero, paralización de los órganos de justicia, silencio de la prensa, disuasión de acciones políticas, bloqueo o desbloqueo de acciones gubernativas, renuncia de funcionarios públicos, o simplemente paraliza, disuade y escarmienta a la gente común [...] Su objetivo es crear un clima de miedo por el cual sus demandas sean satisfechas por los gobiernos [...] El término también se extiende para referirse a actos perpetrados por los mismos Estados para crear una sensación de miedo entre sus gobernados o para dominar a otros gobiernos.”Ibid. p.8. [Tradução nossa].

<sup>61</sup> SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A necessidade política e a conveniência estratégica de se definir “Terrorismo”**. Idéias. Dossiê Terrorismo e Guerra, ano 10, v.2, 2003, p. 137.

<sup>62</sup> Ibid. p.138.

Deve-se considerar que, como expõe Saint-Pierre, em função do supracitado tom pejorativo que o termo "terrorismo" denota, nas palavras do mesmo,

Frequentemente se emprega o apelativo "terrorista" para desumanizar ou desacreditar adversários políticos ou qualquer oposição ao regime estabelecido. **O apelativo de "terrorista", por um lado, parece justificar o emprego de todos e quaisquer meios na sua eliminação e, por outro, procura abrir uma brecha entre o grupo assim considerado e a população em geral, evitando a simpatia desta com a causa daquele.**<sup>63</sup> [grifo nosso]

E é justamente este o poder do termo "terrorista", o de tornar aquele assim denominado como ameaça imediata, e sua capacidade de fazer com que “[...] a redução a escombros do miserável Afeganistão parece[ss]e] uma resposta "racional",<sup>64</sup> adequada e "justa" pelo que os norte-americanos sofreram – independentemente de que não tenham aportado provas até agora sobre uma conexão entre uma coisa e a outra

Torna-se, portanto, preocupante que, enquanto nem os textos sobre contra-terrorismo do Departamento de Estado Americano<sup>65</sup>, nem os textos recentes da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre o tema, como a Declaração de San Carlos sobre a Cooperação Hemisférica para Enfrentar o Terrorismo de Maneira Integral<sup>66</sup> busquem apresentar uma definição mínima sobre o que seja o terrorismo, ambos os órgãos mostrem-se tão aptos a classificar organizações como o Hamas ou as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) como terroristas.

Tal como “**Estados terroristas**” e “**Estados bandidos**”, **estamos diante de um conceito “frustradamente impreciso”, suscetível de um grande número de interpretações.** Aqui também se faz necessária a cuidadosa manipulação das

<sup>63</sup> Ibid. p. 139.

<sup>64</sup> Ibid. p.143

<sup>65</sup> US DEPARTMENT of State. The Terrorist Enemy. Disponível em: <<http://www.state.gov/>>. Acesso em: 01 dez. 2009.

<sup>66</sup> COMITÊ Interamericano contra o Terrorismo (CICTE). Declaração de San Carlos sobre a Cooperação Hemisférica para Enfrentar o Terrorismo de Maneira Integral. Aprovada na quinta sessão plenária, realizada em 24 de março de 2006. Disponível em: <[http://cicte.oas.org/Rev/en/Documents/Declarations/cicte\\_dec\\_1\\_06\\_por.pdf](http://cicte.oas.org/Rev/en/Documents/Declarations/cicte_dec_1_06_por.pdf)>. Último acesso em 03 dez. 2009.

evidências para excluir os Estados Unidos e incluir os países pretendidos.<sup>67</sup>  
[grifo nosso]

Da mesma forma, no âmbito das CMDA, o terrorismo foge a qualquer definição mesmo que figure como protagonista em quase todas as agendas temáticas dos encontros. Como basear toda uma agenda continental em um conceito impreciso e visivelmente manipulável e manipulado? Tanto o "terrorismo contestatório", aquele dos grupos terroristas que atacam a ordem estabelecida, como o "terrorismo de Estado" podem causar graves riscos aos Direitos Humanos e ao Direito Internacional. E a definição consensual do que seja terrorismo, não somente é capaz de frear possíveis excessos por parte dos Estados, como pode auxiliar na melhor definição de quais seriam as instituições terroristas para a partir desta constatação poder combatê-las..

### **2.1.2 Os atentados de 11/09 e seus antecedentes**

Como discutido anteriormente, não há uma definição internacional do que seja o terrorismo. Porém, há um consenso de que o termo se refere a atos de violência que causam medo (terror), que são perpetrados por um objetivo ideológico de qualquer ordem, e que tem muitas vezes civis como alvos. Como já dito, esses atos de violência estiveram presentes em toda a história da civilização ocidental desde o seu início e serviram para diversos propósitos.

A reação do governo norte-americano aos ataques do 11 de Setembro veio com o endurecimento de sua política de segurança nacional e externa, tornando-a mais severa e agressiva com outros países. A elaboração da Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos (elaborada no pós 11 de setembro de 2001 e tornada pública no ano seguinte) foi apelidada por jornalistas de “Doutrina Bush”. Assim a

---

<sup>67</sup> CHOMSKY, Noam. Estados Fracassados – O abuso do poder e o ataque à democracia. Bertrand Brasil. 2 edição, 2009, p.126.

política externa norte-americana se utilizará dos valores de democracia, liberdade e justiça para justificar a sua atuação no mundo, dando suporte para o que o governo chamou de “ataques preventivos” como pôde ser evidenciado no mesmo documento:

Os Estados Unidos mantêm há muito a opção de ações preventivas para reagir a uma ameaça à nossa segurança nacional. Quanto maior a ameaça, maior é o risco da inação - e mais obrigatória a necessidade de tomar medidas preventivas para nos defender, mesmo que haja incerteza quanto ao momento e ao lugar do ataque do inimigo. Para evitar ou prevenir tais atos hostis dos nossos adversários, os Estados Unidos, se necessário, irão agir preventivamente.<sup>68</sup>

O endurecimento das relações ficava evidente nas primeiras medidas adotadas pelo governo após os ataques de 11 de setembro e pelo enfoque na temática do terrorismo nas convenções internacionais, inclusive nas CMDA. Mesmo sendo o tema tratado desde 1995 em Williamsburg, na I CMDA, foi depois do 11 de setembro que o tema tornou-se quase que obrigatório nas agendas das próximas oito Reuniões. Ainda em 2002, o governo norte-americano criou uma “lista” de países que de alguma forma apoiariam o terrorismo internacional. O “eixo do mal” de Bush reúne os países Irã, Iraque e Coreia do Norte. A denominação dada causou bastante polêmica entre os países envolvidos, e particularmente no que tange à Coreia do Norte, contribuiu para o retrocesso das negociações com o país. Internamente, muitos autores e estudiosos foram bastantes críticos em relação à posição do governo. Noam Chomsky ironizou a postura do presidente ao discutir, simultaneamente, a incoerência e a conveniência do termo “eixo do mal”:

Vejamos essa expressão, “eixo do mal”, com que apareceram os redatores dos discursos de Bush: “mal”; é óbvio que, quando se quer assustar as pessoas,

---

<sup>68</sup> “The United States has long maintained the option of preemptive actions to counter a sufficient threat to our national security. The greater the threat, the greater is the risk of inaction - and the more compelling the case for taking anticipatory action to defend ourselves, even if uncertainty remains as to the time and place of the enemy’s attack. To forestall or prevent such hostile acts by our adversaries, the United States will, if necessary, act preemptively.” **NATIONAL Security Strategy of the United States of America**. The White House, Washington, 2002, p. 15. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/nsc/nss/2002/nss.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2009. [Tradução nossa].



fala-se do mal. “Eixo” supostamente evoca lembranças dos nazistas, e assim por diante. Na verdade, é claro que não há eixo nenhum. O Irã e o Iraque têm Estado em guerra há vinte anos. A Coreia do Norte tem menos a ver com qualquer um deles do que a França. Portanto não existe eixo. É provável que a Coreia do Norte tenha sido incluída, para começar, por ser um alvo fácil. Se você tiver vontade de bombardeá-la, ninguém se incomodará. E também por não ser muçumana. De modo que isso como que desarticula a idéia de que se estaria perseguindo os muçumanos.<sup>69</sup>

Uma das formas mais convenientes que os Estados têm de justificar sua atuação intervencionista e agressiva é a prática do medo tanto interna quanto externamente. O chamado “terrorismo de Estado” busca assim como já sugeria Maquiavel o temor ou o medo gerados na insegurança que a população sente e que recorre ao Estado, dando legitimidade a este, para promover as ações que bem entenda em nome de assegurar o território nacional e o bem estar de seu povo ou da comunidade internacional.

Exatamente neste sentido que o governo norte-americano no pós-11 de setembro se aproveita do Estado de insegurança gerado pelos atentados para levar adiante uma política muito mais dura, obtendo respaldo interno e procurando o externo. A partir desse momento, os valores americanos de democracia, liberdade e justiça serão utilizados exaustivamente a fim de se obter os objetivos finais do governo. A união interna e a crença cega de que esses valores devem ser levados a todas as partes do mundo deram apoio para que o governo dos Estados Unidos iniciasse uma onda de ataques e abusos internacionais. Alguns autores como o professor Noam Chomsky vão questionar duramente o combate do terrorismo com mais terrorismo, ainda que legitimado por um discurso que se baseia na defesa nacional e em valores ditos universais: “E o princípio é que, quando alguém pratica o terrorismo contra nós ou contra nossos aliados, isso é

---

<sup>69</sup> CHOMSKY, Noam. **Poder e Terrorismo: entrevistas e conferências pós-11 de setembro**, Nova York, Record, 2003, p. 166.

terrorismo, mas, quando nós ou nossos aliados o praticamos contra outros, talvez um terrorismo muito pior, isso não é terrorismo, é antiterrorismo ou guerra justa.”<sup>70</sup>

A política unilateral e independente que os Estados Unidos traçaram colocou em jogo cada vez mais sua imagem perante o mundo. Como afirmou Howard LaFranchi, no final de 2002, era difícil não notar que o mundo estava “mais preocupado com o uso desenfreado do poder americano que (...) com a ameaça representada por Saddam Hussein” e dessa forma, estava “tão decidido a limitar o poder do gigante quanto (...) privar o tirano de suas armas”.<sup>71</sup>

A mudança de governo em 2009 trouxe novos ares à política externa norte-americana. O que durante o governo de George W. Bush consistiu na utilização intensa do *Hard Power*, provando a força de coerção que Estados Unidos tem e concretizando seus objetivos à custa de sua própria imagem, o início do governo de Barack Obama apresenta uma tentativa de retomada da utilização do *Soft Power* através da valorização do diálogo e da diplomacia (atuação da Secretária de Estado norte-americana Hillary Clinton). No entanto, os Estados Unidos não deixaram seu poder de coerção de lado, mas sim o utiliza com maior consciência, aliando-o ao *Soft Power*, conceitos do autor Joseph S. Nye Jr. que caracteriza essa utilização consciente e estratégica como *Smart Power*<sup>72</sup>. Mesmo com a mudança de governo, a temática do terrorismo ainda é tida como uma das principais ameaças globais, segundo os Estados Unidos, que, por sua vez lutam para que aquela seja considerada como tal nos fóruns de discussão internacionais. Obviamente, não é uma tarefa fácil visto que a maior parte dos países ainda sofre com problemas básicos como a pobreza, fome, doenças, entre outras, o que fica muito evidente nas discussões dos grupos temáticos das CMDA.

---

<sup>70</sup> CHOMSKY, Noam. **Poder e Terrorismo: entrevistas e conferências pós-11 de setembro**, Nova York, Record, 2003, p. 78.

<sup>71</sup> Howard LaFranchi. Christian Science Monitor, 30 out. 2002 apud CHOMSKY, Noam. **O Império Americano**. 2. Ed., Rio de Janeiro, Elsevier, 2004, p. 9-10.

<sup>72</sup> NYE, Joseph S. **The Powers to Lead**. Oxford University Press, Nova York, 2008, pp. 29-30.

A ênfase no terrorismo e a Doutrina Bush são frequentemente associadas a uma consequência direta dos atentados de 11 de setembro de 2001, porém para Pecequilo, esta era uma visão e uma política há muito tempo pretendida por determinados setores políticos norte-americanos. Desde a I CMDA, em 1995, o terrorismo figura como uma das principais preocupações da política de defesa norte americana, por exemplo, e, em um relatório de 1992, relacionado ao planejamento estratégico americano, de acordo com um discurso de George H. Bush, os EUA visavam:

[...] objetivos da hegemonia, a preservação de sua liderança no sistema internacional, impedindo o surgimento de qualquer adversário regional, amigo ou inimigo, preservando a superioridade militar americana e seu controle sobre todos os fluxos econômicos, políticos e estratégicos e diplomáticos do cenário. Para garantir estes objetivos, sugeria-se uma política de engajamento intensivo e preventivo, demonstrando a supremacia.<sup>73</sup>

Para a autora, o que impediu a dominação desta corrente dentro da Casa Branca foi a eleição e reeleição de Bill Clinton, que no campo da segurança, atuava de forma contida, adotando a “defesa defensiva”. Porém, com a eleição de Bush e os atentados, a política anteriormente citada pôde ser legitimada e executada. Essa política, chamada de Doutrina Bush, pode ser descrita como uma estratégia de defesa do Estado norte-americano que tem como características o ataque de caráter preventivo e decidido unilateralmente. A guerra pode ser dirigida a qualquer Estado, que sob a ótica americana, represente uma ameaça.

O uso da força foi e permanece sendo, nosso último recurso. Entretanto, todos devem saber, amigos e inimigos, que nossa nação tem uma missão: responderemos a ameaças contra nossa segurança e defenderemos a paz [...]. Os inimigos da liberdade não são passivos e nós também não. Nosso governo tomou medidas sem precedentes para a segurança doméstica e continuará a caçar os inimigos antes que eles possam atacar. **A guerra contra o terrorismo ainda não acabou, porém ela não é interminável.** Não sabemos o dia da vitória final, mas vimos a mudança da maré.<sup>74</sup> [grifo nosso]

---

<sup>73</sup> Discurso de George H. Bush in: PECEQUILO, , C.S. **As faces e as consequências do terror: de 11/09 à Doutrina Bush.** Idéias. Dossiê Terrorismo e Guerra, ano 10, v.2, p. 55-81, 2003, p. 67.

<sup>74</sup> Ibid. p.78

Podemos observar desta maneira como a Doutrina Bush atualizou uma política de engajamento ativo dos Estados Unidos, que em nome da guerra anti-terror, invadem países na tentativa de garantir o *status quo* internacional. Isto, contudo, estimula respostas do tipo *blowback* por grupos terroristas, o que faz dessa situação um círculo vicioso. Ambas as ações desestabilizam o Sistema Internacional e ferem gravemente princípios do Direito Internacional Público e Humanitário.

O terrorismo não é uma ameaça tradicional. Não é um inimigo que se pode facilmente encontrar e destruir. Logo, os meios tradicionais de se lidar com as ameaças, ou seja, pela via da intervenção e do militarismo, dificilmente serão capazes de resolver esta situação; pelo contrário, somente renovarão o ciclo de retribuição dos grupos que o empregam.

Apontando as vulnerabilidades e ameaças de cada região, bem como as ameaças comuns, concluímos que as dificuldades de integração nas Américas se dão, resumidamente, pelos seguintes fatores que delineiam as características continentais:

- 1) Sob qualquer ponto de vista de análise, tanto econômico como militar, político ou cultural, entre outros, há uma clara diferença ou heterogeneidade entre os países do continente;
- 2) É nítida a presença de um *hegemon* consolidado, os EUA;
- 3) A enorme disposição territorial do continente, dificulta a cooperação além de, por conta disto, apresentar uma grande variedade de realidades, necessidades e vulnerabilidades.
- 4) À exceção dos EUA que direcionam sua política externa visando uma estratégia de alcance mundial, os demais países pautam suas políticas basicamente pelo localismo e regionalismo;

- 5) A irresoluta e pouco convincente afirmação da cooperação intra-latino-americana, por conta da oposição estadunidense.

Tais características deixam nítidas as heterogeneidades mais marcantes entre as três massas continentais; neste contexto o Brasil tem se apresentando como um importante ator de contraposição aos EUA representando muitas vezes também interesses de outros países da América do Sul. No próximo capítulo analisaremos a representatividade dos interesses brasileiros nas CMDA.

### 3 BRASIL E AMÉRICA LATINA REPRESENTATIVIDADE DOS INTERESSES REGIONAIS NAS CMDA

As principais teorias das relações internacionais consideram a presença do elemento “interesse nacional” como uma variável fundamental na elaboração das políticas externas e internas dos países. Por isso, neste capítulo, nos propomos especificar quais são estes interesses no âmbito da defesa nacional brasileira e a sua inserção no contexto político regional, tendo em vista a presença do *hegemon* consolidado na região, os EUA.

Para o caso do Brasil, o conceito de Defesa foi definido na Política Nacional de Defesa, aprovada pelo Decreto n. 5.484 em 01/07/2005, como “o **conjunto de medidas e ações do Estado**, com ênfase na expressão militar, para a **defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas**, potenciais ou manifestas.” (grifo nosso). Corroborando com esta idéia, tomamos o conceito de Defesa da seguinte maneira neste trabalho:

É a **estrutura administrativa, organizativa e operativa que os Estados desenham para se manterem com segurança** no âmbito internacional. Para ela concorrem todas as potencialidades nacionais, mas o elemento específico (ainda que não o único) é a **violência legítima organizada**, por meio das forças armadas permanentes como parte estrutural do Estado.<sup>75</sup> (grifo nosso)

Desta forma, tomamos a definição de ‘defesa’ como estrutura administrativa, organizacional e operacional que os Estados desenham para manterem-se com segurança no ambiente internacional. Quando surge a ameaça surge a necessidade de se criar um mecanismo de defesa que se materializa com a disposição das Forças Armadas e equipamentos militares.

---

<sup>75</sup> SAINT-PIERRE, Héctor L. Defensa y Seguridad. In: RESDAL. **Atlas Comparativo de la Defensa em América Latina**. Buenos Aires, 2008. p.55

Na Política Nacional de Defesa, a Segurança é definida como “a condição em que o Estado, a sociedade ou os indivíduos **não se sentem expostos a riscos ou ameaças**, enquanto que **defesa é ação efetiva para se obter ou manter o grau de segurança desejado**” [grifo nosso]. Tomamos o conceito de Segurança neste trabalho conforme segue:

(...) um Estado ou sensação que produz a **percepção de ausência de ameaças** que coloquem em risco a existência, a propriedade, os interesses, os valores ou o modo particular de ser daquele que percebe. Com efeito, nos sentimos seguros quando não percebemos ameaças a nossa tranquilidade, ou seja, quando nada que nos seja caro está em risco.<sup>76</sup> [grifo nosso]

Tal forma de conceituar “segurança” compartilha do mesmo sentido expresso na Política Nacional de Defesa em seu ponto 1.4, I:

Segurança é a **condição** que permite ao País a preservação da **soberania** e da integridade **territorial**, a **realização dos seus interesses nacionais**, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais; [grifo nosso]

Concluimos então, que a Defesa encontra-se à serviço da Segurança, uma vez que representa uma estrutura destinada a assegurar ou transmitir o sentimento de segurança. Desta forma, a Defesa é um aparato, ou um conjunto de normas e ações, enquanto que a Segurança mostra-se como um fenômeno perceptivo; um sentimento ou uma sensação de ausência de ameaças. Em seu discurso na IX CMDA, Nelson Jobim foi fiel a estas conceitualizações que caracterizam a visão brasileira e se contrapôs à visão dos EUA ao atribuir à indiferenciação no tratamento destas questões as dificuldades de identificação dos órgãos e das ações a serem tomadas no hemisfério. O ministro ainda afirmou que “da perspectiva brasileira, esta Conferência é de Ministros da Defesa e não

---

<sup>76</sup> Ibid., p. 57.

de Segurança”<sup>77</sup> e fez a seguinte proposta a ser considerada em momento oportuno e, se aprovada, deverá ser encaminhada ao Secretário Geral da OEA, tal seja:

Criar um “grupo de trabalho” que estude, em prazo que viermos a entender razoável, a cisão da CMDA em duas distintas Conferências:

- 1) A própria CMDA – que trataria dos temas afetos à defesa *stricto sensu*, com participação dos ministros da defesa;
- 2) A Conferência de Ministros de Segurança das Américas – que trataria dos temas relacionados à segurança *lato sensu*, envolvendo os ministros da justiça, do interior, entre outros;<sup>78</sup>

Este apontamento é relevante para nossas próximas análises que permeiam tanto o âmbito da defesa como o da segurança nacional e internacional. Examinaremos primeiramente o documento “Estratégia Nacional de Defesa” (END) e, a partir deste ponto, faremos uma análise comparativa entre os interesses nacionais e a presença destes nas Conferência de Ministros da Defesa das Américas. Intentamos mostrar que os interesses particulares de cada nação e sua representação no âmbito hemisférico estão sujeitos às capacidades de cada nação:

O ex-ministro Celso Lafer, disse repetidas vezes que, em Política Externa, diferentemente da doméstica, precisa-se pesar as capacidades dos países. Isto é, se na política interna o desejo pode reverter-se em uma política pública, **no plano internacional, é preciso pesar o interesse dos demais países, colocando em primeiro plano as potências hegemônicas.**<sup>79</sup> [grifo nosso]

Esta luta diplomática entre os países para se fazer prevalecer os interesses nacionais de cada um nos organismos multilaterais de segurança está intimamente ligada ao chamado *processo de securitização*<sup>80</sup> que, ao considerar que as chamadas *novas ameaças* devem ser enfrentadas pela estrutura de defesa de cada país,

<sup>77</sup> Disponível no site do Ministério da Defesa: <https://www.defesa.gov.br/index.php/noticias-do-md/2453996-24112010-defesa-discurso-do-ministro-jobim-na-ix-conferencia-de-ministros-da-defesa-das-americas-bolivia.html>

<sup>78</sup> Disponível no site do Ministério da Defesa: <https://www.defesa.gov.br/index.php/noticias-do-md/2453996-24112010-defesa-discurso-do-ministro-jobim-na-ix-conferencia-de-ministros-da-defesa-das-americas-bolivia.html>

<sup>79</sup> Mathias, S.K in: <http://www.resdal.org/campo/art-news-kalil.html>

<sup>80</sup> Para maiores informações ver: BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers: the structure of international security.** Cambridge University Press, 2003.



expande o campo de atuação das FFAA para temáticas não tradicionais, extrapolando o campo de ação das mesmas.

Na sua obra, Barry Buzan percebe uma diferenciação fundamental entre os processos de securitização e de politização. Embora o autor não trate propriamente da atuação das FFAA, para entender os processos de securitização e politização, as seguintes ameaças são pertinentes a cada setor:

- Setor militar – Estado e democracia se apresentam como objeto a que se refere;
- Setor Político – Deve tratar as ameaças à sobrevivência e as ameaças à ideologia do modelo político vigente;
- Setor Econômico – Corrupção e transgressões às leis econômicas ameaçam este setor;
- Setor Social - Tem como objeto referencial as identidades em larga escala (ex.religiões);
- Setor ambiental – Tem como objeto referencial a manutenção das espécies vivas e da biosfera.<sup>81</sup>

Esta perspectiva nos mostra que qualquer tema público pode ser vislumbrado como uma ameaça a ser tratada, pois esta decisão depende somente da definição de interesse de cada Estado através de sua tradição política e de seus costumes. Para Gil Prata, as ameaças<sup>82</sup> tradicionais são ligadas à Segurança, esta que foi sempre

---

<sup>81</sup> BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; DE WILDE, Jaap. Security – a new framework for analysis. London: Lynne Rienner Publishers, 1998, p.7.

<sup>82</sup> Segundo Gil Prata, neste conceito de ameaça também influem alguns fatores ligados a alvo e agente. Através da conjunção desses fatores se tem o grau de risco da ameaça. Quando o agente tem reais possibilidades, capacidade para concretizar e intenções verdadeiras de a provocar, tem-se uma situação geradora de ameaça. Logo, vê-se que só existe a ameaça se todos esses fatores juntos compuserem o seu agente. Caso contrário, não se pode afirmar a existência de uma ameaça, mesmo que tenha a possibilidade. Entretanto, é importante ressaltar que sempre a ameaça é algo que indica, denuncia um dano ou risco; mas, que é, na verdade, o seu sinal, o anúncio que provoca temor. (In: In: PRATA, Gil. As ameaças à Segurança Internacional e a Guerra Preventiva. **Alameda Digital**, jan. 2007. Disponível em:

uma das aspirações dos Estados. Figurando dentre os objetivos permanentes do Estado entre as suas tarefas fundamentais estão além da segurança, a justiça e o bem-estar. Garantindo, assim, a independência nacional, a soberania, a integridade territorial e a proteção das populações e dos seus bens.

Com o fim da Guerra Fria, que foi materializado pela dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991, as ameaças à segurança e à paz internacionais se difundiram (até aquela época elas eram bem definidas, o que facilitava a preparação e o planejamento militar). A partir deste evento, o Sistema Internacional começa a migrar para uma Nova Ordem Mundial.<sup>83</sup> Houve uma mudança na percepção da agenda de segurança no pós-Guerra Fria mas esta mudança não retirou a importância das questões de segurança estratégica. O que ocorreu foi que elas assumiram uma nova dimensão ao serem vistas de modo integrado com os novos temas da agenda de segurança internacional, a maior parte delas já existia, o que ocorreu foi uma alteração no modo de percebê-las.<sup>84</sup> Desta forma, as chamadas ‘novas ameaças’ ganharam maior relevância nas rodadas de discussões. Como exemplos destas “novas ameaças”, podemos citar: religião; narcotráfico; meio ambiente; tráfico de pessoas; problemas sanitários (epidemias), e terrorismo internacional.

Segundo Héctor Luis Saint-Pierre, há vários meios de se efetivar a ameaça, dentre eles os mais comuns são: militares (por exemplo: bloqueios, zonas de exclusão, ataque punitivo, bombardeio “preventivo”, guerra “cirúrgica”, guerra “limitada”, guerra convencional, guerra de guerrilha, guerra nuclear); políticos (podem

---

<[http://www.alamedadigital.com.pt/n5/guerra\\_preventiva.php](http://www.alamedadigital.com.pt/n5/guerra_preventiva.php)>. Acesso em: 28 set. 2009) Além de ser essencial para a Segurança, “pois a particularidade da ameaça é ser necessária (...) porque permite uma tomada de consciência das agressões potenciais, que podem se desatar num setor ou noutro”. (MAISONNEUVRE, Eric de la. **La metamorfosis de la violencia**. Ensayos sobre la guerra moderna: Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamérica, 1998, p. 152.)

<sup>83</sup> XAVIER, Alexandre Tito dos Santos. **Ameaças a Segurança e a Defesa do Estado no Novo Cenário Mundial: o papel da Marinha do Brasil no século XXI**. *Periódico Cenário Internacional*. Nov, 2009. Disponível em: <<http://www.cenariointernacional.com.br/artigos2.asp?id=124>>. Acesso em: 28 set. 2009.

<sup>84</sup> PAGLIAI, Graciela De Conti. Segurança hemisférica: uma discussão sobre a validade e atualidade de seus mecanismos institucionais. *Revista Brasileira de Política Internacional*, jun. 2006. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/358/35849102.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2009.

ser internos - obstrução parlamentar, desestabilização política, campanhas de desprestígio, comissões de inquérito, alianças eleitorais, acordos para votação - e internacionais - moções internacionais, alianças internacionais, frente de votação em organismos internacionais, voto de censura); econômicos (bloqueios, boicote, taxaço aos produtos nacionais, chantagens, sanções, veto ao crédito, espionagem industrial, sabotagem comercial); e , de saúde pública (epidêmicos, sanitários).<sup>85</sup>

A definição de ameaça a cada país se mostra extremamente importante porque é através desta percepção que serão delineados os elementos da Defesa de modo a proporcionar o sentimento de segurança na população. A seguir analisaremos os interesses dos países-chave, Brasil e EUA contrapostos à sua representatividade nas Conferências de Ministros da Defesa das Américas, de 1995 a 2010.

### **3.1 EUA e América Latina - uma breve introdução**

Durante todo o século XX e principalmente a partir da década 1940 a potência hegemônica,<sup>86</sup> tem se preocupado em manter a estabilidade regional promovendo a democracia como valor primordial para sua manutenção. Partindo desta premissa democrática, outros problemas como o tráfico de drogas, conflitos fronteiriços, por exemplo, seriam mais facilmente solucionados. As tentativas (muitas vezes exitosas) dos EUA em atuar na América Latina não atingem somente as esferas econômica e

---

<sup>85</sup> SAINT-PIERRE, Héctor L.; MATHIAS, Suzeley K. **As ameaças à Democracia na América Latina. Área de "Paz, Defesa e Segurança Internacional". Programa Santiago Dantas.**

<sup>86</sup> “Só os organizados podem dominar, e para organizar é preciso ter uma concepção do mundo que solde as experiências de vida num projeto votado a transformar o mundo, ou a conservá-lo aparentemente como tal” In: FERREIRA, Oliveiros S., **Os 45 cavaleiros húngaros. Uma leitura dos Cadernos de Gramsci.** São Paulo: Hucitec, 1986, p. 346.

militar, mas também alcançam os campos político, ideológico e cultural<sup>87</sup> e, com o fim da Guerra Fria este *soft power*<sup>88</sup> fica ainda mais evidente. Parte da herança cultural estadunidense, como a liberdade, a democracia e o livre mercado, são os valores que se apresentam como objetivos absolutos na sociedade americana e se refletem na política externa deste país em duas vertentes: a “exemplacionista” e a “reivindicacionista”.

Como vertente “exemplacionista” entendemos a propensão isolacionista, de forma que, através do modelo de ação pretende-se dar o ‘exemplo’ de como se deve agir, este é um tipo de ação que pretende mostrar ao mundo uma boa conduta política baseada no distanciamento das questões internacionais. Na vertente ‘reivindicacionista’ nota-se a ingerência nos assuntos externos para expansão e transformação do mundo.<sup>89</sup> Como exemplos práticos desta vertente, podemos citar cronologicamente a Doutrina Monroe, Doutrina Cleveland, Doutrina Root, Doutrina Wilson, Doutrina Coolidge, Doutrina Jonson-Mann, Doutrina Reagan, a política do Big Stick e a Doutrina Bush (pai e filho). Principalmente após a Segunda Guerra Mundial, esta forma de se fazer política vigorou nitidamente na política externa norte-americana. O aumento do poderio militar norteamericano agregado à influência de setores internos nacionalistas, abriu espaço para que a corrente reivindicacionista se manifestasse plenamente e atingisse seu ápice com a Doutrina Bush, principalmente no pós-11 de setembro. Neste cenário, a promoção da democracia como valor a ser universalizado,

---

87 WHITEHEAD, Lawrence. **The Imposition of Democracy**. IN: LOWENTHAL, Abraham. Exporting Democracy. The United States and Latin America. Themes and issues. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press. 1991, p.217.

<sup>88</sup> Por “hard power” entendemos a capacidade de um país obter o que deseja por meio da força bruta, militar e/ou de pressões econômicas. Já o “soft power” seria o poder de obter seus desejos por meio do convencimento, da persuasão, utilizando-se de valores culturais, políticos e/ou ideológicos. O mais recente conceito, o de “smart power”, vem vindo sendo atribuído ao governo de Barack Obama, seria a habilidade de somar os dois conceitos anteriores para a concretização de interesses nacionais: “the ability to combine hard and soft power into a winning strategy”. Sobre o assunto consultar: NYE Jr., Joseph S., 2006. In: **Mideast, the goal is 'smart power'**. Boston Globe. [http://www.boston.com/news/globe/editorial\\_opinion/oped/articles/2006/08/19/in\\_mideast\\_the\\_goal\\_is\\_smart\\_power/](http://www.boston.com/news/globe/editorial_opinion/oped/articles/2006/08/19/in_mideast_the_goal_is_smart_power/)

<sup>89</sup> MONTEM, Jonathan. The Roots of the Bush Doctrine. Power, Nationalism, and Democracy promotion in US Strategy. *International Security*. 29(4). Spring 2005, p.114.

principalmente aos chamados Estados falidos e Estados pária<sup>90</sup>, embasa o uso da força militar pelos EUA no combate ao terrorismo (maior inimigo da democracia, segundo o governo norte-americano). Exemplos desta política são as guerras do Afeganistão e Iraque, que deixaram clara a tendência norte-americana de se utilizar da força para salvaguardar seus interesses no âmbito internacional. Kenneth Waltz sintetizou este pensamento ao afirmar:

Democracias coexistem com Estados não democráticos. Embora as democracias raramente lutem entre si, elas lutam, como notou Michael Doyle pelo menos, ao partilharem as suas guerras contra os outros. Os cidadãos dos Estados democráticos tendem a pensar em seus países como bons além de suas ações, simplesmente porque eles são democráticos. Assim, o ex-secretário de Estado Warren Christopher afirmou que "as nações democráticas raramente iniciam guerras ou ameaçam seus vizinhos". Pode-se sugerir que ele tente sua proposição fora na América Central ou do Sul. Cidadãos de países democráticos também tendem a pensar nos Estados não-democráticos como maus, desconsiderando suas ações, simplesmente porque são antidemocráticos. **Democracias promovem a guerra, porque às vezes decidem que o caminho para a preservação da paz é derrotar os Estados não-democráticos e torná-los democráticos**" [grifo nosso].<sup>91</sup>

Seguindo este raciocínio, entende-se que enfrentar as nações não-democráticas por meio da guerra é uma forma de preservar a paz, pois, os países democráticos tendem a não entrar em conflito entre si. Por meio da guerra pretende-se alterar o regime de governo para que, justamente, no futuro nos vejamos livres das

<sup>90</sup> Estados extremamente ligados a ações abertas contra interesses ocidentais. Foram declarados fora da comunidade internacional, como tendo-se tornado párias internacionais, que só poderiam ser readmitidos no discurso diplomático depois de corrigirem as suas atitudes. Da mesma forma, à medida que a capacidade da União Soviética para lançar uma Guerra Fria ativa foi diminuindo ao longo dos anos 80, outras ameaças à ordem internacional foram sendo descobertas — como o terrorismo. Alguns Estados ligados ao terrorismo, sobretudo ao terrorismo dirigido contra interesses ocidentais, tornaram-se rapidamente os arquétipos de "Estados pária".

<sup>91</sup> "Democracies coexist with undemocratic states. Although democracies seldom fight democracies, they do, as Michael Doyle has noted, fight at least their share of wars against others. Citizens of democratic states tend to think of their countries as good, aside from what they do, simply because they are democratic. Thus former Secretary of State Warren Christopher claimed that "democratic nations rarely start wars or threaten their neighbors". One might suggest that he try his proposition out in Central or South America. Citizens of democratic states also tend to think of undemocratic states as bad, aside from what they do, simply because they are undemocratic. Democracies promote war because they at times decide that the way to preserve peace is to defeat nondemocratic states and make them democratic." (WALTZ, Kenneth N., **Structural Realism After de Cold War**, p.10, disponível no site: [http://www.columbia.edu/itc/sipa/U6800/readings-sm/Waltz\\_Structural%20Realism.pdf](http://www.columbia.edu/itc/sipa/U6800/readings-sm/Waltz_Structural%20Realism.pdf) [tradução nossa].

guerras. A idéia de se entrar em guerra para promover a paz parece, neste sentido, pelo menos mal arquitetada, pois para se evitar uma situação no futuro, uma tendência, justamente a guerra é antecipada e provocada no presente para que, desta forma não venha a ocorrer. Prevenir que algo ocorra justamente o promovendo não parece uma atitude das mais sensatas. Fato é que, desde a Primeira CMDAs em Williamsburg, a democracia vem sendo atrelada ao papel das Forças Armadas nos Estados democráticos e assim seguiu ganhando cada vez mais importância em todas as outras Conferências até 2010.

Em contrapartida a este pensamento, visualizamos que de todos os conflitos nas Américas durante a década de 1990, somente as indisposições<sup>92</sup> entre EUA e Haiti nos anos de 1992 a 1994 envolveram uma nação não-democrática e uma democrática. Em 1991 tivemos as disputas entre Honduras e Nicarágua e também entre Perú e Equador, todos democráticos. Em 1995 Peru e Equador voltaram a encarar disputas, bem como Colômbia e Venezuela; Nicarágua e Honduras; Nicarágua e Colômbia – todos democráticos. Mais adiante, em 1996, prosseguiram no conflito enquanto que Nicarágua e El Salvador iniciaram disputas assim como Honduras e El Salvador. Em 1997 os seguintes países democráticos entraram em disputa ou deram continuidade à disputas dos anos anteriores: Honduras e Nicarágua; Nicaragua e Costa Rica; El Salvador e Honduras; Venezuela e Trinidad Tobago; Venezuela e Colômbia; Belize e Guatemala – seis conflitos entre países democráticos. No ano e 1998 Equador e Peru iniciaram novos conflitos e Costa Rica e Nicarágua prosseguiram com o conflito iniciado no ano anterior.<sup>93</sup>

Em 1823, o presidente James Monroe anunciou que o Hemisfério Ocidental foi fechado para qualquer futura colonização européia e que os Estados Unidos iriam proteger as Américas como um espaço destinado à democracia. No século seguinte, essas idéias - que vieram a ser conhecidas como a Doutrina Monroe- moldaram o quadro

---

<sup>92</sup> Falamos em indisposição, disputa e em conflito, uma vez que não podemos falar propriamente em guerra na América do Sul no período compreendido neste estudo.

<sup>93</sup> ROSAS, María Cristina. Op.Cit. p.53.

através do qual os americanos entendiam e articulavam o seu papel militar e diplomático no mundo. Em 2 de dezembro de 1823 a mensagem do presidente Monroe foi clara:

“A ocasião foi considerada adequada para afirmar como um princípio no qual os direitos e interesses dos Estados Unidos estão envolvidos, que o continente americano, pela condição livre e independente que assumiu e mantém, não poderá ser considerado sujeito a colonização futura, por qualquer potências européias.<sup>94</sup>

Desde 1985 a Organização dos Estados Americanos (OEA) introduziu o *compromisso democrático* à agenda de segurança nas Américas como condição *sine qua non* da segurança regional. Já na Primeira CMDA os temas da cooperação em defesa adicionado à confiança e transparência militar nas medidas de confiança mútua, estão ao lado do tema: Forças Armadas nas democracias do século XXI. O valor democracia foi parte da agenda temática de 6 das 9 Conferências Ministeriais de Defesa. Nos anos de 1995, 2000, 2002, 2004, 2006 e 2010 a temática da democracia foi colocada como primordial para o desenvolvimento de relações de confiança mútua na região e como condição primordial para o desenvolvimento pleno tanto econômico como social dos países do hemisfério. Fato é que, na América Latina a revolta contra os crimes supera em muito as preocupações com os governos democráticos:

A fé pública na democracia é ameaçada quando os governos são vistos como incapazes de fornecer serviços básicos como a segurança pública. Um relatório das Nações Unidas no ano passado (2006) revelou que apenas 43% dos latino-americanos são totalmente favoráveis à democracia. A criminalidade subiu rapidamente para o topo da lista das preocupações dos cidadãos da América Latina. Como a revista “The Economist” descreveu, “em vários países da América Latina, 2004 será lembrado como o ano em que as pessoas se levantaram em revolta contra a criminalidade.” “Levantes de rua massivos, como aqueles que aconteceram na Argentina, México e Brasil, e outras expressões de protesto contra a violência, tornaram cada vez mais difícil para os políticos evitarem o problema e, em muitos países, tem feito da criminalidade o tema central nas plataformas dos partidos políticos em toda a região. Vários líderes da região, incluindo Tony Saca de El Salvador, Ricardo

---

<sup>94</sup> “The occasion has been judged proper for asserting as a principle in which the rights and interests of the United States are involved, that the American Continents, by the free and independent condition which they have assumed and maintain, are henceforth not to be considered as subjects for future colonization by any European Powers.” ROOT, Elihu. **The Real Monroe Doctrine** – The American Journal of International Law. Vol. 8, No.3 (Jul. 1914), p.427. [tradução nossa].

Maduro, em Honduras, Oscar Berger, na Guatemala, e Álvaro Uribe na Colômbia, todos tem em suas campanhas uma forte mensagem contra o crime. Os presidentes de Honduras e El Salvador têm caracterizado o problema das gangues como a maior ameaça à segurança nacional de seus países tal como o terrorismo para os Estados Unidos.”<sup>95</sup>

Ao citar Jonathan Monten, Eva Bellin e Katarina Delacoura, Noam Chomsky inicia seu quarto capítulo da obra “Estados Fracassados – O abuso do poder e o ataque à democracia” com o seguinte parágrafo:

A promoção da democracia ocupa um lugar central na política externa do governo George W. Bush, quer seja na guerra contra o terrorismo, quer em sua estratégia global". Assim começa o mais extenso artigo especializado sobre "as raízes da doutrina Bush". A afirmação não surpreende. Em 2005, ela havia alcançado o status de um ritual. No mundo acadêmico, lemos com frequência que **a convicção de que a democracia pode ser imposta a partir de fora** "é a premissa que sustenta a intervenção norte-americana no Iraque" e que ela foi "postulada como um **potencial novo pilar de ambição para a política externa dos Estados Unidos** em outras partes do mundo". Essa formulação aparece às vezes ampliada: "**A promoção da democracia no exterior**" é um **objetivo primordial da política externa dos Estados Unidos desde que Woodrow Wilson adotou de um "poderoso componente idealista"; ela adquiriu "particular importância" sob Ronald Reagan e foi mais tarde assumida com "um vigor sem precedentes" por Bush II**. Em matérias jornalísticas e ensaios, essa premissa é vista como um mero truísmo. <sup>96</sup> [grifo nosso]

<sup>95</sup> “Public faith in democracy itself is under threat as governments are perceived as unable to deliver basic services such as public security. A United Nations report last year revealed that only 43 percent of Latin Americans are fully supportive of democracy. Crime has rapidly risen to the top of the list of citizen concerns in Latin America. As the Economist magazine described it, "in several Latin American countries, 2004 will be remembered as the year in which the people rose up in revolt against crime." Massive street marches such as those that took place in Argentina, Mexico, and Brazil, and other expressions of protest against violence, have made it increasingly difficult for politicians to avoid dealing with the issue and, in many countries, have made tackling crime a central theme in political party platforms across the region. Several leaders in the region, including El Salvador's Tony Saca, Ricardo Maduro in Honduras, Guatemala's Oscar Berger, and Alvaro Uribe in Colombia, have all campaigned on a strong anti-crime message. The Presidents of Honduras and El Salvador have called gangs as big a threat to national security in their countries as terrorism is to the United States” US Department of State, International Information Programs, <http://usinfo.state.gov/dhr/Archive/2005/Apr/21-965427.html> ; Acessado em 12 de janeiro de 2008 [tradução nossa].

<sup>96</sup> CHOMSKY, Noam. **Estados Fracassados – O abuso do poder e o ataque à democracia**. Bertrand Brasil. 2 edição, 2009, p.120.



Segundo Chomsky, “no período da Guerra Fria, o esquema da ‘defesa contra a agressão comunista’ esteve disponível para mobilizar apoio interno para a subversão, o terror e o assassinato em massa. Na década de 1980, no entanto, esse dispositivo começava a se esgotar.”<sup>97</sup> Com o fim da Guerra Fria, outros motivos tiveram que ser proclamados para se justificar intervenções políticas e/ou militares dos EUA. Com a ameaça comunista se esvaindo,

“(…) os pretextos convencionais já davam sinais de desgaste, **a ‘guerra contra as drogas’ rapidamente preencheu o vácuo na América Latina**, domínio tradicional da violência direta e indireta dos Estados Unidos. Com a oportunidade aberta do 11 de Setembro, **ela foi mais tarde transmutada em guerra contra o ‘narcoterrorismo’**. (grifo nosso)<sup>98</sup>

Além da promoção da democracia no continente, a questão do terrorismo, narcotráfico e, mais tarde, narcoterrorismo são temas frequentes na política externa norte-americana e nas CMDA, ambos os temas são tratados de forma militarizada. Durante a VII CMDA em Manágua, na Nicarágua, José Miguel Insulza, Secretário-Geral da OEA fez críticas ao discurso de promoção da democracia, afirmando que este discurso serviu de “pano de fundo” para as piores ditaduras do Sec. XX e defendeu que primeiramente deveriam ser tratados pelos Estados os problemas econômicos e sociais que afetam a população:

É claro que devemos dar prioridade aos problemas sociais e econômicos que afetam nossos povos, que estão na raiz de muitos problemas de segurança. Mas, para dizer que esses problemas ameaçam a nossa segurança não é apenas um estiramento excessivo do conceito, mas corre o risco de nos levar a reiteração da doutrina de segurança nacional que fez tanto mal à **democracia nas últimas décadas do século 20, sendo invocado como uma justificativa para as piores ditaduras de nossa história**.<sup>99</sup> [grifo nosso].

<sup>97</sup> Ibid. p.124.

<sup>98</sup> Ibid. p.124.

<sup>99</sup> “Certainly we should attach priority to the social and economic problems affecting our peoples, which are at the root of many security issues. But, to say that these issues threaten our security not only is an undue stretch of the concept but threatens to lead us into reiterations of the national security doctrine that did so much harm to democracy in the last decades of the 20th century, being invoked as a justification for the worst dictatorships in our history” José Miguel Insulza, Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 2006 em discurso na VII Conferência de Ministros da Defesa em 2 de outubro de 2006. [tradução nossa] In: [http://www.oas.org/en/media\\_center/speech.asp?sCodigo=06-0173](http://www.oas.org/en/media_center/speech.asp?sCodigo=06-0173)

Na Conferência de Manaus, em 2000, foi colocado como medida de fortalecimento da democracia dois temas: Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário para as FFAA e funcionários civis da defesa e Formação de Civis em Matéria de Defesa. A inserção de civis em matérias de defesa focando-se matérias como os DH, seriam, segundo esta CMDA, uma importante medida na preservação e fortalecimento da democracia. Em contrapartida, no campo das ações, o observado foi que, “de 2002 a 2003, o número de militares latino-americanos treinados por programas dos Estados Unidos aumentou em mais de 50%”.<sup>100</sup> Tal aumento não foi proporcionalmente verificado nos temas propostos na Conferência para o âmbito civil.

Mais do que problemas a serem enfrentados pelas vias militares, a América Latina encontra-se em situação de violência interna exacerbada, em alguns casos, mesmo de uma guerra contra o narcotráfico, gangues na América Central, e as FARC na Colômbia:

A América Latina continua a ser uma zona de paz. Na região constata-se um baixo nível de conflitos interestatais, com reduzidas ameaças militares. No entanto, na América Latina e no Caribe temos uma elevada proeminência da violência, transformando a região em uma das mais violentas do mundo, com 8% da população mundial, corresponde a 40% dos homicídios e 60% dos seqüestros.<sup>101</sup>

Não obstante, os EUA insistem em tratar problemas de cunho social pelas vias militares, investindo pesadamente em “ajuda” militar:

**No fim do milênio, ‘a ajuda militar e policial total [dos Estados Unidos] no hemisfério suplantou a ajuda econômica e social’.** Esse é ‘um novo fenômeno’, assinalaram os analistas: **‘mesmo no auge da Guerra Fria, a ajuda econômica excedia em muito a ajuda militar’.**[grifo nosso]<sup>102</sup>

<sup>100</sup> CHOMSKY, Op. Cit. 2009, p.124.

<sup>101</sup> “América Latina continúa siendo una zona de paz. En la región se constata un bajo grado de conflictividad interestatal, con reducidas amenazas militares. Sin embargo, en América Latina y el Caribe tenemos una alta preeminencia de la violencia, constituyendo a la región en una de las más violentas del mundo; la que con un 8% de la población mundial, tiene un 40% de los homicidios y un 60% de los secuestros. (grifo nosso)” ARAVENA, Francisco Rojas. *América Latina y el Caribe: avances retóricos sin acuerdos vinculantes*. In: Atlas Comparativo de la Defensa, Resdal, 2010.

<sup>102</sup> CHOMSKY, Op. Cit., 2009, p.124.

Existente há 10 anos o “Plano Colômbia” é um programa dos EUA na Colômbia para o combate à produção e ao tráfico da cocaína no país latino-americano proporcionando ajuda financeira e militar ao governo colombiano. Para alcançar este objetivo o programa atua no combate às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e, segundo o Departamento de Estado dos EUA, por ano os americanos gastam 630 milhões de dólares no projeto; até 2009 foram dispendidos 1,3 bilhão de dólares em operações sendo que 60% deste valor foi destinado às Indústrias Privadas de Segurança.<sup>103</sup>

Sobre a atuação militar dos EUA na América Latina, a forte presença e constante movimentação na América do Sul levanta questionamentos acerca do real interesse norte-americano na região:

**O Comando Militar do Sul (Southcom) das Forças Armadas dos Estados Unidos tem hoje mais gente trabalhando na América Latina do que a maioria das principais agências federais reunidas, concentradas agora no ‘populismo radical’ e nas gangues de rua, as principais ameaças.** As polícias estão sendo treinadas em táticas leves de infantaria. O treinamento militar no exterior vem sendo transferido do Departamento de Estado para o Pentágono, livrando-o do condicionamento dos direitos humanos e da democracia sob supervisão do Congresso.<sup>104</sup> [grifo nosso].

A professora norte-americana Martha K. Huggins, estudiosa de temas relacionados às polícias latino-americanas questiona o treinamento das polícias latino-americanas pelos EUA. Segundo ela, “o propósito fundamental da ajuda dos Estados Unidos às polícias latino-americanas foi o de atuar como **mecanismo para ganhar controle sobre os sistemas de segurança interna dos países beneficiários e não o de fomentar a difusão da democracia.**”<sup>105</sup> [grifo nosso] Diferentemente do pregado pelo governo norte-americano, de que tais treinamentos são um meio de instituir uma justiça

<sup>103</sup> BRANCOLI, FernandoLuz. XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio. **Indústrias Militares Privadas, Plano Colômbia e repercussões no monopólio estatal do uso da força na América do Sul no pós-Guerra Fria.** ISBN 978-85-60979-08-0, 2010.

<sup>104</sup> CHOMSKY, Op. Cit., 2009, p.124.

<sup>105</sup> HUGGINS, Martha K. **Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina.** São Paulo: Cortez, 1998. p.22

penal mais eficaz, promover a democracia, profissionalizar as ações policiais, diminuir a violência e a corrupção nestas instituições e difundir o respeito aos direitos humanos com o propósito de instituir o “império da lei”.

O Major Brigadeiro do Ar R/R Lauro Ney Menezes, em artigo na revista da Universidade da Força Aérea propunha em 1996 que havia dois caminhos para as Forças Armadas Sul-Americanas, tais sejam:

- aceitar o papel que lhes é atribuído e **transformarem-se em super-policia sob a direção da Drugs Enforcement Agency americana (DEA)**;
- rejeitar essa opção e continuar no desenvolvimento de pesquisas que lhes dêem um potencial para adquirir capacidade profissional (inclusive nuclear e missilístico) incorrendo o risco de sofrer as possíveis sanções da ONU.<sup>106</sup> [grifo nosso].

Desde a década de 1970 os EUA tentam transformar as Forças Armadas latino-americanas em forças policiais. Neste processo o “soft power” norte americano pode ser visualizado na tentativa de se penetrar no sistema policial de um país estrangeiro para moldar e influenciar os futuros oficiais da polícia destas nações, arraigando conceitos e valores nestes oficiais para, mais tarde, estes valores serem muito mais facilmente aceitos por todos através da estrutura hierárquica característica de todas as FFAA. A Constituição da Costa Rica, por exemplo, proíbe a existência de Forças Armadas, mas a Guarda Nacional tem unidades de combate. A polícia nacional panamenha também não utiliza suas unidades de combate na defesa, que é garantida pelos EUA por tratado; desde a deposição de Manuel Noriega o país não tem Forças Armadas. Como exemplo fora do continente, Palau, país da Micronésia, no Pacífico, também tem sua defesa a cargo dos EUA.

Vários outros países latino-americanos vem promovendo uma descaracterização de suas Forças Armadas ao envolvê-las em problemas de cunho

---

<sup>106</sup> MENEZES, Maj.-Brig.-do-Ar R/R Lauro Ney. **A grande questão militar do momento Internacional: As Forças Armadas (Sul Americanas) e o Brasil.** Revista da UNIFA, Rio de Janeiro, 10 (12) : 37-39, jun 1996, p.38.

político e combate a problemas policiais como o narcotráfico, por exemplo. Bolívia, Colômbia, Paraguai, Venezuela e México. Uma das consequências deste fato é a disseminação e contaminação da corrupção no meio militar por intermédio do contato do militar com o traficante. Corrupção e alianças com o narcotráfico na América Latina são eventos muito comuns e de desconstrução problemática.

Por outro lado, na América do Sul, mais especificamente no Cone Sul, há uma aproximação entre os países no sentido de contrabalançar esta atuação norte-americana em diversos níveis com organizações no campo da defesa, como o Conselho de Defesa Sul-Americano, no seio da Unasul.<sup>107</sup> Segundo Guedes de Oliveira, ao coincidirem a subida ao poder de vários governos esquerdistas na região a Unasul representa um aumento na “preocupação em buscar um maior entendimento entre os países vizinhos que neutralizasse possíveis intervenções dos EUA e de outras potências nos processos políticos internos”.<sup>108</sup> Não obstante esta aproximação, a característica que melhor define a América Latina ainda é a heterogeneidade<sup>109</sup> enquanto região, o que podemos visualizar nas divisões dos grupos de trabalho das CMDA também. Os dias em que alto escalão propunha em discursos projetos de integração econômica, coordenação política e hemisférica se foram e, neste contexto, os dias de maior progresso no campo da defesa e segurança (pelo menos em se falar nestes temas) também:

<sup>107</sup> Proposta promovida pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, a UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) teve em Brasília, no ano de 2000 sua primeira Reunião de Presidentes da América do Sul e tratou de temas econômicos e comerciais. Já em 2002 em Guayaquil, Equador, foram as questões de segurança que tiveram enfoque e foi neste sentido que prosseguiram as demais Reuniões. Em 2004, na cidade de Cuzco, no Peru, a Declaração de Cuzco foi assinada. Até então a comunidade era chamada de CASA (Comunidade Sul-americana de Nações) mas, em 2007, por uma proposta do presidente venezuelano, Hugo Chávez, a comunidade passou a se chamar UNASUL.

<sup>108</sup> GUEDES DE OLIVEIRA, Marcos Aurélio. **Segurança e Governança na América do Sul**. In: *Segurança e Governança nas Américas*. Ed. Marcos Aurélio Guedes de Oliveira. Olinda, 2009. P. 59.

<sup>109</sup> As heterogeneidades hemisféricas ficam explícitas, por exemplo, ao analisarmos o ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de alguns países do hemisfério. A superpotência norte-americana figurou na 4ª posição mundial, ou seja, entre os países de IDH muito elevado. Entre os países latino-americanos, o Chile é o país que mais se aproxima dos EUA com a 45ª posição, ou seja, a uma distância de 41 posições. Depois do Chile seguem Argentina (46ª), Panamá (54ª), Uruguai (54ª), México (56ª), Trinidad Tobago (59ª), Costa Rica (62ª), Peru (63ª), Brasil (73ª), Venezuela (75ª), Equador (77ª), Colômbia (79ª), Jamaica (80ª), Suriname (94ª), Bolívia (95ª), Paraguai (96ª), Guiana (104ª), Honduras (106ª), Nicarágua (115ª), Guatemala (116ª), Haiti (145ª). Os dois principais países da América do Sul, Argentina e Brasil, estão respectivamente, a 42 e 69 posições da potência norte-americana e o Haiti, por exemplo, encontra-se entre os países de pior IDH mundial.

Estados Unidos se opõe visceral e automaticamente a qualquer proposta doméstica de reforma ou qualquer iniciativa internacional acerca da Venezuela de Hugo Chavez e, este Presidente retribuiu o favor com ataques ferozes sobre a hegemonia regional norte-americana (ainda que na maior parte verbalmente). Ainda que de forma menos dramática, Washington expressa da mesma maneira o seu desagrado com a maior parte dos programas de reforma e da ação internacional do presidente da Bolívia Evo Morales. Esta insatisfação é também (embora de uma forma mais discreta), colocada pelo governo boliviano pela sua determinação, expressa em terminar com as relações coloniais que estão na base de sua economia. E, ainda mais sutilmente, os EUA estão claramente descontentes com as tendências de esquerda ou populistas que levaram Correa ao poder no Equador, e Ortega na Nicarágua. Se o gigante do norte já estava preocupado com as tendências dos relativamente moderados Argentina e Brasil, não tem ficado inerte com relação a chegada daqueles que considera radicais em qualquer lugar do mundo<sup>110</sup>

De outra maneira, não somente o país hegemônico representa discordância no continente americano face às outras nações. A desconfiança persiste na região e se projeta entre os países latino-americanos também como ressalta Klepak:

[...] A República Dominicana vê com receio os eventos e os líderes do vizinho Haiti; a guerra civil na Colômbia continua a complicar as relações com seus vizinhos (especialmente Equador e Venezuela); o México se inflama com as restrições fronteiriças norte-americanas e outras tensões, apesar da estreita relação que eles têm, em geral; o conflito cubano-americano não mostra sinais reais de diminuição; e até mesmo na América Central (unida como nunca, desde o início do século XIX) ocorrem indisposições ocasionais que nos fazem lembrar da desconfiança que ainda existe entre os Estados da região.<sup>111</sup>

<sup>110</sup> “Los Estados Unidos se oponen visceral y automáticamente a cualquier propuesta doméstica de reforma o iniciativas internacionales acerca de la Venezuela de Hugo Chávez, y ese Presidente devuelve el favor con ataques feroces sobre el hegemon regional (aunque mayormente verbales). Aunque menos dramáticamente, Washington expresa de la misma manera su desagrado con la mayor parte del programa de reforma y la acción internacional del Presidente de Bolívia Evo Morales. Este desagrado es también (aunque de una forma más discreta) rechazado por el gobierno boliviano, en su determinación –según expresa- por terminar con las relaciones coloniales que están en la base de su economía. Y, aunque mucho más sutilmente, los Estados Unidos están claramente poco felices con las tendencias de izquierda o populistas que llevaron ao poder a Correa en Ecuador o a Ortega en Nicaragua. Si el gigante del norte ya estaba preocupado por las tendencias en los relativamente moderados Argentina y Brasil, no ha estado callado acerca de la llegada de los que considera radicales en ningún lugar del mundo..KLEPAK, Hal. **A Silent Security “system” for a Discordant Hemisphere**. In: Atlas comparativo de la Defensa em América Latina, 2007, p12. [tradução nossa]

<sup>111</sup> “[...] la Republica Dominicana mira con recelo eventos y líderes en el vecino Haití; la guerra civil continúa en Colombia complicando sus relaciones con todos sus vecinos (especialmente Ecuador y Venezuela); México se inflama con las restricciones fronterizas norteamericanas y otras tensiones, a pesar de la cercana relación que tienen en general; el conflicto cubano-norteamericano no muestra signos reales de disminución; y aún en Centroamérica (unida como nunca antes desde los inicios del siglo XIX) brotes ocasionales nos recuerdan la persistente desconfianza entre los Estados dela región.”Ibid. p.13.

A segurança é um quesito de interesse primordial para os Estados que têm buscado, no decorrer dos séculos, maneiras para assegurar sua sobrevivência e também para estabelecer uma arena mais pacífica para sua convivência. A Segurança Coletiva é então uma temática que sofreu uma evolução histórica e pode ser definida, de maneira geral, como:

Sistema pelo qual os Estados têm tentado evitar ou impedir as guerras. Segundo um acordo de segurança coletiva, um agressor contra qualquer Estado é considerado um agressor contra todos os outros Estados, que atuam conjuntamente para repelir o agressor.<sup>112</sup>

Devemos ter em mente a característica anárquica inerente ao sistema internacional e a deficiência do direito internacional em intervir na jurisdição interna de cada país. Na visão de Hans Morgenthau, a diretriz da política internacional de um Estado sempre busca, como fim último, a manutenção, aumento ou demonstração de poder em relação a outro (ganho relativo), ou seja, manutenção do *status quo*. Deriva deste conceito, segundo o autor, o interesse em estabelecer medidas de aliança para a preservação do ambiente interno frente às ameaças externas. O sistema de segurança coletiva surge como fruto deste ideal, onde os objetivos dos Estados convergem para o equilíbrio de poder.

Primados com o fim da Guerra Fria e intensificados após os atentados de 11 de setembro, novos atores e novas ameaças à segurança e à defesa do Estado, as últimas representadas pelo narcotráfico, degradação ambiental, ameaças no ciberespaço, terrorismo internacional, insegurança alimentar, tráfico ilegal de armas, pirataria, dentre outros, ganharam destaque nos assuntos relacionados às relações internacionais e

---

<sup>112</sup> “System by which states have attempted to prevent or stop wars. Under a collective security arrangement, an aggressor against any one state is considered an aggressor against all other states, which act together to repel the aggressor”BRITANNICA, Encyclopedia. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/125567/collective-security>>. Acesso em 30 nov. 2009.[Tradução nossa].

demandaram uma nova agenda sobre segurança internacional no continente. Assim, as bases institucionais do sistema de segurança continental americano os quais foram delineadas na década de 1940, tendo como plano de fundo o conflito bipolar e objetivando lidar com ameaças relacionadas ao comunismo, foram severamente questionadas em prol de uma mudança que incluísse não só as velhas ameaças, mas também a iminência das novas ameaças.

Os países do continente começaram então a repensar a necessidade de reformar as instituições de governos regionais, de atualizar os mecanismos de segurança hemisférica e refletir sobre os novos conceitos de segurança hemisférica de forma a fortalecer as instituições do Sistema Interamericano. Como consequência, em 2002, pela Declaração de Bridgetown, a XXXII Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) deu o enfoque multidimensional à segurança para a América, devido à complexidade e ao caráter difuso que as novas ameaças possuem. No entanto, tal agenda de segurança multidimensional não pode receber os créditos que clamava. Como observamos, não há uma unidade ou consenso entre os países do continente no que concerne aos mecanismos de segurança ou uma resposta única continental. Cada Estado possui necessidades diferentes o que gera múltiplas agendas, ou seja, fragmentação. “Enquanto não enfrentam problemas comuns, cada um realiza suas políticas individualmente como sempre fez.”<sup>113</sup>

Segundo Graciela Pagliai, o continente americano é caracterizado pela divisão da agenda em subsistemas. Na América Latina como um todo, devido à militarização da sociedade, está havendo o aumento da violência. Ao mesmo tempo, a América Central tende a desmilitarização e ao desarmamento, mesmo que, ocasionalmente ocorram casos de desconfiança entre os Estados da região. Por fim, o

---

<sup>113</sup> MIYAMOTO, Shiguenoli. **O Mercosul e a Segurança Regional: uma agenda comum?** São Paulo em Perspectiva, 16(1): 54-62, 2002, p.56



Cone Sul se caracteriza pela cooperação com as Formas Armadas conseqüente da restauração da democracia.<sup>114</sup>

O que resulta desse impasse de o que deve ser incluído ou não na agenda de defesa e segurança do continente americano é, geralmente, a agenda de segurança norte-americana. Essa supremacia estadunidense no continente permite que os Estados Unidos determinem as principais estratégias, mecanismos institucionais e temas de segurança diversos. Algumas vezes ainda, a referida nação se vale dos desacordos entre os países para firmar acordos bilaterais que simplesmente sobrepujam a multilateralidade evocada. Segundo o professor Shiguenoli Miyamoto:

Os Estados Unidos em nenhum momento abdicaram de seu poder, fosse no plano econômico, fosse no militar. Lançando mão de duras medidas, a Casa Branca ameaçou um sem número de vezes retaliar outros países, acionando a Super Cláusula 301, da Lei de Comércio Americana. Tal atitude foi tomada inclusive contra o Canadá, seu parceiro maior no Nafta, com quem mantém relações especiais desde os anos 50. **O mesmo acontece quando se confrontam e seus interesses chocam-se com os de seus principais competidores, europeus, ou japoneses, ainda que todos ocupem o topo da pirâmide.**<sup>115</sup> [grifo nosso].

A liderança norte-americana pode ser encontrada na nova agenda hemisférica pela preponderância no combate ao terrorismo e ao narcotráfico, pois tais temas são considerados de extrema relevância para os EUA no que diz respeito à segurança internacional. No entanto, claras são as evidências de que a adoção dos dois temas como principais na agenda continental é discordante com as questões referentes à segurança e defesa por inúmeros países e que, mais uma vez, expressa a mera preocupação sobre a segurança nacional estadunidense diante dos demais Estados americanos.

---

<sup>114</sup> PAGLIAI, Graciela De Conti. **Segurança hemisférica: uma discussão sobre a validade e atualidade de seus mecanismos institucionais.** Revista Brasileira de Política Internacional, janeiro-junho, ano/vol.49, número 001. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Brasília, Brasil.2006. p.26-42.

<sup>115</sup> MIYAMOTO, Op. Cit., 2002, p.56.

Antes de discorrer sobre questões que envolvem defesa e segurança no Brasil, é relevante realizar um panorama geral da região em que este insere, América do Sul. A América do Sul é considerada pelo sistema internacional como uma das regiões de maior estabilidade em relação a conflitos. O último conflito armado entre países pertencentes a essa massa foi a Guerra do Cenepa entre Equador e Peru em 1995 por motivos fronteiriços e, em 1998 esta questão é retomada em novo conflito entre os dois países; conflito que não durou mais do que dois meses.

Apesar da baixa conflictividade, não se pode deixar de lado as ocorrências de conflitos de outra natureza e algumas vulnerabilidades da região. O narcotráfico, por exemplo, é uma das questões que trazem maior instabilidade regional, isso devido à falta de controle por meio de instituições fortes, a dificuldade na fiscalização das imensas fronteiras de difícil acesso, bem como a falta de capital e recursos para um maior investimento em mecanismos de segurança que contribuem para a organização do narcotráfico que está cada vez mais bem posicionado, com significativo aumento de formação de quadrilhas transnacionais extremamente desenvolvidas.

A Argentina está mais voltada para a questão do terrorismo contra a comunidade judaica (como ocorreu nos anos 90), com o tráfico de drogas e armamentos e com a presença de grupos islâmicos na fronteira tripartite argentino-brasileiro-paraguaia. A preocupação brasileira, por força das circunstâncias, acha-se dirigida para o território amazônico, apesar de não negligenciar o tráfico de drogas como uma de suas prioridades.<sup>116</sup>

Outras questões que condizem com a realidade da região seriam os problemas relacionados com a vasta biodiversidade das florestas regionais, como por exemplo, a Amazônia, que por muito tempo foi o principal foco na questão estratégica brasileira, principalmente nos anos 1980, com toda a polêmica sobre a “internacionalização da Floresta Amazônica”<sup>117</sup> e a difícil tarefa de inspecionar a

---

<sup>116</sup> MIYAMOTO, Op. Cit., 2002, p. 56.

<sup>117</sup> RODRIGUES, Thiago M. **A Infundável Guerra Americana – Brasil, EUA e o narcotráfico no continente.** São Paulo em Perspectiva, 16(2): 102-111, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v16n2/12116.pdf> . Acesso em: 28 set. 2009.

utilização dessas riquezas e protegê-las de possíveis ameaças. Ainda que pela Constituição Federal de 1988 o policiamento das fronteiras seja de responsabilidade da Polícia Federal, em 02/09/2004, pela Lei Complementar n.117, transferiu-se ao Exército tal responsabilidade.

Sobre toda essa discussão, tem-se algumas considerações relevantes sobre possíveis estratégias a serem tomadas, em busca de uma integração e um fortalecimento econômico maior da região. Uma delas é a questão do fortalecimento da democracia, pressuposto que vem sendo reforçado, principalmente pelos Estados Unidos, no sentido de que, a partir do momento em que as democracias se fortalecerem, não haverá mais conflitos (idéia esta já contestada neste trabalho). Outro ponto relevante é a questão de tentar se pensar em uma maior cooperação em matéria de defesa e segurança, com o compromisso de se preservar a paz, mediante resoluções pacíficas das controvérsias. Tudo isso, com o intuito de uma integração mais efetiva entre a região.<sup>118</sup>

### **3.2 País-Chave: Brasil**

Para discorrer sobre agendas temáticas e as principais questões de segurança da região, colocaremos em destaque o Brasil. Além de tratar-se do país de origem desta pesquisa, o Brasil foi escolhido por três principais motivos: a importância deste na região em foco; as mudanças recentes em sua conjuntura política e econômica, a influência direta na agenda temática de defesa e segurança e também pela visível busca de autonomia frente às tentativas de doutrinas norte-americanas de segurança, que se intensificaram nos últimos anos.

---

<sup>118</sup> PAGLIAI, Op. Cit.2006. p.26-42.

É visível a busca do governo brasileiro por um posicionamento de potência regional. Para tanto o Brasil tem investido na “propaganda” do seu bom relacionamento internacional, da sua capacidade em auxiliar na resolução de desavenças e influenciar os países positivamente, como por exemplo na MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti)<sup>119</sup>, nas negociações para liberação de sequestrados pelas FARC’s ou mesmo no tratamento do caso da crise política de Honduras, entre outros. Como exemplo desse discurso temos o seguinte trecho encontrado no site do Ministério da Defesa: “[...] se o Brasil quiser ocupar o lugar que lhe cabe no mundo, precisará estar preparado para defender-se não somente das agressões, mas também das ameaças.”<sup>120</sup> Também cabe relacionar o pleiteio de uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas) pelo Brasil. O país, desejando ocupar um bom posicionamento regional e internacional, deve buscar meios para que esse objetivo possa vir a ser realizado. Esta aspiração por um posicionamento de potência regional reflete a maior atenção que vem sendo dada às questões de segurança e defesa do país nos últimos anos, e que confluem com os novos cenários nacionais e internacionais que vem sendo estabelecidos. O Brasil desfruta, a partir de sua estabilidade política e econômica, uma posição de destaque no contexto internacional, o que exige nova postura no campo da Defesa, a ser consolidada através do envolvimento do povo brasileiro.<sup>121</sup>

Um ano após o início do governo Lula foi criada a UNASUL (União das Nações Sul-Americanas) e, a participação do Brasil neste organismo veio a reiterar a agenda de política externa brasileira que buscava priorizar as relações Sul-Sul. Nesse momento, o governo brasileiro pautava suas ações de modo a conseguir mais

<sup>119</sup> O Brasil tem liderado a Missão desde junho de 2004. Para maiores informações sobre o tema consultar: <<http://www.un.org/Depts/dpko/missions/minustah/>>

<sup>120</sup> Disponível em: <[https://www.defesa.gov.br/eventos\\_temporarios/2009/estrategia/arquivos/estrategia\\_defesa\\_nacional\\_portugues.pdf](https://www.defesa.gov.br/eventos_temporarios/2009/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf)>. Acesso em: 22 set 2009.

<sup>121</sup> Disponível em: <[https://www.defesa.gov.br/eventos\\_temporarios/2009/estrategia/arquivos/estrategia\\_defesa\\_nacional\\_portugues.pdf](https://www.defesa.gov.br/eventos_temporarios/2009/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf)> Acesso em: 22 set 2009.

independência e notoriedade no cenário internacional através de uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU; o objetivo norteador dessa linha de atuação.

As maiores preocupações brasileiras estão voltadas à defesa do território amazônico e, em menor grau, ao combate ao tráfico de drogas. Além da preocupação premente com preservação das fronteiras, do território amazônico e sua biodiversidade, há o perigo de transbordamento da produção de drogas e conflitos da Colômbia para o Brasil na região amazônica. Tal preocupação regional fica evidente conforme podemos visualizar em uma série de documentos governamentais, tal como:

No próprio documento intitulado “Política de Defesa Nacional”, datado de 1996, e que fixa as diretrizes estratégicas brasileiras, **a Amazônia ocupa a parte central**. Este texto antecedeu a criação do Ministério da Defesa em 1999 (Presidência da República, 1996). Na realidade, vários outros documentos já enfatizavam, há muito tempo, a questão amazônica, como tema de importância na estratégia nacional (Cebres, 1991; Escola Superior de Guerra, 1990; Revista Brasileira de Política Internacional, 1968).<sup>122</sup> [grifo nosso]

Após pressão de líderes internacionais para se buscar soluções ao problema do território amazônico ser uma rota do tráfico internacional de drogas o governo brasileiro lançou, com ajuda financeira do *Export-Import Bank* o Sistema de Vigilância da Amazônia, projeto SIVAM; um projeto elaborado pelas Forças Armadas brasileiras com a finalidade de monitorar o espaço aéreo amazônico. O projeto conta com uma parcela civil, o Sistema de Proteção da Amazônia, ou SIPAM. Como parte do projeto SIVAM foi construída a infra-estrutura necessária para suportar a fixação de enormes antenas de radar, sistemas de comunicação, bem como de modernas aparelhagens eletrônicas. Também faz parte desta infra-estrutura a integração do satélite brasileiro de sensoriamento remoto, que permite fiscalizar o desmatamento na Amazônia.

---

<sup>122</sup> Miyamoto, Op. Cit. 2002, p.56.

Para aumentar o controle destas fronteiras foi oferecido e realizado pelo governo norte-americano treinamento para as polícias locais.<sup>123</sup>

Ao elegerem tal região como prioridade, brasileiros, bolivianos, venezuelanos, equatorianos – que guerrearam duas vezes contra os peruanos –, além dos colombianos às voltas com graves problemas, nada mais fizeram do que colocar, em primeiro lugar, a necessidade de proteger seus territórios, suas instituições, portanto, sua soberania. Para isso, mantiveram aparatos bélicos, adquirindo equipamentos sempre que possível, e de acordo com seus exíguos orçamentos. A própria Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), em estudo recente, mostra que as preocupações com esta atividade nunca deixaram de existir.<sup>124</sup>

Este tipo de treinamento realizado pelos EUA para as polícias brasileiras e latino-americanas somado ao comportamento norte-americano nas CMDA de promover a indiferenciação dos conceitos de defesa e segurança, deixam implícita a intenção dos norte-americanos de transferir importantes questões de defesa (como a defesa do território nacional) para forças policiais, de segurança, ao cabo que as questões de defesa ficariam a cargo dos EUA. A estas intenções dos EUA, o Brasil tem respondido e contestado abertamente nos discursos nas CMDA, em seus documentos destinados à defesa, como Estratégia Nacional de Defesa (END) e Política de Defesa Nacional (PDN), além de promover programas como os citados SIVAM/SIPAM e investimentos para que as FFAA cumpram suas obrigações constitucionais em detrimento das forças policiais.

A END, lançada em dezembro de 2008, tem como planejamento modernizar a estrutura brasileira de defesa; para isto, visa reorganizar as Forças Armadas, reformar a indústria de defesa nacional e atuar na política de disposição do efetivo das Forças Armadas. Tal planejamento dá continuidade a estratégia de Defesa baseada na dissuasão: “Dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres, nos limites das águas jurisdicionais brasileiras, e impedir-lhes o uso do espaço aéreo nacional.(...)”

---

<sup>123</sup> BORGES, Fábio. **Amazônia e economia da droga: conflitos colombianos e interesses brasileiros. (1985-2005)**. Dissertação de Mestrado. Programa San Tiago Dantas de Pós- Graduação em Relações Internacionais. UNESP/UNICAMP/PUC-P. São Paulo. 2006

<sup>124</sup> MIYAMOTO, Op. Cit. P.56

**Para dissuadir, é preciso estar preparado para combater.”**<sup>125</sup> [grifo nosso] Tanto a dissuasão quanto a independência nacional não podem ser alcançadas sem a “capacitação tecnológica autônoma, inclusive nos estratégicos setores espacial, cibernético e nuclear.”<sup>126</sup> O reaparelhamento das Forças Armadas (FFAA) é crucial no processo de independência nacional e na formação do aparato de dissuasão, no entanto, este reaparelhamento não significaria independência se não viesse acompanhado da premissa de completa transferência de tecnologia.

Foi justamente visando este preparo para o combate que foram desenhadas as diretrizes da END, de forma a estruturar o arcabouço necessário para se obter este poder dissuasório. As diretrizes da END são desdobramentos da intenção de alcançar um poder dissuasório deveras convincente. Para mantermos esta independência e assegurá-la, segundo o documento, deve-se sustentar a igualdade de oportunidades nos campos da educação, do trabalho e da produção.

No âmbito das diretrizes apresentadas na END, o fortalecimento dos setores espacial, cibernético e nuclear, em conjunto, permitirão “que a capacidade de visualizar o próprio país não dependa de tecnologia estrangeira e que as três Forças, em conjunto, possam atuar em rede, instruídas por monitoramento que se faça também a partir do espaço.”<sup>127</sup>. Desta forma, os princípios apresentados constituem o raciocínio em que as políticas de defesa devem delinear as diretrizes no campo da ação.

Na realidade, **as particularidades geográficas da Amazônia oferecem facilidades para a prática do ilícito.** A porção da região amazônica corresponde às áreas drenadas pelas bacias dos rios Amazonas, Araguaia-

---

<sup>125</sup> P.11 - Estratégia Nacional de Defesa disponível no website: [https://www1.defesa.gov.br/eventos\\_temporarios/2009/estrategia/arquivos/estrategia\\_defesa\\_nacional\\_portugues.pdf](https://www1.defesa.gov.br/eventos_temporarios/2009/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf)

<sup>126</sup> Idem. Ibidem.

<sup>127</sup> P. 12, - Estratégia Nacional de Defesa disponível no website: [https://www1.defesa.gov.br/eventos\\_temporarios/2009/estrategia/arquivos/estrategia\\_defesa\\_nacional\\_portugues.pdf](https://www1.defesa.gov.br/eventos_temporarios/2009/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf)

Tocantins, Orenoco, Essequibo, entre outros rios de menor porte. De maneira geral, a Amazônia é considerada a região da América do Sul coberta predominantemente por florestas tropicais. Geograficamente, cobre uma área pouco maior que sete milhões de km<sup>2</sup>, o que representa 5% da superfície terrestre do globo. **A Amazônia continental ocupa 50% da América do Sul**, espalhada por nove países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. Apesar da extensa dimensão, **em termos populacionais, a região congrega apenas 30 milhões de habitantes, o que representa 0,3% da população mundial, tornando-a uma das regiões com menor densidade demográfica do planeta.**<sup>128</sup> [grifo nosso]

Todavia, na relação desta prioridade premente do Brasil expressada na Estratégia Nacional de Defesa com as posições e exposições brasileiras no foro ministerial hemisférico, constatamos que em nenhuma das CMDAs a temática da defesa da Amazônia foi sequer minimamente tratada.

Tendo em vista a enorme disposição territorial quase que inversamente proporcional à densidade demográfica, inúmeras atividades ilícitas se desdobram por terra, céu e mar. A polêmica da demarcação de terras contínuas ou em um “sistema de ilhas” na Reserva Raposa/Serra do Sol é bastante significativa pois envolve vários questionamentos sobre direitos indígenas, território, soberania, criminalidade, FFAA, entre outros, em um extenso conflito entre interesses políticos, econômicos e indígenas. A reserva que se encontra no Estado de Roraima, tem fronteiras porosas com Guiana e Venezuela, sem monitoramento das FFAA por conta da extensão amazônica, ainda tem o agravante da baixíssima densidade populacional.<sup>129</sup>

“Utilizando-se de rotas áreas, terrestres e fluviais clandestinas para transportar toda sorte de drogas, contrabando, armas e munições. Além destes delitos, ainda ocorrem na região os crimes ambientais, a biopirataria, a extração ilegal de madeiras, entre outras ameaças. **O caráter transnacional desses delitos**

---

<sup>128</sup> ISHIDA, Eduardo. **Política de Segurança Integrada da Amazônia: utopia ou realidade?**.P.4 In: <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/eduardo.pdf>

<sup>129</sup> Com 1,7 milhão de hectares, a Terra Indígena Raposa Serra do Sol era alvo de disputa desde os anos 70, quando começou seu processo de identificação e demarcação. Em 2005, foi homologada pelo presidente Lula. Mas a retirada de não-índios foi interrompida quando um grupo de rizicultores se recusou a sair. Em 2009, o STF decidiu: a reserva será contínua, os arroteiros terão de deixá-la, mas os índios ou a Funai não podem impedir que a União entre nas terras para defender as fronteiras ou construir escolas e hospitais, entre outras condições



**representa uma ameaça real às soberanias dos Estados que compartilham as mesmas fronteiras do espaço amazônico.**<sup>130</sup> [grifo nosso].

Mesmo que o Brasil não seja um dos países produtores de cocaína, o território brasileiro serve de rota do narcotráfico para os países vizinhos (Colômbia, Peru e Bolívia) e de trânsito para o tráfico de armas. A droga que passa pelo Brasil tem como principal destino os maiores centros consumidores da cocaína: EUA e Europa. Apesar de não figurar entre os principais produtores de narcóticos, o país certamente é uma rota bastante utilizada pelo narcotráfico rumo aos principais centros consumidores (EUA e Europa)<sup>131</sup>, bem como apresenta um elevado consumo interno.

Conforme consta no Informe da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE), de 2006, todos os anos ingressam cerca de 250 toneladas de cocaína na Europa, o que a torna, depois dos Estados Unidos da América, o maior mercado desta droga no mundo. **A maior parte da cocaína é transportada pelo mar a partir da Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, Venezuela e Suriname até os principais portos europeus.**<sup>132</sup> [grifo nosso].

Segundo Luiz Fernando Corrêa, diretor-geral da Polícia Federal, “no planejamento estratégico até 2022 que fizemos, ficou claro que a prioridade é a Amazônia”<sup>133</sup>. As fronteiras brasileiras são alvo fácil para atividades ilícitas por conta de sua dimensão e dificuldade de patrulhamento, conforme podemos observar no mapa abaixo, a região amazônica é porta de entrada para drogas (neste mapa, especificamente, a cocaína):

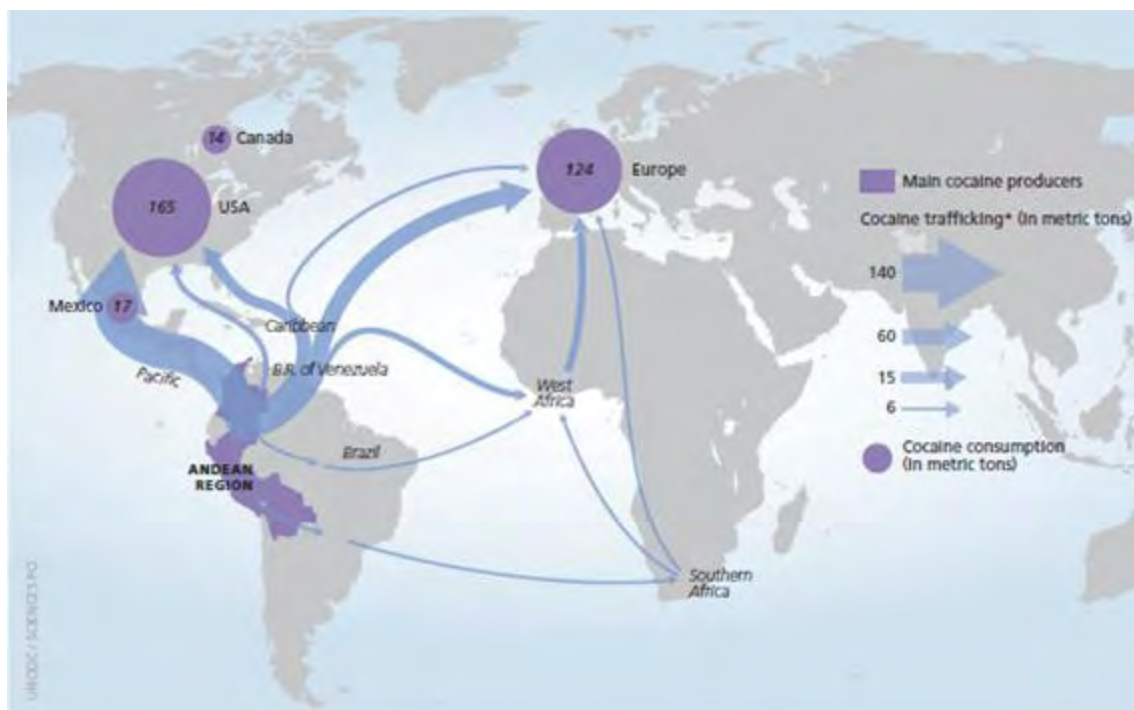
---

<sup>130</sup> ISHIDA, Op. Cit, p.4

<sup>131</sup> Segundo relatório divulgado dia 23/06/2010 pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), a cocaína movimentada US\$ 34 bilhões nos EUA e US\$ 37 bilhões na Europa.

<sup>132</sup> Ibid. P.5

<sup>133</sup> Em artigo no site da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN): <http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=2977>



\*Principais Rotas do Tráfico de Cocaína no mundo. Fonte: Relatório UNDOC 2010

Segundo a Constituição Federal de 1988, a Polícia Federal é a força constitucionalmente responsável pela patrulha das fronteiras nacionais e foi conferido às FFAA papel de suporte nas operações de inteligência. No entanto, o efetivo da Polícia Federal está muito aquém da necessidade ao considerarmos as fronteiras do Brasil com a Colômbia, Peru e Bolívia, os maiores produtores de cocaína da região. Mesmo com a ajuda constante das FFAA na região, o efetivo ainda se mostra pequeno, isto sem considerarmos problemas como a dificuldade de acesso à estas áreas e a corrupção.

O Brasil tem operações com suas Forças Aéreas atuando na região amazônica em parcerias bilaterais com Colômbia, Peru e Venezuela; COLBRA<sup>134</sup>,

134 No COLBRA, as Normas Binacionais de Defesa Aeroespacial - NBDA 01 BR/CO, em vigor entre a Força Aérea Brasileira e a Força Aérea Colombiana, estabeleceram um sistema permanente de coordenação e cooperação para o controle de atividades aéreas irregulares na zona fronteira entre os dois países. A

VENBRA<sup>135</sup> e PERBRA<sup>136</sup>. Os programas bilaterais de defesa aérea aliados ao SIVAM e SIPAM têm trazido bons resultados, segundo o General Augusto Heleno, comandante do Exército na região amazônica:

Com o Sivam-Sipam, os traficantes têm de fugir dos radares. Isso torna mais difícil vir por ar. Se os vôos são mais raros, fica difícil manter as pistas clandestinas. Eles têm problemas com a deterioração das pistas pelas chuvas, pela vegetação. Até asfalto estraga rápido - relata o general.<sup>137</sup>

Com a rota aérea dificultada, a tendência é a fuga por novas rotas. Com 22 mil quilômetros de rios navegáveis e uma fronteira de 11 mil quilômetros, em sua maioria de selva, a rota via fluvial cresceu enormemente para tráfico de animais, de madeira, roubo de espécies e também tráfico de drogas<sup>138</sup>. Segundo Corrêa, diretor-geral da Polícia Federal: Quando o Estado faz seu trabalho de reprimir o crime, ele espirra para outro lado. O Sivam funcionou, e o crime procurou outro caminho. Confirmo a

---

operação COLBRAIII foi finalizada em julho de 2009 na cidade de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas.

<sup>135</sup> O VENBRA consiste em exercícios de simulação no qual se empregam aeronaves-alvo militares como se estivessem em tráfegos ilícito. Os aviões cruzam uma linha de fronteira fictícia estabelecida entre Brasil e Venezuela, nos dois sentidos. Para localizá-los, são empregados meios de detecção (radares) e de interceptação (aeronaves) dos dois países. Em 2009 o VENBRA V foi finalizado em agosto de 2008 em Boa Vista, no Estado de Roraima.

<sup>136</sup> Brasil e Peru possuem Acordo de Cooperação Mútua estabelecido em 6 de dezembro de 1999, em Lima – Peru. Em julho de 2008 foi finalizado o PERBRA III na cidade de Cruzeiro do Sul no Acre. <sup>136</sup> O PERBRA III foi realizado com o objetivo de ratificar o Acordo e estabelecer procedimentos específicos de coordenação voltados para a Defesa Aérea na região.

<sup>137</sup> Em artigo no site da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN): <http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=2977>

<sup>138</sup> Segundo o Relatório do UNDOC de 2010, no ano de 2008 a apreensão de cocaína na fonte, ou seja, na América do Sul, bateu recordes. No Peru, a quantidade de drogas apreendidas em toneladas foi o dobro do apreendido em 2007. Na Bolívia, houve um crescimento de 62% na quantidade de droga recolhida, na Argentina houve aumento de 51% , no Brasil 21% e no Equador 12% se comparado a 2007. Segundo o 2008 World Drug Report do UNODC o uso de cocaína tem diminuído em boa parte do planeta, mas tem aumentado na América do Sul. No Brasil, o segundo maior mercado de cocaína (cerca de 870 mil usuários) das Américas, a prevalência anual (uso pelo menos uma vez no último ano) passou de 0,4% da população entre 12 e 65 anos em 2001 para 0,7% em 2005, de acordo com pesquisas domiciliares feitas pelo governo. Foi relatado aumento de atividades de grupos ligados ao tráfico de cocaína na região Sudeste, o que pode indicar que há mais cocaína disponível nessas áreas. O Sudeste e o Sul do país são as áreas mais afetadas pelo consumo de cocaína. O Relatório sugere ação em três frentes no combate ao narcotráfico: tratar o problema de drogas como questão de saúde pública (prevenção, atenção e tratamento), prevenir o crime (romper elos entre crime organizado, corrupção e terrorismo) e respeitar os direitos humanos (particularmente em relação ao dependente químico e ao usuário de drogas).

informação do general Heleno: **“a rota do tráfico de drogas agora é principalmente pelos rios.”**<sup>139</sup> [grifo nosso]

Mesmo com resultados positivos nas atuações na Amazônia e no combate ao tráfico de drogas, o sucateamento das FFAA<sup>140</sup> ainda é pauta importante no Ministério da Defesa e no governo brasileiro. O Projeto FX-2 de reequipamento e modernização da Força Aérea Brasileira, criado em 2006, faz parte dos esforços governamentais na direção de melhor equipar para melhor patrulhar as fronteiras nacionais. Característica principal do projeto é a exigência de transferência plena de tecnologia.<sup>141</sup> Os principais pré-requisitos na avaliação da compra de aeronaves segundo o projeto estão alinhados com a END, pois além da transferência de tecnologia, figuram o domínio do sistema de armas pelo Brasil, acordos de compensação e participação da indústria nacional, técnico-operacional e comercial.

Em suma, a confusão entre temas que são relativos à defesa e que são relativos à segurança somente piora o quadro pois com esta indefinição há também a indefinição sobre quais agências ou organismos devem combater os crimes. Atribuindo funções de segurança nacional às FFAA, responsáveis pela defesa da soberania, tais forças ficam expostas à corrupção, aprofundando ainda mais as raízes do crime organizado. Outro fato que deve desencorajar a atuação de militares em problemas de segurança nacional refere-se à politização das mesmas, como ateu-se Jobim na IX CMDA:

---

<sup>139</sup> Em artigo no site da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN): <http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=2977>

<sup>140</sup> A crise aérea que teve como marco inicial o acidente entre um avião comercial da Companhia Aérea Gol e um jato executivo Legacy no espaço aéreo da Amazônia em novembro de 2006 expôs internacionalmente as fragilidades do controle de tráfego aéreo nos CINDACTAS. Após o acidente, um controlador aéreo foi condenado e outros quatro foram absolvidos pela Justiça Militar. O Ministério da Defesa viu-se obrigado a tomar medidas frente ao escândalo que desmoralizou o controle militar do tráfego aéreo e o Projeto FX-2 pode ser visto como a principal resposta à esta exposição negativa. O sucateamento das FFAA foi exposto de forma internacional principalmente após este episódio.

<sup>141</sup> Jobim exige transferência de tecnologia na compra de caças. Estadão, 19/11/2007, em [http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20071119/not\\_imp82184,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20071119/not_imp82184,0.php)

Faço referência, por exemplo, aos efeitos negativos que o emprego generalizado dos militares no combate ao narcotráfico acarreta.

A corrupção das instituições castrenses, decorrente do contato com a marginalidade, conjugada à referida sobrecarga de atribuições, solapa não somente as suas capacidades operativas, mas também a sua adesão às regras do jogo democrático.

A politização que pode decorrer desse tipo de circunstância constitui uma grave ameaça às bases do Estado democrático de direito.

As forças armadas ou, em alguns casos, as forças de segurança, representam, nos Estados democráticos consolidados, um dos pilares fundamentais de sua sustentação.

Nenhuma delas pode estar à disposição de interesses político-partidários, sob pena de colocarem em risco o modelo democrático.<sup>142</sup>

Também foi definida uma declaração que lista quais seriam as ameaças transnacionais à segurança hemisférica, as ameaças seriam:

- terrorismo, crime organizado transnacional, problema mundial das drogas, corrupção, lavagem de ativos, tráfico ilícito de armas e as conexões entre eles;
- a pobreza extrema e a exclusão social de amplos setores da população que também afetam a estabilidade e a democracia. A pobreza extrema solapa a coesão social e vulnera a segurança dos Estados;
- os desastres naturais e os de origem humana, o HIV/AIDS e outras doenças, outros riscos à saúde e a deterioração do meio ambiente
- o tráfico de seres humanos;
- os ataques à segurança cibernética;
- a possibilidade de que surja um dano em caso de acidente ou incidente durante o transporte marítimo de materiais potencialmente perigosos, incluindo o petróleo, material radiativo e resíduos tóxicos;

---

<sup>142</sup> JOBIM, Nelson. Em discurso na IX CMDA. Discurso disponível no site: <https://www.defesa.gov.br/index.php/noticias-do-md/2453996-24112010-defesa-discurso-do-ministro-jobim-na-ix-conferencia-de-ministros-da-defesa-das-americas-bolivia.html>

- a possibilidade do acesso, posse e uso de armas de destruição em massa e seus sistemas vetores por terroristas.

É válido lembrar, entretanto, que tais agendas recebem extensa crítica, especialmente de órgãos supra-nacionais, devido ao fato que persistem grandes dificuldades para execução, e mais ainda para o sucesso dessas agendas. A crítica principal se refere à diferença nas carências na área de segurança para cada país, onde cada um deles apresenta pontos mais ou menos graves, que devem ser solucionados de maneiras distintas. Esse ponto é agravado quando um desses países insiste em exercer sua própria agenda de segurança, contribuindo, portanto, ainda menos para a convergência política de todos esses tratados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que a integração do Brasil com os vizinhos da América do Sul, nos mais diversos níveis, reduz as vulnerabilidades da região – uma articulação harmônica da região em busca de uma “unidade regional” impulsiona sua inserção em uma ordem global estruturalmente instável. No entanto, as divergências entre os temas prioritários a cada região são presentes e mesmo nas sub-regiões encontramos exemplos de divergências de prioridades, como exemplifica Francisco Rojas Aravena, “o tráfico de armas e o crime organizado para o Mercosul se transformam na primeira prioridade, ao passo que os temas de pobreza, carências sociais e guerrilhas são prioritários no mundo andino.”<sup>143</sup>

Conforme a definição de Carl Schmitt, o inimigo é “aquele que ameaça a nossa existência”.<sup>144</sup> Para cada Estado as ameaças variam sendo que, segundo a professora Suzeley Kalil Mathias, “é preciso considerar que um problema ou ameaça a um país não necessariamente o é para *todos* os países. Neste sentido, pelo menos devemos questionar: os temas estratégicos para os EUA o são para toda a América Latina, considerando cada um dos países que a compõe?<sup>145</sup>”. As relações com os Estados Unidos<sup>146</sup> foram e são de fundamental importância para o Brasil. Na qualidade de hiperpotência, a única de alcance verdadeiramente global, os EUA gozam de uma hegemonia indiscutível e há, indubitavelmente, uma dependência especial da América Latina para com eles. Embora a América Latina não se apresente como motivo de

<sup>143</sup> SEGURANÇA internacional: políticas públicas e cooperação bi-regional; um diálogo Europa-América do Sul. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer, 2005, p.15. Ver também quadro 2: percepções e ameaças priorizadas por sub-região.

<sup>144</sup> SCHMITT, Carl: **El concepto de lo Político**, Buenos Aires: Folio, 1984.

<sup>145</sup> MATHIAS, Suzeley Kalil. “Brasil: interesse nacional e ‘novas ameaças’”. In: SOARES, Samuel Alves; MATHIAS, Suzeley Kalil. **Novas ameaças: dimensões e perspectivas: desafios para a cooperação em defesa entre Brasil e Argentina**. São Paulo: Sicurezza, 2003, p.133.

<sup>146</sup> Desde o desmontamento dos EUA como potência, a relação com o Brasil e os países da região são de subordinação destes para com aquele. “A América Latina, por razões geográficas e o passado comum colonial, aparecia ao capitalismo norte-americano como uma área natural para a sua expansão, que foi buscada, principalmente a partir de 1889, sob a retórica do pan-americanismo”.(CERVO; BUENO. **A política externa brasileira, 1822-1985**. São Paulo: Ática, 1986, p.59)

preocupação latente dos EUA, a Doutrina Monroe está na consciência americana. “Em resumo, a subordinação estratégica da região à política norte-americana está em que assumimos como interesse nacional solucionar problemas relativos à segurança dos EUA”.<sup>147</sup>

O mundo mudou, as ameaças à segurança nacional e internacional se modificaram. Agora os problemas são transnacionais e exigem soluções transnacionais o que requer, como nunca antes na história, uma cooperação integral para que sejam enfrentados. Neste contexto, **a América Latina não é exceção, mas a diferença com relação aos Estados Unidos, seus problemas são estruturalmente diferentes, o que já de início, dá margem à contradições nos esforços de cooperação em matéria de segurança hemisférica porque, para os países latino-americanos suas prioridades de segurança não são as mesmas que para os Estados Unidos, embora haja ameaças comuns**. [...] a pobreza é a principal vulnerabilidade à segurança dos Estados latino-americanos, porque é a parteira das ameaças, que embora menores em comparação com o problema estrutural colocado pela pobreza, ciclicamente encabeça a lista de prioridades para a segurança hemisférica, tais como o crime organizado, terrorismo, tráfico de drogas e a guerrilha. Se a luta contra a pobreza recebesse a metade da atenção e os recursos que estão sendo dedicados à luta contra o terrorismo ela poderia ser reduzida de forma a se aproximar das metas cada vez mais inatingível das Nações Unidas de 2015<sup>148</sup>

Estas diferenças estruturais entre os países do continente ficam evidentes nas CMDA ao constatarmos a abrangência temática que caracteriza as declarações das Conferências Ministeriais. Desde Williamsburg as CMDA passaram

<sup>147</sup> MATHIAS, in SOARES, MATHIAS, op.cit., 2003, p.133.

<sup>148</sup> “El mundo cambió, las amenazas a la seguridad nacional e internacional se modificaron. Ahora los problemas son transnacionales y su solución tendrá que ser transnacional lo cual reclama como nunca antes en la historia la necesidad de una cooperación integral para enfrentarlos. En este contexto, América Latina no es la excepción, pero a diferencia de Estados Unidos, sus problemas son estructuralmente diferentes, lo que de entrada abre contradicciones en los esfuerzos de cooperación en materia de seguridad hemisférica porque para los países latinoamericanos sus prioridades de seguridad no son las mismas que para Estados Unidos aunque existen amenazas comunes.[...] la pobreza es la principal vulnerabilidad a la seguridad de los Estados latinoamericanos, porque es la partera de amenazas, que aunque secundarias, comparadas con el problema estructural que representa la pobreza, de manera cíclica encabezan la lista de prioridades en materia de seguridad hemisférica como el crimen organizado, el terrorismo, el narcotráfico y la guerrilha. Si la lucha contra la pobreza recibiera la mitad de la atención y los recursos que se están destinando a la lucha contra el terrorismo, podría ser reducida más allá de las cada vez más inalcanzables metas de Naciones Unidas para el año 2015.” SÁNCHEZ, Juan Carlos Mendoza. “La seguridad hemisférica em las relaciones Estados Unidos - América Latina: hacia una nueva era em la cooperación interamericana”. In: ROSAS, María Cristina. **Cooperación y conflicto en las Américas. Seguridad hemisférica: un largo y sinuoso camino**. México: Universidad Nacional autónoma de México. Facultad de Ciencias Políticas y Sociales. 2003, p.119. [Tradução nossa]



primeiramente por um processo de abertura no tratamento de temas para, após a VII CMDA seguir em outra direção, reduzindo-se as temáticas e focando-se as problemáticas de forma mais regional. A tendência de discutir temas de difícil consenso continental aos poucos vem dando espaço a uma tendência mais minimalista, esta mudança, no entanto, vem ocorrendo de forma muito lenta e gradual. O documento de Consensos apresentado na VII CMDA aparece como o início desta tendência de se reduzir paulatinamente a ambiciosa agenda temática em prol de consensos menores, ou seja, vem-se ganhando qualidade nas discussões ao invés de quantidade de temas discutidos.

Apesar de muito importante, este novo direcionamento não representa uma mudança estrutural e nos perguntamos por que trabalhar com amplos e duvidosos “consensos”, que por vezes voltam a ser contestados no lugar de se trabalhar com consensos menores mas melhor fundamentados? Consensos menores geralmente resultam em ações melhor coordenadas, ou seja, resultam mais provavelmente em resposta real ao problema discutido, ao passo que a busca por consensos em temas muito controversos são um entrave na agenda temática pois representam meramente uma busca, cuja resposta encontra-se a longo prazo, o que impacta nos resultados das Reuniões.

Apesar de se tratar de uma criação norte-americana, e de os EUA tentarem imprimir sua visão de defesa e/ou segurança aos países do continente, as CMDA são hoje o principal fórum de debate sobre defesa e segurança no continente americano a nível político. A busca por soluções coordenadas através dos grupos de trabalho nas Conferências promovem a discussão entre os delegados que são, na maioria da vezes, os formuladores das políticas de defesa deixando claro, aos poucos, o real posicionamento de cada país e, em alguns casos, posicionamentos sub-regionais e regionais tem sido apresentados de forma consensual. Neste contexto de debates verificamos a evolução do papel brasileiro como um importante sujeito de contraposição aos EUA no continente americano, modificando o tom dos debates nestes encontros apresentando uma discussão saudável e enriquecedora para a formulação de políticas de defesa para o continente.

## BIBLIOGRAFIA

### Livros

ADLER, Emanuel & BARNET, Michael. **Security communities in theoretical perspective**. In: Adler, Emanuel & Barnett, Michael (eds.) *Security Communities*. Cambridge: Cambridge University Press. 1998

ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Os direitos humanos e a luta contra o terrorismo: por uma globalização solidária**. Revista RCJ. Conferência proferida no Seminário Internacional "Terrorismo e violência: Segurança do Estado, direitos e liberdades individuais", realizado pelo centro de Estudos Judiciários, nos dias 27 e 28 de maio de 2002, no auditório do Superior Tribunal de Justiça. DF: Brasília nº18, p. 43-46, jul/set, 2002.

ARAVENA, Francisco Rojas. **América Latina y el Caribe: avances retóricos sin acuerdos vinculantes**. In: Atlas Comparativo de la Defensa, Resdal, 2010.

BARBER, Benjamin R. **O Império do medo: Guerra, terrorismo e democracia**. Tradução de Renato Bittencourt. Rio de Janeiro: Record, 2005.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (orgs.). *Dicionário de política*. 11ª ed. Brasília: UNB, V. 1: 674 p. 1998.

BRANCOLI, Fernando Luz. XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio. **Indústrias Militares Privadas, Plano Colômbia e repercussões no monopólio estatal do uso da força na América do Sul no pós-Guerra Fria**. ISBN 978-85-60979-08-0, 2010.

BRIGAGÃO, Clóvis. PROENÇA JUNIOR, Domício. **Brasil e o mundo - novas visões**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

\_\_\_\_\_. **Concertação múltipla: a inserção internacional de segurança do Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002

\_\_\_\_\_. (org.) **Panorama brasileiro de paz e segurança**. Rio de Janeiro: Editora Hucitec 2004.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; DE WILDE, Jaap. *Security – a new framework for analysis*. London: Lynne Rienner Publishers, 1998.

\_\_\_\_\_, Barry; \_\_\_\_\_, Ole. **Regions and Powers: the structure of international security**. Cambridge University Press, 2003.

CASTRO, João Augusto de Araújo. **O poder nacional**. Limitações de ordem interna e externa. Brasília, DF: Parcerias Estratégicas CEE, n. 6, p. 216-240, mar. 1999.

CERVO, Amado Luiz. **As relações internacionais na América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília, DF: FUNAG; IBRI, 2002.

CHOMSKY, Noam. **Poder e terrorismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2005.

\_\_\_\_\_, **Estados Fracassados – O abuso do poder e o ataque à democracia**. Bertrand Brasil. 2 edição, 2009

COMISION de Derechos Humanos Del Estado de México. **Séptimo certamen de ensayo sobre cerechos humanos: Derechos humanos y terrorismo**. México: Metepec, jul. 2004.

FERNANDES, Luis; REBELO, Aldo (Org). **Política de defesa para o século XXI**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2003.

FERREIRA, Oliveiros S., **Os 45 cavaleiros húngaros. Uma leitura dos Cadernos de Gramsci**. São Paulo: Hucitec, 1986

GALVÃO, Marcos B.A. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, 1993, p. 149-161.

GRABENDORFF, Wolf. **La Seguridad Regional em las Americas – Enfoques críticos y conceptos alternativos**. Buenos Aires: CEREC, 2003.

GUEDES DE OLIVEIRA, Marcos Aurélio. **Segurança e Governança na América do Sul**. In: Segurança e Governança nas Américas. Ed. Marcos Aurélio Guedes de Oliveira. Olinda, 2009.

Howard LaFranchi. Christian Science Monitor, CHOMSKY, Noam. **O Império Americano**. 2. Ed., Rio de Janeiro, Elsevier, 2004

HUGGINS, Martha K. **Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998

HUNTINGTON, Samuel. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

KATZENSTEIN, Peter. **The culture of national security: norms and identity in world politics**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1996. KLEPAK, Hal. **A Silent Security “system” for a Discordant Hemisphere**. In: Atlas comparativo de la Defensa em América Latina, 2007

LÓPEZ, Ernesto. “Nova problemática de segurança e ‘novas ameaças’”. In: SOARES, Samuel Alves; MATHIAS, Suzeley Kalil. **Novas ameaças: dimensões e perspectivas: desafios para a cooperação em defesa entre Brasil e Argentina**. São Paulo: Sicurezza, 2003

LOZANO, Lucrecia, “La iniciativa para las Americas. El comercio hecho estrategia”, revista Nueva Sociedad, Número 125, Editorial Texto, Caracas, maio-junho 1993.

MAGALHÃES, F.S. **Cúpula das Américas de 1994: papel negociador do Brasil, em busca de uma agenda hemisférica**. Brasília, DF: Instituto Rio Branco/Fundação Alexandre Gusmão/Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

MAISONNEUVRE, Eric de la. **La metamorfosis de la violencia**. Ensayos sobre la guerra moderna: Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamérica, 1998

MARTINS FILHO, J.R. A luta do Santo Guerreiro contra o dragão da maldade: considerações sobre o 11 de setembro. **Idéias**. Dossiê Terrorismo e Guerra, ano 10, v.2, p. 17-54, 2003.

MARTINS, Estevão Chaves Rezende (Org.). **Relações internacionais: visões do Brasil e da América Latina**. Brasília, DF: FUNAG; IBRI, 2003.

MATHIAS, Suzeley K. **Defesa e Segurança Hemisférica: um tema controverso. Notas à Declaração sobre Segurança nas Américas**. Publicado no Boletim da Resdal, n. 13, Edição Especial, dezembro de 2003.

\_\_\_\_\_, Suzeley Kalil; SOARES, Samuel (org). **Novas ameaças: dimensões e perspectivas**. São Paulo: Sicurezza, 2003.

MENEZES, Maj.-Brig.-do-Ar R/R Lauro Ney. **A grande questão militar do momento Internacional: As Forças Armadas (Sul Americanas) e o Brasil**. Revista da UNIFA, Rio de Janeiro, 10 (12) : 37-39, jun 1996.

MONTEM, Jonathan. The Roots of the Bush Doctrine. Power, Nationalism, and Democracy promotion in US Strategy. *International Security*. 29(4). Spring 2005

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as nações**. Brasília, DF: FUNAG/Universidade de Brasília, 2003.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **O Mercosul e a Segurança Regional: uma agenda comum?** São Paulo em Perspectiva, 16(1): 54-62, 2002

NYE, Joseph. **Bound to lead: the changing nature of american power**. Nova Iorque: Basic Books, 1991.

\_\_\_\_\_. **O paradoxo do poder americano**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

\_\_\_\_\_. **The Powers to Lead**. Oxford University Press, Nova York, 2008

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_, C.S. As faces e as conseqüências do terror: de 11/09 à Doutrina Bush. **Idéias**. Dossiê Terrorismo e Guerra, ano 10, v.2, p. 55-81, 2003.

PINTO, J.R de Almeida. ROCHA, A.J Ramalho da, SILVA, R. Doring da Silva. **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil**, Vol.1. LGE, 2004.

PROENÇA JÚNIOR, Domício; DINIZ, Eugênio. **A Política de defesa no Brasil**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1998.

ROSAS, María Cristina. **Cooperación y conflicto en las Américas**. Seguridad hemisférica: un largo y sinuoso camino. México: Universidad Nacional autónoma de México. Facultad de Ciencias Políticas y Sociales. 2003.

ROOT, Elihu. **The Real Monroe Doctrine** – The American Journal of International Law. Vol. 8, No.3 (Jul. 1914),

SAINT-PIERRE, Héctor Luís. **Racionalidade e Estratégia**. In. **Premissas**. Campinas: NEE/UNICAMP, Vol.03, Ab. 1993, pp.24-51.

\_\_\_\_\_, H. L. A necessidade política e a conveniência estratégica de se definir “Terrorismo”. **Idéias**. Dossiê Terrorismo e Guerra, ano 10, v.2, p. 129-162, 2003.

\_\_\_\_\_, H. L. Defensa y Seguridad. In: RESDAL. **Atlas Comparativo de la Defensa em América Latina**. Buenos Aires, 2008.

\_\_\_\_\_, H. L.; MATHIAS, Suzeley K. **As ameaças à Democracia na América Latina. Área de "Paz, Defesa e Segurança Internacional". Programa Santiago Dantas**.

SÁNCHEZ, Juan Carlos Mendoza. “La seguridad hemisférica em las relaciones Estados Unidos - América Latina: hacia una nueva era em la cooperación interamericana”. In: ROSAS, María Cristina. **Cooperación y conflicto en las Américas. Seguridad hemisférica: un largo y sinuoso camino**. México: Universidad Nacional autónoma de México. Facultad de Ciencias Políticas y Sociales. 2003

SEITENFUS, Ricardo. **Para uma nova política externa brasileira**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1994.

SCHMITT, Carl: **El concepto de lo Político**, Buenos Aires: Folio, 1984.

SOARES, Samuel Alves; MATHIAS, Suzeley Kalil. **Novas ameaças: dimensões e perspectivas: desafios para a cooperação em defesa entre Brasil e Argentina**. São Paulo: Sicurezza, 2003

TRETO, Carlos Alzugaray, **Los cambios en la agenda regional hemisférica ante los nuevos escenarios en América Latina y el Caribe y Estados Unidos**. Pensamento Propio – Publicación Trilingüe de Ciencias Sociales de América Latina y el Caribe - Edición Especial – CRIES – IEEI – UNESP – INEU – AMERICAN UNIVERSITY – IEPALA – 30 – Julio-Diciembre 2009/ Año 14.

VASCONCELLOS, P. **Segurança nas Américas: a difícil construção de um consenso sobre a segurança hemisférica – o embate entre a OEA e os interesses nacionais**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Campinas, 2007.

VIGEVANI, Tullo; VEIGA, João Paulo C.; MARIANO, Karina Lilia P. In: *Lua Nova* – Revista de Cultura e Política, 1994 – n. 34. Ed. Fronteiras. Cedec.

\_\_\_\_\_,Tullo. **As modificações do sistema internacional e o Brasil**. In. Revista de Cultura e Política. São Paulo. Centro de Estudo de Cultura Contemporânea/PARMA, n.18, agosto 1989. p.127-148.

WHITEHEAD, Lawrence. **The Imposition of Democracy**. IN: LOWENTHAL, Abraham. *Exporting Democracy. The United States and Latin America. Themes and issues*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press. 1991

### **Artigos consultados em periódicos**

ARAVENA, Francisco Rojas. **La Integración regional : un proyecto político Estratégico**. III Informe del Secretario General de FLACSO / Francisco Rojas Aravena. – 1a. ed. – San Jose, C.R. : FLACSO, 2008. P. 16. ISBN 978-9977-68-153-5 AYERBE, Luis Fernando. **Paz y Seguridad, Governando Justa e Democráticamente, Invirtiendo en las Personas, Crecimiento Económico y Asistencia Humanitaria, mantenidos por la administración Obama en la solicitud de recursos para 2010**. Revista Pensamiento Propio 30 Propio – Publicacion Trilingue de Ciencias Sociales de America Latina y el Caribe - Edicion Especial – CRIES – IEEI – UNESP – INEU – AMERICAN UNIVERSITY – IEPALA – 30 – Julio-Diciembre 2009/ Año 14, p.103. Disponível no site: <http://www.cries.org/contenidos/30.pdf>

FUKUYAMA, Francis. Identity, immigration & liberal democracy. **Journal of Democracy**. Baltimore, v. 17, n.2, p. 5-20, abr. 2006. Disponível em: <<http://www.journalofdemocracy.org/articles/gratis/Fukuyama-17-2.pdf>>. Último acesso em: 21 nov. 2009.

ISHIDA, Eduardo. **Política de Segurança Integrada da Amazônia: utopia ou realidade?**.P.4 In: <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/eduardo.pdf>

NYE, Joseph. **Mideast, the goal is 'smart power'**. Boston Globe. 2006. In: [http://www.boston.com/news/globe/editorial\\_opinion/oped/articles/2006/08/19/in\\_mideast\\_the\\_goal\\_is\\_smart\\_power/](http://www.boston.com/news/globe/editorial_opinion/oped/articles/2006/08/19/in_mideast_the_goal_is_smart_power/)

PAGLIAI, Graciela De Conti. Segurança hemisférica: uma discussão sobre a validade e atualidade de seus mecanismos institucionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, jun. 2006. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/358/35849102.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2009.

RICE, Condoleezza. **Why We Know Iraq is Lying**. Nova York, The New York Times, 2003. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/01/20030123-1.html>>. Acesso em: out. 2009.

RODRIGUES, Thiago M. **A Infindável Guerra Americana – Brasil, EUA e o narcotráfico no continente.** São Paulo em Perspectiva, 16(2): 102-111, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v16n2/12116.pdf> . Acesso em: 28 set. 2009.

SARDENBERG, Ronaldo M., **Segurança Global: Nações Unidas e Novas Vulnerabilidades.** Artigo apresentado no Seminário “Brasil e as Novas Dimensões da Segurança Internacional”, realizado pelo Instituto de Estudos Avançados em 11 de setembro de 1998. Disponível em 10/12/2010 no website: <http://www.iea.usp.br/iea/textos/sardenbergsegurancaglobal.pdf>

SCHMITT, Carl. **O que é o terrorismo?** Disponível em: <<http://www.correioweb.com.br/euestudante/noticias.php?id=49&tp=21>>. Último acesso em 14 nov. 2009.

XAVIER, Alexandre Tito dos Santos. **Ameaças a Segurança e a Defesa do Estado no Novo Cenário Mundial: o papel da Marinha do Brasil no século XXI.** Periódico Cenário Internacional. Nov, 2009. Disponível em: <<http://www.cenariointernacional.com.br/artigos2.asp?id=124>>. Acesso em: 28 set. 2009.

WALTZ, Kenneth N., **Structural Realism After de Cold War**, p.10. Disponível no site: [http://www.columbia.edu/itc/sipa/U6800/readings-sm/Waltz\\_Structural%20Realism.pdf](http://www.columbia.edu/itc/sipa/U6800/readings-sm/Waltz_Structural%20Realism.pdf)

### Sites Consultados:

Agência Brasileira de Inteligência (ABIN): <http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=2977>

BUSH, George W. **Address to a Joint Session of Congress and the American People.** Washington D.C, set. 2001. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010920-8.html>> Acesso em: 29 out. 2009.

COMITÊ Internacional da Cruz Vermelha (CICV). **A importância do DIH no contexto do terrorismo.** Disponível em: <<http://www.icrc.org/Web/por/sitepor0.nsf/html/6EQNSD>>. Último acesso em: 14 nov. 2009.

Conferência dos Ministros de Defesa das Américas. Disponível em: <<http://www.oas.org>> e <http://www.resdal.org.br>

COMITÊ Interamericano contra o Terrorismo (CICTE). Declaração de San Carlos sobre a Cooperação Hemisférica para Enfrentar o Terrorismo de Maneira Integral. Aprovada na quinta sessão plenária, realizada em 24 de março de 2006. Disponível em: <[http://cicte.oas.org/Rev/en/Documents/Declarations/cicte\\_dec\\_1\\_06\\_por.pdf](http://cicte.oas.org/Rev/en/Documents/Declarations/cicte_dec_1_06_por.pdf)>. Último acesso em 03 dez. 2009.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <[http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)>. Último acesso em: 14 nov. 2009.

DECEA (Departamento de Controle do Espaço Aéreo) : <http://www.decea.gov.br/>

Discurso de José Miguel Insulza , Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 2006 em discurso na sétima Conferência de Ministros da Defesa em 2 de outubro de 2006. In: [http://www.oas.org/en/media\\_center/speech.asp?sCodigo=06-0173](http://www.oas.org/en/media_center/speech.asp?sCodigo=06-0173)

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNDOC): <http://www.unodc.org>

**Folha Online.** 17 mar. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u53056.shtml>>. Acesso em: out. 2009.

Jornal Defesa e Relações Internacionais: <<http://www.jornaldefesa.com.pt/>>

Ministério da Defesa: <<http://www.defesa.gov.br>>

Minitério das Relações Exteriores: <<http://www.mre.gov.br>>

**NATIONAL Security Strategy of the United States of America.** The White House, Washington, 2002, p. 15. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/nsc/nss/2002/nss.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2009.

Observatório das Nacionalidades: <<http://www.nacionalidades.ufc.br>>

Programa de Cooperación en Seguridad Regional: <<http://www.seguridadregional-fes.org>>

US DEPARTMENT of State. The Terrorist Enemy. Disponível em: <<http://www.state.gov/>>. Acesso em: 01 dez. 2009.

US Department of State, International Information Programs, <http://usinfo.state.gov/dhr/Archive/2005/Apr/21-965427.html> ; Internet accessed Friday, Jan 12, 2007.

Discurso do Ministro Nelson Jobim na IX Conferência de Ministros da Defesa: <https://www.defesa.gov.br/index.php/noticias-do-md/2453996-24112010-defesa-discurso-do-ministro-jobim-na-ix-conferencia-de-ministros-da-defesa-das-americas-bolivia.html>

Missão Minustah das Nações Unidas: <http://www.un.org/Depts/dpko/missions/minustah/>

Ministério da Defesa:

[https://www.defesa.gov.br/eventos\\_temporarios/2009/estrategia/arquivos/estrategia\\_defesa\\_nacional\\_portugues.pdf](https://www.defesa.gov.br/eventos_temporarios/2009/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf). Acesso em: 22 set 2009.

Força Aérea Brasileira:



[http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?page=operacoes\\_aereas](http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?page=operacoes_aereas)

Jobim exige transferência de tecnologia na compra de caças. Estadão, 19/11/2007, em [http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20071119/not\\_imp82184,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20071119/not_imp82184,0.php)

Notícia sobre a rota do tráfico de drogas no Brasil: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/o-globo/2010/06/24/rotas-do-traffic-de-drogas-o-maior-desafio>

Blog do jurista, professor e ex-czar anti-drogas Walter Fanganiello Maierovitch : <http://maierovitch.blog.terra.com.br/2010/11/25/rio-de-janeiro-primeira-onda-de-ataques-do-crime-organizado-ja-atingiu-finalidade-tendencia-e-submergir-para-voltar-a-surpreender/>

México Condena muro na fronteira com EUA, BBC-Brasil, 27 de Outubro de 2006, acessado em 03 de Outubro de 2009. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/10/061027\\_eua\\_muroreacao\\_pu.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/10/061027_eua_muroreacao_pu.shtml)>.